



Dandara Roberta Soares Conceição

**RAÇA E GÊNERO: UMA ANÁLISE DO PROCESSO DE  
(IN)VISIBILIZAÇÃO SOCIAL, A PARTIR DAS NARRATIVAS DE  
ACADÊMICAS E EGRESSAS NEGRAS DO CURSO DE DIREITO DE  
UMA UNIVERSIDADE NO NOROESTE DO ESTADO DO RIO  
GRANDE DO SUL**

Dissertação de Mestrado

Cruz Alta - RS, 2024

Dandara Roberta Soares Conceição

**RAÇA E GÊNERO: UMA ANÁLISE DO PROCESSO DE  
(IN)VISIBILIZAÇÃO SOCIAL, A PARTIR DAS NARRATIVAS DE  
ACADÊMICAS E EGRESSAS NEGRAS DO CURSO DE DIREITO DE  
UMA UNIVERSIDADE NO NOROESTE DO ESTADO DO RIO  
GRANDE DO SUL**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Práticas Socioculturais e Desenvolvimento Social da Universidade de Cruz Alta, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Práticas Socioculturais e Desenvolvimento Social.

Orientadora: Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Carla Rosane da Silva Tavares Alves

Cruz Alta – RS, março 2024

Universidade de Cruz Alta - Unicruz  
Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa e Extensão  
Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* – Mestrado/Doutorado em Práticas Socioculturais  
e Desenvolvimento Social  
Linha de pesquisa: Linguagem, Comunicação e Sociedade

**RAÇA E GÊNERO: UMA ANÁLISE DO PROCESSO DE  
(IN)VISIBILIZAÇÃO SOCIAL, A PARTIR DAS NARRATIVAS DE  
ACADÊMICAS E EGRESSAS NEGRAS DO CURSO DE DIREITO DE  
UMA UNIVERSIDADE NO NOROESTE DO ESTADO DO RIO  
GRANDE DO SUL**

Elaborado por:

Dandara Roberta Soares Conceição

Como requisito parcial para a obtenção do Título de  
Mestre em Práticas Socioculturais e  
Desenvolvimento Social

Comissão Examinadora:

---

Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Carla Rosane da Silva Tavares Alves  
Universidade de Cruz Alta – Unicruz

---

Prof. Dr. Tiago Anderson Brutti  
Universidade de Cruz Alta – Unicruz

---

Prof. Dr. Aristeu Castilhos da Rocha  
Instituto Federal Farroupilha – IFFar

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Juliana Mezomo Cantarelli  
Instituto Federal Farroupilha – IFFar

Cruz Alta – RS, 08 de março de 2024.

Aos meus pais Sandra e Paulo  
Aos meus avós Maria e Osmar  
A todas as mulheres negras que me inspiram.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço aos meus pais por me incentivarem a ingressar no mestrado, acompanharem toda minha caminhada com muita resiliência e compreenderem todas as noites que fiquei sem dormir, enquanto me dedicava à produção desta dissertação.

Agradeço ao restante dos meus familiares por vibrarem junto comigo em cada conquista alcançada.

Vocês são a minha base e força, dizem que sou o orgulho da família, porém sou eu que me orgulho de ser neta, filha, sobrinha, prima, afilhada de pessoas tão incríveis e batalhadores.

Agradeço à Universidade de Cruz Alta pela acolhida e pelos ensinamentos. Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Práticas Socioculturais e Desenvolvimento Social, meus sinceros agradecimentos por contribuírem na minha trajetória acadêmica. Agradeço aos meus colegas que sempre estiveram prontos para dividir alegrias, angústias, preocupações, conhecimentos, perrengues, indignações e dúvidas. Nós conseguimos!

Agradeço, especialmente, a minha orientadora por acreditar no meu potencial, desde a graduação em Direito. Agradeço sua dedicação e paciência!

Agradeço à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) por financiar esta pesquisa.

Por fim, agradeço às participantes desta pesquisa, sem vocês não teria realizado este sonho de ecoar nossas vozes em todos os lugares.

## **Vozes Mulheres**

voz de minha bisavó  
ecoou criança  
nos porões do navio.  
Ecoou lamentos  
de uma infância perdida.

A voz de minha avó  
ecoou obediência  
aos brancos-donos de tudo.

A voz de minha mãe  
ecoou baixinho revolta  
no fundo das cozinhas alheias  
debaixo das trouxas  
roupagens sujas dos brancos  
pelo caminho empoeirado  
rumo à favela

A minha voz ainda  
ecoa versos perplexos  
com rimas de sangue  
e  
fome.

A voz de minha filha  
recolhe todas as nossas vozes  
recolhe em si  
as vozes mudas caladas  
engasgadas nas gargantas.

A voz de minha filha  
recolhe em si  
a fala e o ato.  
O ontem – o hoje – o agora.  
Na voz de minha filha  
se fará ouvir a ressonância  
O eco da vida-liberdade.  
(Conceição Evaristo)

## RESUMO

# **RAÇA E GÊNERO: UMA ANÁLISE DO PROCESSO DE (IN)VISIBILIZAÇÃO SOCIAL, A PARTIR DAS NARRATIVAS DE ACADÊMICAS E EGRESSAS NEGRAS DO CURSO DE DIREITO DE UMA UNIVERSIDADE NO NOROESTE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**

Autora: Dandara Roberta Soares Conceição

Orientadora: Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Carla Rosane da Silva Tavares Alves

A população preta foi submetida a um processo de escravização que desumanizou a sua existência como uma mercadoria lucrativa. Dentro desse grupo, as mulheres negras acabaram tendo seus corpos duplamente atingidos pelas discriminações de raça e gênero, as quais impactam até hoje a sua subjetividade enquanto sujeitos de direitos. Assim, em termos sociais e acadêmicos, torna-se necessária a explanação da realidade deste grupo com a contemplação de suas especificidades. Esta dissertação de mestrado enquadrada na linha de pesquisa de Linguagem, comunicação e sociedade do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Práticas Socioculturais e Desenvolvimento Social (PPGPSDS) da Universidade de Cruz Alta - Unicruz, tem como questionamentos: de que forma são vivenciadas as questões de raça e gênero, a partir das vozes de acadêmicas e egressas negras do curso de Direito da Universidade de Cruz Alta? Quais aspectos em comum, nessas narrativas, podem ser observados no processo de (in)visibilização social deste grupo? Para isso, objetiva-se analisar a forma como são vivenciadas as questões de raça e gênero, a partir das vozes de acadêmicas e egressas negras do curso de Direito da Universidade de Cruz Alta, bem como os aspectos em comum presentes no processo de (in)visibilização social deste grupo. Este estudo se constitui metodologicamente por intermédio de uma pesquisa participante de abordagem qualitativa, exploratória e bibliográfica, mediante entrevista semiestruturada com 11 acadêmicas e egressas negras do curso de Direito da Universidade de Cruz Alta, as quais se dispuseram a participar da pesquisa. Desse modo, aplicou-se a técnica da bola de neve e, com os dados levantados e analisados, à luz de bases epistemológicas como: Ecologia dos saberes, Interdisciplinaridade e Narrativas de histórias de vida, conclui-se que a inclusão das participantes no ambiente universitário ajudou na percepção de suas vivências relacionadas ao racismo e sexismo, já que estas mulheres puderam ter contato com os estudos de direitos humanos, o que refletiu na formalização da criticidade e, por consequência na alteração da realidade social preconceituosa. Quanto aos aspectos comuns de seus processos de (in)visibilização social, estes estão correlacionados aos estereótipos e à consciência da exclusão de raça e gênero, em razão de discursos similares que revelam os feitos da colonialidade nos corpos negros e femininos, do mesmo espaço acadêmico.

Palavras-chave: Ambiente universitário. Direitos humanos. Mudança social. Racismo. Sexismo.

## **ABSTRACT**

### **RACE AND GENDER: AN ANALYSIS OF THE PROCESS OF SOCIAL (IN)VISIBILIZATION, BASED ON THE NARRATIVES OF BLACK ACADEMICS AND GRADUATES FROM THE LAW COURSE OF A UNIVERSITY IN THE NORTHWEST OF THE STATE OF RIO GRANDE DO SUL**

Author: Dandara Roberta Soares Conceição  
Advisor: Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Carla Rosane da Silva Tavares Alves

The black population was subjected to a process of enslavement that dehumanized their existence as a profitable commodity. Within this group, black women ended up having their bodies doubly affected by race and gender discrimination, which impacts their subjectivity as subjects of rights to this day. Thus, in social and academic terms, it is necessary to explain the reality of this group while considering its specificities. This master's thesis, framed in the line of research on Language, communication and society of the Stricto Sensu Postgraduate Program in Sociocultural Practices and Social Development (PPGPSDS) at the University of Cruz Alta - Unicruz, has the following questions: how are experiences experienced? issues of race and gender, based on the voices of black academics and graduates of the Law course at the University of Cruz Alta? What common aspects, in these narratives, can be observed in the process of social (in)visibility of this group? To this end, the objective is to analyze the way in which issues of race and gender are experienced, based on the voices of black academics and graduates of the Law course at the University of Cruz Alta, as well as the common aspects present in the process of (in) social visibility of this group. This study is methodologically constituted through participatory research with a qualitative, exploratory and bibliographical approach, through semi-structured interviews with 11 black academics and graduates of the Law course at the University of Cruz Alta, who were willing to participate in the research. In this way, the snowball technique was applied and, with the data collected and analyzed, in the light of epistemological bases such as: Ecology of knowledge, Interdisciplinarity and Narratives of life stories, it is concluded that the inclusion of participants in the environment university helped in the perception of their experiences related to racism and sexism, as these women were able to have contact with human rights studies, which reflected in the formalization of criticism and, consequently, in the change in the prejudiced social reality. As for the common aspects of their processes of social (in)visibilization, these are correlated with stereotypes and awareness of the exclusion of race and gender, due to similar discourses that reveal the effects of coloniality on black and female bodies, from the same academic space.

Keywords: University environment. Human rights. Social change. Racism. Sexism.

## **LISTA DE ILUSTRAÇÕES**

Quadro 1	Respostas dos questionamentos 1, 2 e 3 .....	48
Quadro 2	Respostas dos questionamentos 4 e 5 .....	48
Quadro 3	Matriz de análise .....	105

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

<b>ADC</b>	Análise de Discurso Crítica
<b>Caae</b>	Certificado de Apresentação de Apreciação Ética
<b>Capes</b>	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
<b>CEP</b>	Comitê de Ética e Pesquisa
<b>Gepelc</b>	Grupo de Estudos, Pesquisa e Extensão em Linguagens e Comunicação
<b>Gpjur</b>	Grupo de Pesquisa Jurídica em Cidadania, Democracia e Direitos Humanos
<b>Nupels</b>	Núcleo de Pesquisa e Extensão em Linguagem e Sociedade
<b>PPGPSDS</b>	Programa de Pós-Graduação em Práticas Socioculturais e Desenvolvimento Social
<b>RS</b>	Rio Grande do Sul
<b>Tele</b>	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
<b>Unicruz</b>	Universidade de Cruz Alta

## SUMÁRIO

<b>1 CAPÍTULO I - CONSIDERAÇÕES INICIAIS .....</b>	<b>101</b>
<b>1.1 Objetivos .....</b>	<b>15</b>
1.1.1 Objetivo geral .....	15
1.1.2 Objetivos específicos.....	15
<b>2 CAPÍTULO II – CAMINHOS METODOLÓGICOS.....</b>	<b>17</b>
<b>2.1 Processo epistemológico .....</b>	<b>17</b>
2.1.1 Ecologia dos saberes.....	17
2.1.2 Interdisciplinaridade .....	19
2.1.3 Narrativas de histórias de vida .....	21
<b>2.2 Processo metodológico .....</b>	<b>21</b>
<b>3 CAPÍTULO III - “E EU NÃO SOU” HUMANA? A CONDIÇÃO SOCIAL DA MULHER NEGRA BRASILEIRA DA COLONIALIDADE À ATUALIDADE.....</b>	<b>27</b>
<b>4 CAPÍTULO IV - OS DIREITOS HUMANOS E A MULHER NEGRA: CAMINHOS QUE SE CONECTAM.....</b>	<b>36</b>
<b>5 CAPÍTULO V - VOZES QUE ECOAM NA ACADEMIA, SOB A ÓTICA DAS QUESTÕES DE LINGUAGEM E COMUNICAÇÃO, NA PERSPECTIVA DA ANÁLISE DE DISCURSO CRÍTICA: NARRATIVAS DE ALUNAS E EGRESSAS NEGRAS DO CURSO DE DIREITO DA UNIVERSIDADE DE CRUZ ALTA.....</b>	<b>45</b>
<b>5.1 Resultados finais.....</b>	<b>47</b>
5.1.1 Perfil das participantes da pesquisa .....	47
5.1.2 Aspectos de raça e gênero no centro das narrativas das participantes negras .....	49
<b>6 CAPÍTULO VI - CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>85</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>92</b>
<b>APÊNDICES .....</b>	<b>98</b>
<b>ANEXO.....</b>	<b>107</b>

## 1 CAPÍTULO I- CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A realidade social da população negra brasileira encontra origens no processo de mercantilização da corporeidade africana encabeçada pelos grupos europeus dominantes, principalmente, os portugueses. Justificou-se a subjugação de negros e negras, sob a premissa argumentativa biológica de inferioridade, que perdurou por anos como uma espécie de verdade absoluta.

Inúmeros posicionamentos teóricos procuram explicar a situação do povo negro, no Brasil, diante da pouca participação nos espaços políticos, econômicos e culturais. Porém, essas teorias tendem a ser distantes dos seus “objetos de estudo”, revelando conceituações abstratas do mundo. Tal percepção se coloca mais evidente, quando se depara com a generalização da condição social da mulher negra, tendo em vista que esta, dentro da parcela populacional preta, desempenha funções decisivas ainda menores (GONZALEZ, 2020).

Ou seja, a mulher negra sofre todos os dias, em diferentes espaços sociais, as discriminações de raça e gênero, que prejudicam a sua visibilidade e dignidade enquanto sujeito de direitos. Essas formas de discriminação se encontram intrínsecas em suas vivências, apenas variando como cada uma encara o contexto desigual advindo desse contexto histórico de exclusão.

Durante o período colonial, a mulher negra era objetificada como uma força de trabalho e satisfação de desejos sexuais (LUGONES, 2014), estando exposta a todo tipo de violência, desde o abuso sexual, maus-tratos até a negligência (DAVIS, 2016). Enquanto isso, as mulheres brancas tinham a sua beleza enaltecida e seus corpos fragilizados, voltados aos cuidados do lar e à perpetuação da linhagem branca europeia (LUGONES, 2014).

Após a abolição da escravidão, em 13 de maio de 1888, em decorrência da Lei Áurea, o Estado Brasileiro não se preocupou em incluir, socialmente, a população negra que enfrentava muitas dificuldades de subsistência (TOKITA, 2013). Apesar do alcance da tão almejada liberdade, o povo negro continuava sendo marginalizado na sociedade, não podendo desenvolver uma vida minimamente digna (FERNANDES; SOUZA, 2018).

A mulher negra, desde muito jovem, precisa lidar com as opressões de raça e gênero que se apresentam cotidianamente em suas vivências. A discriminação racial é o reflexo de um sistema escravagista que durou, no Brasil, por mais de 300 anos, o qual desumanizou o corpo negro, considerando-o como uma simples mercadoria. Embora, a abolição da escravidão tenha acontecido em 1888, ainda hoje, a população negra enfrenta as

consequências da escravidão, como por exemplo, os ataques violentos direcionados a uma pessoa negra, em razão da cor de sua pele.

Já a discriminação de gênero diz respeito a uma construção social, a qual estabelece que um sexo ou gênero é superior a outro. Essa discriminação pode ser observada, historicamente, na realidade das mulheres que são colocadas em posição inferior em relação aos homens. Por esse motivo, o corpo das mulheres acaba sendo suscetível a todo tipo de violência ou exclusão social, assim como os negros.

Sob esta ótica, nota-se que a mulher negra enfrenta questões sociais que não podem ser isoladamente abarcadas pela perspectiva de raça ou gênero, considerando que sofre duplamente com a discriminação, por ser preta e mulher. Assim, optou-se por esta temática, tendo em vista a aparente posição de “não lugar” do grupo pesquisado, que se encontra em diferentes espaços de discussão social, os quais debatem o racismo e machismo de forma geral, sem observar as especificidades da mulher negra, sendo tal constatação visível em outros lugares e movimentos sociais, no Brasil.

Nessa perspectiva, o desenvolvimento de uma pesquisa que envolva as mulheres negras, trazendo à tona sua realidade social, ao mesmo tempo em que apresente como esse grupo reage diante da discriminação racial e de gênero, revela-se cada vez mais emergente. Em outras palavras, é significativa a desconstrução de concepções que generalizam as características das mulheres negras, mediante a contemplação de suas individualidades.

Por conseguinte, indicar a perspectiva desse grupo social que está ou já esteve inserido no espaço universitário, mostra-se ainda mais relevante. Isso porque, na universidade são constituídas diferentes relações e construídos diversos saberes, que afetam a percepção das pessoas sobre sua realidade. Assim, estudos que trabalham essa conjuntura social e buscam promover uma mudança crítica de pensamentos preconceituosos são de suma importância para o entendimento da subjetividade específica de cada pessoa, sobretudo, da mulher negra.

Além disso, assinala-se que a escolha deste tema decorre das experiências da pesquisadora como mulher negra, que também carrega o nome de outra mulher negra conhecida por sua força e luta pela liberdade do povo negro, no período colonial. Dessa forma, a presente pesquisa advém das inquietações da autora que é bisneta, neta, filha, sobrinha e afilhada de mulheres negras, cujas vozes de sua ancestralidade foram abafadas pelo preconceito<sup>1</sup>.

---

<sup>1</sup> Adota-se a perspectiva de “Lugar de fala” abordada por Djamila Ribeiro (2019), em que a pesquisadora parte do seu lugar social de mulher negra e egressa do curso de Direito para trabalhar as narrativas de outras mulheres negras.

Frente a isso, evidencia-se necessária a busca por narrativas de mulheres acadêmicas e egressas negras do curso de Direito da Universidade de Cruz Alta-RS, objetivando-se analisar, por meio de seus relatos, de que forma são vivenciadas as questões de raça e gênero e, por conseguinte, os aspectos em comum presentes no processo de (in)visibilização social deste grupo. Como se vê, esta proposta de investigação tem como objeto de análise a linguagem expressa por variadas narrativas, como a base de constatação da realidade brasileira estruturalmente racista e patriarcalista, bem como a relevância da troca de conhecimentos para a emancipação humana de grupos oprimidos pelo preconceito.

Cabe salientar, novamente, que ao se adentrar de maneira mais profunda na história das mulheres negras, depois do fim da escravidão, muitas vezes, essas mulheres terminavam se sujeitando a trabalhos manuais, sob condições desfavoráveis, para que fossem capazes de sustentar seus familiares que dependiam delas economicamente. E partindo dessa visão, as próprias experiências das mulheres negras distinguem-se das mulheres brancas, já que, enquanto estas reivindicavam por maior espaço na sociedade, aquelas lutavam, primeiramente, para serem vistas como humanas.

Contudo, é importante destacar que as mulheres negras também possuíam os seus corpos atingidos pelo sistema patriarcal que se opera, principalmente, pelo processo de inferiorização de um gênero ou sexo em relação a outro. Ou seja, as mulheres pretas eram, igualmente, diminuídas pelo fato de serem mulheres. Verifica-se, com isso, que a trajetória das mulheres negras está atrelada ao racismo e sexismo, oriundos de uma mentalidade colonial que minimiza as suas demandas sociais básicas.

Dessa forma, a proposição de estudos que sejam capazes de trabalhar a realidade das mulheres negras, na atualidade, passa a ser um acalento para este grupo tido como inferior. Ainda, seguindo essa linha, frisa-se que o corpo negro e feminino sobrevive, dia a dia, com imposições sociais que o tornam visual para alguns papéis e invisível a outros. Em decorrência, das consequências do racismo e patriarcalismo estruturais, naturalizou-se não avistar as mulheres negras em alguns lugares, a exemplo do ensino superior, como cita Gonzalez (2020).

Logo, a temática apresentada nesta dissertação de mestrado se mostra relevante para o Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Práticas Socioculturais e Desenvolvimento Social (PPGPSDS), da Universidade de Cruz Alta – Unicruz e para o meio acadêmico, de modo geral, tendo em vista que trabalha sob uma visão mais profunda as vozes dessas pessoas, culturalmente, oprimidas pelas discriminações de raça e gênero. Nessa direção,

procura-se seguir a concepção demonstrada por Lorde (2019), em relação à emergência de se transformar o silêncio em linguagem e ação.

O silêncio no contexto da mulher negra revela-se como uma expressão do medo que lhe impede de viver, na plenitude, suas singularidades. A visibilidade destinada à mulher negra sofre distorções propiciadas pelo racismo e sexismo, os quais apenas evidenciam que, dentro de diferentes debates, as vivências desse grupo são menos relevantes, ou inexistentes. Em outros termos, a referida visibilidade, na verdade, seria uma forma de invisibilidade que, com o tempo, passa a ser sinônimo de força e resistência, quando a mulher negra percebe que a verdadeira raiz de seus problemas está no preconceito estruturado na sociedade (LORDE, 2019).

Frente a isso, esta investigação contempla as seguintes dúvidas: de que forma são vivenciadas as questões de raça e gênero, a partir das vozes de acadêmicas e egressas negras do curso de Direito da Universidade de Cruz Alta? Quais aspectos em comum, nessas narrativas, podem ser observados no processo de (in)visibilização social deste grupo?

Quando mulheres negras se inserem no ambiente universitário, conseguem perceber com maior facilidade suas experiências marcadas pelo racismo e sexismo, diante do desenvolvimento de novos saberes propiciados pelos estudos de direitos humanos. Além disso, as relações constituídas na universidade promovem a troca de conhecimentos que contribuem para a construção da criticidade da mulher negra, que reflete na eventual alteração da sua realidade social.

Conseqüentemente, por intermédio dessas narrativas das acadêmicas e egressas negras do curso de Direito, podem ser observados aspectos em comum no seu processo de (in)visibilização social, a exemplo da formação de estereótipos e a consciência da exclusão relacionada à raça e gênero, tendo em vista a presença de discursos similares que demonstram os efeitos da colonialidade nos corpos negros femininos advindos do mesmo ambiente acadêmico.

Logo, neste primeiro capítulo da dissertação de mestrado, são abordados os aspectos introdutórios do estudo, a fim de indicar a temática central e a relevância da investigação das narrativas de acadêmicas e egressas negras do curso de Direito, numa universidade no Noroeste do estado do Rio Grande do Sul. Já o segundo capítulo trabalha as questões metodológicas adotadas na pesquisa para o alcance dos objetivos propostos.

A partir disso, o terceiro, o quarto e o quinto capítulos deste trabalho discorrem sobre os pontos teóricos que permeiam o tema da pesquisa. Sob esse ângulo, o terceiro capítulo trata da condição social da mulher negra brasileira, da colonialidade até os dias atuais,

demonstrando o papel ativo dessas mulheres nas relações pessoais do povo negro, bem como contextualizando sua subjetividade perante o meio social, segundo pressupostos teóricos feministas negros.

O quarto capítulo versa sobre assuntos atinentes aos direitos humanos e às mulheres negras, conjunta e separadamente, por meio das noções de raça e gênero. Finalmente, o quinto capítulo apresenta as narrativas de alunas e egressas negras do curso de Direito da Universidade de Cruz Alta-RS, sob a ótica das questões de linguagem e comunicação pela perspectiva da Análise de Discurso Crítica (ADC) e da teoria feminista negra.

Diante disso, a presente pesquisa de abordagem qualitativa e participante com acadêmicas e egressas negras do curso de Direito da Universidade de Cruz Alta enquadra-se na linha de pesquisa de Linguagem, comunicação e sociedade, do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Práticas Socioculturais e Desenvolvimento Social- Unicruz, haja vista que perpassa questões relacionadas à linguagem no processo de desenvolvimento humano e social, numa perspectiva global, a partir das narrativas de acadêmicas e egressas negras do curso de Direito. Ressalta-se, também que a investigação está vinculada ao Grupo de Estudos, Pesquisa e Extensão em Linguagens e Comunicação (Gepelc) e ao Núcleo de Pesquisa e Extensão em Linguagem e Sociedade (Nupels), bem como ao Grupo de Pesquisa Jurídica em Cidadania, Democracia e Direitos Humanos (Gpjur).

Por fim, frisa-se que esta dissertação de mestrado tem como aportes teóricos os seguintes autores: Berth (2019) Carneiro (2003), Collins (2019), Davis (2016), Fairclough (2016), Hooks (2020); (2021), entre outros.

## **1.1 Objetivos**

### **1.1.1 Objetivo geral**

Analisar a forma como são vivenciadas as questões de raça e gênero, a partir das vozes de acadêmicas e egressas negras do curso de Direito da Universidade de Cruz Alta, bem como os aspectos em comum presentes no processo de (in)visibilização social deste grupo.

### **1.1.2 Objetivos específicos**

a) Contextualizar a situação social da mulher negra brasileira ao longo dos anos, a partir do período colonial até a atualidade;

- b) Refletir sobre a relação dos direitos humanos com a mulher negra;
- c) Investigar, nas narrativas das acadêmicas e egressas negras do curso de Direito, da Universidade de Cruz Alta-RS, as vivências associadas às questões de raça e gênero, a fim de observar os pontos em comum que envolvem raça e gênero, no decorrer do seu processo de (in)visibilização social.

## **2 CAPÍTULO II- CAMINHOS METODOLÓGICOS**

A trajetória metodológica de qualquer investigação científica é uma tarefa árdua que exige do pesquisador uma análise minuciosa do tema, da problemática e dos objetivos da pesquisa. De acordo com Chizzotti (2014), a pesquisa na área das Ciências Sociais e Humanas configura-se em fundamentos e práticas teórico-lógicas, desencadeadas em diligências procedimentais organizadas, as quais buscam a comprovação ou redescoberta de conhecimentos, que podem ser chamadas de metodologia.

O desenrolar da pesquisa social propõe estudar o ser humano, enquanto aquele que experimenta as dinâmicas do meio em que se insere. A complexidade das relações interpessoais faz com que existam múltiplas correntes de pensamento, cujo aporte teórico tem sua própria história e veiculação no mundo. Nessa linha, tem-se, na metodologia científica, o caminho de organização dessas distintas formas de expressar e analisar a sociedade. Ou seja, a metodologia rege os saberes, métodos e técnicas de pesquisa, a fim de descrever corretamente em texto aquela realidade que se deseja evidenciar (MICHEL, 2015).

Diante da mutualidade dos estudos formalizados nas Ciências Sociais e Humanas, que proporciona o vislumbre de soluções para problemáticas emergentes, ao mesmo tempo em que oportuniza a concretização de novas indagações, depreende-se que nesta etapa da presente dissertação de mestrado são tratados os aspectos epistemológicos e metodológicos utilizados para fundamentar e retratar a realidade, ora averiguada.

### **2.1 Processo epistemológico**

Para conseguir lidar com as questões norteadoras da temática, no que diz respeito aos pontos da raça e do gênero que permeiam as experiências das mulheres negras, direcionando-se para suas narrativas, quando atingidas pelos estudos dos direitos humanos, torna-se necessária uma argumentação teórico-metodológica coerente e consistente, com os propósitos teóricos, metodológicos e ontológicos da pesquisa.

#### **2.1.1 Ecologia dos saberes**

Entende-se nesta dissertação de mestrado como epistemologia metodológica a ecologia dos saberes, uma vez que esta pesquisa busca ser um canal para as vozes de mulheres

negras que, no contexto histórico e social brasileiro, encontram-se excluídas em variados espaços sociais. Este estudo mostra-se em contramão à perspectiva universalizante da condição social das mulheres, para adentrar nas peculiaridades da experiência negra e feminina.

O intuito da pesquisa envolve reconhecer a diversidade cultural que há no mundo, traduzido nas variadas maneiras de ser e estar nele. Ao contrário do universalismo sob a premissa da unidade, que reproduz a separação dos grupos e a manutenção da dominação colonial, têm-se a multiplicidade epistemológica, ontológica e cultural como condutora do processo de globalização, na atualidade (SANTOS, 2010).

A globalização manifesta-se pela transição entre o centro e a periferia, o norte global e o sul global, os incluídos e os excluídos. Nessa linha, inexistem conhecimentos puros, completos, mas uma infinidade de conhecimentos. A ecologia dos saberes relaciona-se ao conjunto de epistemologias que visualizam na diversidade e globalização contra-hegemônica, a possibilidade de se credibilizar e fortalecer a bagagem dos indivíduos excluídos (SANTOS, 2010).

Em outros termos, pode-se dizer que a ecologia dos saberes procura potencializar a experiência individual dos sujeitos sociais num contexto de possibilidades e dificuldades, cuja extração das sabedorias relevantes passa a ser uma tarefa complexa, o que se nota nas palavras de Santos (2010, p. 157):

A ecologia de saberes procura dar consciência epistemológica ao saber propositivo. Trata-se de uma ecologia porque assenta no reconhecimento da pluralidade de saberes heterogêneos, da autonomia de cada um deles e da articulação sistêmica [*sic*] dinâmica e horizontal entre eles. A ecologia de saberes assenta na independência complexa entre diferentes saberes que constituem o sistema aberto do conhecimento em processo constante da criação e renovação.

Diante disso, a ecologia dos saberes procura investigar os entremeios do conhecimento, ainda que tido como ignorância. Assim, a dissertação de mestrado transita entre os diversos aspectos do conhecimento, ao longo da constituição interna e externa das alunas e egressas negras do curso de Direito, que constituem o *corpus* da investigação, à medida que objetiva analisar como as questões de raça e gênero se apresentam em suas narrativas, quando em contato com os estudos em direitos humanos.

No instante em que o estudioso se propõe a desenvolver qualquer pesquisa no campo das Ciências Sociais, indiretamente, ele está aceitando o desafio de refletir sobre o mundo de modo mais amplo do que aquele apontado pela interpretação eurocêntrica. Busca-se atender à

necessidade de um novo formato de produção de conhecimento, o qual traz pensamentos alternativos para a conjuntura social estudada. Isso possibilita a reunião e organização das Ciências Sociais fora dos centros hegemônicos (SANTOS, 2007).

Contudo, essa tarefa não é tão fácil, levando em conta que os pesquisadores do Sul estão condicionados a depender de autores do Norte, cuja mentalidade colonial, predomina nas suas produções. Também o pesquisador precisa interagir com as várias facetas culturais presentes no espaço social sulista. A ótica generalizada para um mesmo grupo, inserido em pontos diferentes do mundo, acaba por acarretar entendimentos e práticas sociais equivocadas, as quais se tornam ineficientes, dado o curto período de tempo (SANTOS, 2007).

Incentivar estudos locais, por parte de pesquisadores que possuem certa proximidade com a investigação conduzida, faz com que a discrepância entre a teoria e a prática social não seja acentuada, desde que os conhecimentos teóricos indiquem um abundante repertório de autores. A prática social passa a ser visível e relevante no plano real de cada localidade, ou seja, mesmo que ocorra a utilização de autores do Norte, vislumbra-se que a valorização de estudos do Sul por estudiosos do Sul é, igualmente, importante no que tange à prática social (SANTOS, 2007).

Com isso, esta pesquisa, tendo a base epistemológica da ecologia dos saberes, correlaciona-se com os propósitos do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Práticas Socioculturais e Desenvolvimento Social, da Universidade de Cruz Alta (Unicruz), no tocante ao engajamento e envolvimento nas questões complexas da sociedade atual, evidenciadas pelo respeito à diversidade e pela promoção de novas práticas sociais capazes de potencializar o desenvolvimento local e regional (UNICRUZ, 2013).

A interlocução das narrativas das estudantes e egressas negras do curso de Direito de uma universidade no Noroeste do estado do Rio Grande do Sul, com os múltiplos embasamentos teóricos, segue em consonância com o viés epistemológico da Ecologia dos saberes, tanto nas tratativas das inquietudes locais, quanto à abordagem sulista para além da visão nortista e ocidental.

### 2.1.2 Interdisciplinaridade

A pesquisa realizada possui caráter interdisciplinar, por englobar diversas temáticas, por exemplo, a cultura, a história, o direito, a raça e o gênero. O enfoque nas vivências de mulheres negras que estão ou já estiveram no meio universitário e, por consequência, estudaram o conteúdo dos direitos humanos, marca o perfil reflexivo e crítico desta dissertação de mestrado frente à conjuntura racista e patriarcalista da sociedade brasileira.

Em vista disso, a epistemologia interdisciplinar passa a ser pertinente na construção científica da pesquisa, já que a formação crítica é uma das bases da interdisciplinaridade contemplativa e interventiva do pesquisador social. O diálogo entre as inúmeras disciplinas promove, na pessoa, a autonomia de aprender a aprender sobre suas próprias práticas sociais, e daqueles com quem interage, cotidianamente (FAZENDA; GODOY, 2014).

Sob este prisma, a interdisciplinaridade ultrapassa a definição de articulação entre duas ou mais disciplinas, para uma ordenação científica e social, rumo à constituição organizada de saberes, surgindo novas motivações epistemológicas e atitudes solidárias. Redescobre-se aspirações, até então, adormecidas, ao mesmo tempo em que outras são reinventadas. A ciência, à luz da interdisciplinaridade, move-se de acordo com os anseios sociais, políticos e econômicos, configurados numa complexa rede de relações (FAZENDA, 2008).

Do pesquisador exige-se que a investigação tenha algum sentido em sua vida, a humildade da dúvida, o desapego ao saber absoluto e, acima de tudo, o envolvimento ético e aprofundado do problema indagado. A familiaridade com o plano investigativo pressupõe a valorização das distintas formas de inteligência, as quais juntas se consolidam, quando apreciadas, avaliadas e revistas em detalhes. O exercício da interdisciplinaridade está na união, no reconhecimento, nos encontros e desencontros de experiências individuais e coletivas (GUIMARÃES, 2008).

No campo da pesquisa, nas Ciências Sociais, a interdisciplinaridade implica uma consciência epistemológica sobre si mesmo e o mundo. É necessário ter convicção da conjuntura analisada na temática e no objeto de estudo (MUNHOZ; OLIVEIRA JUNIOR, 2009). Essa transparência acontece por intermédio da afeição com o tópico proposto, cuja interdisciplinaridade se concebe na forma de ser e fazer do pesquisador perante a realidade exterior.

Munhoz e Oliveira Júnior (2009) assinalam que a postura interdisciplinar, no conjunto de saberes e suas partes, favorece, inclusive, um maior pacto das diferenças. Os autores prosseguem tal raciocínio, demonstrando que essas variedades de estudo visibilizam vozes apagadas por ações excludentes e hegemônicas.

Justamente, a interdisciplinaridade amarra-se com os preceitos da ecologia dos saberes, de Santos (2010), no que tange à evidência das especificidades dos indivíduos excluídos e sua emancipação. Diante disso, a averiguação das particularidades das mulheres negras, mergulhadas na perspectiva interdisciplinar, abarca a proposta do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Práticas Socioculturais e Desenvolvimento Social, da Universidade de Cruz Alta- Unicruz.

### 2.1.3 Narrativas de histórias de vida

A epistemologia das narrativas de histórias de vida adequa-se ao presente trabalho, já que tem como principal foco a análise das narrativas de mulheres negras participantes de um contexto social específico. Em termos epistemológicos, Bragança (2018) visualiza, na memória, um fragmento que fica entre a lembrança e o esquecimento, sendo a experiência vivida pelas pessoas, em um espaço de tempo determinado, o condutor do estudo investigativo formado. O estudioso acrescenta essa ideia ao apontar que essa epistemologia metodológica acontece, tendo em vista que o pesquisador toma como objeto de compreensão algum fenômeno de suas próprias vivências pessoais.

Essa constatação interliga-se aos fundamentos que levaram a autora desta pesquisa que (como mulher negra) viu na sua trajetória de vida e de outras próximas a ela a possibilidade de trabalhar as vozes de um grupo, muitas vezes, silenciado pelo preconceito racial e de gênero. Acentua-se que, nesse cenário, o texto traz uma significativa contribuição no processo organizacional dos referenciais teóricos e metodológicos, haja vista que exige do investigador um olhar atento para os movimentos diretos e indiretos de cada participante da pesquisa (BRAGANÇA, 2018).

Na pesquisa em questão, a epistemologia das narrativas de histórias de vida promove o melhor entendimento das motivações do grupo estudado, enquanto permite que a pesquisadora adentre na investigação de forma natural, sem maiores intervenções (BRAGANÇA, 2018). Desse modo, a referida linha epistemológica, apoiada na apreciação das histórias de vida das participantes negras, conecta-se com os pressupostos epistemológicos da ecologia dos saberes e da interdisciplinaridade, bem como com a finalidade do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Práticas Socioculturais e Desenvolvimento Social, da Universidade de Cruz Alta- Unicruz.

## 2.2 Processo metodológico

Neste item, é apresentado o escopo metodológico que se utiliza, a fim de atender aos objetivos propostos nesta pesquisa.

A construção desta dissertação tem como concepção uma abordagem qualitativa, considerando que não se preocupa em quantificar as informações coletadas, mas realizar a análise de diferentes dinâmicas sociais. Nesse sentido, Goldenberg (2004) acentua que a

pesquisa qualitativa empregada pelos pesquisadores, no campo das Ciências Sociais, possui uma metodologia própria, que contraria a aplicação de um modelo único de pesquisa para todas as ciências. Ou seja, o pesquisador busca compreender determinado contexto social, a partir de conhecimentos teóricos empíricos, sem a atribuição de valores numéricos.

Seguindo essa ideia, a investigação possui um caráter exploratório, tendo em conta que o seu intuito está em expandir os conhecimentos sobre o tema proposto. De acordo com Lozada e Nunes (2018), a pesquisa, que tem como objetivo a exploração, mostra-se, normalmente, mais flexível e aberta para diferentes hipóteses, já que busca variadas possibilidades para as lacunas que são investigadas.

Para atender essa finalidade de expansão dos conhecimentos, além da pesquisa de campo, realiza-se uma pesquisa bibliográfica mediante consulta a livros, artigos científicos e outros materiais disponíveis na internet. Frisa-se que a utilização da pesquisa bibliográfica oportuniza ao pesquisador, segundo Nascimento (2012), a diversificação de perspectivas sobre o tema estudado.

Por conseguinte, destaca-se que este estudo tem como base uma pesquisa participante, haja vista que esta modalidade de pesquisa possibilita ao pesquisador analisar os fenômenos, e, ao mesmo tempo, compartilhar as vivências dos indivíduos pesquisados, participando ativamente das atividades propostas, fazendo com que o pesquisador seja capaz de se identificar com os participantes da pesquisa (SEVERINO, 2013). Ademais, Chizzotti (2014, p. 94) afirma que:

A pesquisa participativa assume que as pessoas, membros de comunidades, detêm conhecimentos e, potencialmente, são capazes de identificar seus problemas, ter consciência de suas necessidades e das condições que os determinam, esclarecer o contexto em que vivem e formular os meios necessários para afrontá-los, desde que auxiliados adequadamente para reunir o conjunto de forças da coletividade.

Dessa maneira, esta investigação enquadra-se no procedimento de pesquisa participante, já que, academicamente, a pesquisadora também está inserida no contexto de pesquisa, o que permite uma análise ativa e crítica mais aproximada dos aspectos de raça e gênero nas narrativas das participantes da pesquisa, bem como o confronto dos aportes teóricos advindos da busca bibliográfica com a prática.

Ademais, o estudo realiza-se, primordialmente, numa universidade situada no Noroeste do estado do Rio Grande do Sul, localizada na cidade de Cruz Alta-RS, com as participantes da pesquisa que são alunas e egressas negras do curso de Direito, convidadas a responder os questionamentos de uma entrevista semiestruturada. Esse convite ocorreu via

contato telefônico e rede social (*Facebook e Instagram*), ocasião em que tomaram ciência do que trata o trabalho. Foi verificado o desejo e a disponibilidade em realizar a entrevista e indicaram outras estudantes ou ex-alunas da instituição de ensino interessadas em participar da investigação. Ressalta-se que, para sua realização, esta pesquisa conta com a devida autorização da coordenação do curso de Direito da Unicruz, ora mencionada (APÊNDICE C).

São 14 participantes entre alunas e egressas negras do curso de Direito da Universidade de Cruz Alta-RS, das quais apenas 11 se dispuseram a participar da pesquisa, mediante a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (APÊNDICE A). Assim, o corpus da pesquisa efetivo se constituiu de 11 participantes. Com isso, considerando a dificuldade inicial de mensurar de forma numérica quantas participantes da pesquisa estão incluídas no contexto indicado, evidencia-se que a amostragem teve a referência da técnica da bola de neve, que não possui um caráter probabilístico, geralmente, e que tem sido usada nas circunstâncias em que as amostras são difíceis de serem encontradas.

A utilização desse recurso técnico fez-se necessária, diante da dificuldade de verificação de quais acadêmicas e egressas se consideram negras. Richardson (2017) afirma que esse instrumento de amostragem pode ser adotado em situações, cuja pesquisa é iniciada com poucas pessoas conhecidas e o público-alvo é considerado de difícil acesso, como no caso, de grupos minoritários.

Em vista disso, a adoção dessa técnica de amostragem revelou-se compatível com a realidade deste estudo, tendo em vista a dificuldade da pesquisadora de contatar um contingente expressivo de pessoas interessadas em participarem da investigação. Entendeu-se, assim, que, com as informações obtidas pelas indicações oriundas da técnica da bola de neve, ampliaria o contingente numérico de acadêmicas e egressas negras que seriam convidadas a realizarem a entrevista.

Logo, o instrumento de pesquisa foi a entrevista semiestruturada com perguntas preestabelecidas (abertas), as quais conduziram o contato entre a pesquisadora e as participantes de maneira mais flexível. Gil (2008, p. 109) discorre sobre a técnica da entrevista da seguinte maneira: “[...] o investigador se apresenta frente ao investigado e lhe formula perguntas, com o objetivo de obtenção dos dados que interessam à investigação [...] é uma das técnicas de coleta de dados mais utilizadas no âmbito das ciências sociais”. Nessa dimensão, existe a modalidade de entrevista semiestruturada, na qual o pesquisador, em geral, parte de certos questionamentos básicos que oferecem um amplo campo interrogativo para o estudo realizado. Assim, possibilita a crescente espontaneidade do participante da pesquisa, à medida que este contribui indiretamente para o conteúdo da investigação (TRIVIÑOS, 1987).

Basicamente, pode-se dizer que a entrevista favorece a aproximação do pesquisador com as pessoas investigadas. Diante disso, a entrevista semiestruturada complementa-se ao perfil da pesquisa participante proposta, bem como com a epistemologia metodológica das narrativas de histórias de vida, considerando que permite às participantes desta pesquisa a retomada de suas vivências de forma menos exaustiva, mais cuidadosa e crítica (TRIVIÑOS, 1987).

A entrevista semiestruturada consiste em um tipo de entrevista maleável, em que o pesquisador/entrevistador poderá efetuar perguntas além daquelas planejadas, tornando o diálogo com os participantes/entrevistados uma interação natural e dinâmica no processo investigativo.

No que diz respeito à análise e interpretação dos dados, a pesquisa recorre à Análise de Discurso Crítica (ADC), segundo os parâmetros da matriz de analítica elaborada e indicada no APÊNDICE D. Parte-se das ideias trazidas por estudiosos dessa área, a exemplo de Fairclough (2016), que enfatiza a questão do discurso como uma prática social, relacionando os conceitos de ideologia e poder, sendo esse último visto pela ótica da hegemonia e evolução das relações de poder como luta hegemônica.

As ideologias são aludidas como significações ou construções da realidade, que nas diversas dimensões das formas ou sentidos das práticas discursivas colaboram para a produção, reprodução ou transformação das interações dominantes. Seguindo este viés, as ideologias estão implícitas nos atos dos sujeitos, estruturando-os, de maneira a dar-lhes um caráter naturalizado ou automatizado sob o escopo do senso-comum (MAGALHÃES, 2001).

Pode-se mencionar que o poder para a Análise de Discurso Crítica não inclui só mapear as alternativas e limites dos processos intertextuais da hegemonia ou luta hegemônica, mas apreciar o questionamento e a reestruturação dos discursos, como processos da luta hegemônica afetados pelas mudanças sociais (MAGALHÃES, 2001). Ainda, Barros, Cirne e Efken (2022, p. 16) simplificam esse pensamento discorrendo que a “[...] ADC busca entender como práticas discursivas contribuem para perpetuar ideologias que fundamentam e legitimam relações de poder e formas de abuso de poder”.

Os mesmos autores ressaltam o espírito crítico e provocador desse tipo de análise de dados, o qual possui o potencial de incitar transformações de vida relevantes para a sociedade, por meio de textos reflexivos que, em determinada amplitude, podem conduzir a novos comportamentos. Ou seja, as características conceituais da ADC combinam com as investigações de cunho social e interdisciplinar, como em relação aos temas da raça e do gênero, abordados na pesquisa em questão.

Logo, na opinião de Bonfim, Monroy e Santos (2022), o discurso é visto como um catalizador de insultos, violências e práticas de resistência, que, nas vivências dos negros, estão estruturados num cenário hegemônico ou subalternizado, calcados no pensamento colonial. De igual modo, é possível aduzir essa averiguação na bagagem das mulheres, especialmente, das negras que carregam duas opressões, quais sejam de raça e gênero. Portanto, nesta pesquisa, utiliza-se a ADC para examinar as discriminações, anteriormente mencionadas, nas narrativas de estudantes e egressas pretas do curso de Direito da Universidade Cruz Alta- Unicruz.

Pontua-se que a pesquisa apresenta riscos mínimos, os quais se referem a possíveis desconfortos, diante de alguma questão proposta na entrevista, de ordem social ou cultural. Ressalta-se que ficou consignado no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido que, diante de qualquer desconforto, a entrevista seria interrompida e a participante da pesquisa acolhida pela pesquisadora, a qual estaria à disposição para escutá-la e, se for necessário, encaminhá-la ao atendimento psicológico por um(uma) psicólogo(a) às expensas da pesquisadora, não havendo, gastos por parte da participante da pesquisa.

Sob este viés, quanto aos critérios de exclusão das participantes da pesquisa, destaca-se que se constitui na negativa de participação na pesquisa, por parte das alunas e egressas negras do curso de Direito, convidadas a integrarem a investigação. Assim, o critério de inclusão das participantes na pesquisa diz respeito à manifestação de interesse e disponibilidade em participar da investigação.

Ademais, todas as participantes da pesquisa tiveram plena liberdade de se recusarem a participar da entrevista, bem como a retirarem seu consentimento, a qualquer momento, sem nenhuma forma de prejuízo pessoal, mantendo-se o sigilo de suas informações.

Em termos de benefícios, os resultados deste estudo beneficiarão o meio acadêmico e social, principalmente, a experiência pessoal de seus participantes diretos, considerando que a pesquisa trabalha com a realidade da mulher negra, mediante a contemplação de suas vivências e individualidades. Os benefícios desta pesquisa, também alcançarão as participantes da investigação, uma vez que, com os resultados do trabalho, essas mulheres terão a oportunidade de melhor conhecer a realidade de seu coletivo feminino negro, cujas aspirações, desejos, conquistas e frustrações podem emergir nas entrevistas, fato que poderá auxiliar na visibilidade da constituição da sociedade brasileira.

Logo, a participação desse grupo contribuirá para a compreensão e produção do conhecimento científico investigado, ainda que não haja ganhos financeiros.

Na produção do trabalho, a identidade das participantes foi substituída por outro termo (participante e o número correspondente 1, 2, 3, etc.), a fim de que não seja possível associá-las, havendo o cuidado na exposição dos resultados. Ainda, a coleta dos dados somente ocorreu com a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, no qual estão esclarecidos os eventuais riscos, bem como seus benefícios, apontados anteriormente.

As participantes da pesquisa tomarão conhecimento dos resultados da investigação, em um momento de socialização, a ser realizado no Programa de Pós-Graduação em Práticas Socioculturais e Desenvolvimento Social, quando todas serão convidadas a assistir e interagir com a pesquisadora e orientadora da pesquisa. Além disso, oportunamente, haverá o encaminhamento de uma cópia do estudo finalizado para o e-mail fornecido pelas participantes.

O projeto desta dissertação de mestrado foi submetido ao Comitê de Ética e Pesquisa (CEP), da Universidade de Cruz Alta, sendo aprovado no parecer substanciado, sob o número 68509123.4.0000.5322, que corresponde ao Certificado de Apresentação de Apreciação Ética – Caae (ANEXO A).

### **3 CAPÍTULO III- “E EU NÃO SOU”<sup>2</sup> HUMANA? A CONDIÇÃO SOCIAL DA MULHER NEGRA BRASILEIRA DA COLONIALIDADE ATÉ A ATUALIDADE**

A formação sócio-histórica dos países latino-americanos possui certa similaridade, quando observada pela perspectiva colonial, sob o viés da racialidade. Quijano (2005) fala que existem dois processos históricos que convergem na produção espaço/tempo da América Latina, os quais estabeleceram dois eixos fundamentais de padronização do poder. O autor prossegue esse raciocínio, referindo que tais eixos se manifestam na dicotomia conquistadores e conquistados, mediante a suposta distinção biológica que situava alguns grupos em uma posição social inferior, se comparado com outros indivíduos.

Trata-se da estruturação da sociedade moldada na ideia de raça que produziu novas identidades sociais históricas, até hoje, conhecidas e aplicadas pelas pessoas: índios, negros e mestiços, entre outras. Embora, a visão de raça, no sentido moderno, não tenha precedentes antes dos impactos da colonização na América, ainda assim, não se pode deixar de mencionar que foi a principal fundamentação, para que o contexto da escravidão fosse introduzido no continente americano (QUIJANO, 2005).

Especificamente, o tráfico de negros e negras africanos, na América Latina, favoreceu a intensa exploração de milhares de pessoas, as quais foram forçadas a sair de seus locais de origem para serem submetidas à condição de propriedade. No Brasil, durante mais de trezentos anos, a riqueza econômica esteve atrelada à escravização do povo negro africano, que esculpiu desigualdades sociais e raciais com a premissa daqueles considerados “importantes” e “inferiores”. A necessidade de uma mão de obra rentável, desde muito cedo, denunciou a construção da sociedade brasileira baseada no racismo e, por conseguinte, no patriarcalismo (ALBUQUERQUE; FRAGA FILHO, 2006).

Nesse cenário, as mulheres negras podem ser vistas como um dos grupos que mais sofreram em razão desse processo de desumanização do negro e de desqualificação da mulher. A realidade materializada pelo racismo e patriarcalismo mostra-se de diversas maneiras para a mulher negra brasileira, sendo que outros fatores, como a idade, escolaridade e condições financeiras também influenciam na forma de percepção das questões de raça e gênero. O resgate de sua história, desde o período colonial até os dias atuais, passa a ser imprescindível no processo de análise de suas vozes.

---

<sup>2</sup> Trecho baseado título do livro “E eu não sou uma mulher?: mulheres negras e feminismo”, publicado em 2020, da autora norte-americana Bell Hooks.

Adentrar nas vicissitudes da condição social negra e feminina, a partir da colonização, mostra-se, aparentemente uma condução estudiosa ousada, mas necessária ao vislumbrar os efeitos da colonialidade nos seus corpos, até o presente momento. Com isso, tendo em conta as diversas peculiaridades sociais relacionadas às mulheres negras, em um primeiro plano, esta pesquisa centra-se no retrato do período colonial e imperial, sob a ótica da escravidão.

As mulheres negras escravizadas eram vistas como uma unidade de trabalho altamente lucrativa, desprovida de humanidade e, por conseguinte, de gênero. A postura dos senhores orientava-se pelo ideário da conveniência. Quando lucrativo, as exploravam nos mesmos termos dos homens, sendo isentas de gênero, ao passo que, quando punidas tinham seus corpos reduzidos ao estado de “fêmeas”. Apesar de ostentarem alguns benefícios da ideologia de feminilidade, tem-se que a verdadeira realidade típica relacionada às mulheres negras era justamente do trabalho forçado (DAVIS, 2016).

O perfil associado a essas mulheres, segundo a visão do colonizador, transitava entre a imagem da “mucama” e a “permissividade sexual”. O tratamento objetificado regia as relações constituídas, em que qualquer distinção de gênero não passava de mera condução punitiva. Ou seja, fosse nas minas, lavouras ou no ambiente doméstico, as mulheres negras deveriam desempenhar papéis humilhantes (GOMES, 2021).

Essa crescente ideologia da feminilidade, com o decorrer dos anos, preconizava a atribuição das mulheres brancas às funções de protetoras, companheiras e donas de casa amáveis diante dos homens da família, o que não se encaixava na trajetória identitária das mulheres negras, daquele período, visto que eram tratadas como anomalias (DAVIS, 2016). Também, mediante essa perspectiva ideológica, nota-se que, naquela época, a orientação católica conduzia fortemente as relações interpessoais existentes na sociedade brasileira, sobretudo, das mulheres não negras (CUNHA, 2010).

O cotidiano das mulheres brancas pertencentes às camadas privilegiadas baseava-se nas tarefas do lar, que incluíam a limpeza, a alimentação e o cuidado dos membros da família. Prevalcia um juízo de distanciamento da vida externa e do lar, cabendo aos homens a responsabilidade de gerir a realidade social e financeira do núcleo familiar, à medida que as mulheres, estando restritas ao ambiente domiciliar, não deveriam ter nenhuma participação social e política relevante (CUNHA, 2010). Contrariamente, as mulheres negras escravizadas não eram tratadas como o “sexo frágil” ou “dona de casa”, tampouco, os homens negros escravizados poderiam agir como “chefes” e “provedores” da família, levando em conta que ambos se enquadravam na posição de mercadorias rentáveis (DAVIS, 2016).

Assim, este tratamento social direcionado aos homens negros e mulheres negras que viviam sob a pressão da escravidão, apenas acentuava a estratégia do sistema escravagista de desencorajar o desenvolvimento da masculinidade e feminilidade dessas pessoas escravizadas, tendo em vista que o empoderamento delas poderia levar à ruptura desse modelo econômico. Como se vê, tornava-se desinteressante humanizá-las quando, isto poderia significar a perda de grande quantidade de fundos financeiros (DAVIS, 2016).

Ademais, outra diferença entre as mulheres negras e brancas está no campo da maternidade, o qual amplamente explorado na figura feminina, não se estendia às vivências das mulheres pretas escravizadas. Estas aos olhos do opressor significavam simples “reprodutoras” e instrumentos de garantia do crescimento da mão de obra escrava (DAVIS, 2016). Diferentemente, da imagem angelical ou santificada atrelada à mulher branca, cuja educação se restringia aos cuidados do lar, dos filhos e da obediência aos homens da família (SANTANA, 2014).

Considerando que, na convicção dos senhores de escravos, as mulheres negras compreendiam uma força de trabalho completa, buscava-se assegurar que elas pudessem dar à luz tantas vezes quanto fosse biologicamente viável. Os seus filhos, encarados como produtos, eram retirados muito jovens de seus cuidados, uma vez que deviam retornar ao trabalho braçal nas lavouras, por exemplo. Igualmente, mesmo que fossem acolhidas com certa indulgência, quando grávidas, havia interesses pecuniários em relação aos seus filhos nascidos com vida (DAVIS, 2016). Logo, a maternidade que, para a mulher branca, era sinônimo de glorificação de sua subjetividade social, contemplava-se, no período colonial e imperial brasileiro, como um fator repressivo de raça, gênero e classe nas vivências da mulher negra (COLLINS, 2019).

Por consequência, destaca-se que a sexualização dos corpos das mulheres negras as tornava vulneráveis a todo tipo de violência, particularmente, a sexual e psicológica. O invento da representação inocente e virtuosa da mulher branca transformou-se num aparato argumentativo para a exploração sexual das mulheres negras escravizadas. Enquanto, endeusavam as mulheres brancas, as negras eram assediadas e brutalizadas sexualmente. O estupro nas entrelinhas significava uma forma de dominação psíquica eficaz, já que a ameaça desse ato causava enorme terror entre essas pessoas (HOOKS, 2020).

Davis (2016) refere que as mulheres negras escravizadas tinham punições mais violentas, se em comparação com os homens escravizados, já que estas eram açoitadas, mutiladas e estupradas. A vitimização sexual extrema e a naturalização de seus traços corporais contribuíam para a propagação de discursos imagéticos racistas e machistas, os quais evocavam a ótica de serem mulheres sexualmente livres, podendo ser submetidas à

função de satisfazer os desejos sexuais dos homens. Em outras palavras, a metodologia de controle do estupro promoveu, na realidade da mulher negra, a objetificação de seus traços, como meios de satisfação de desejos sexuais, desimportando suas dores e angústias (HOOKS, 2019).

Entretanto, pontua-se que as mulheres negras não aceitavam pacificamente a subjugação sexual e moral sofrida. Pelo contrário, esta situação era a exceção. Numericamente, a quantidade daquelas que aceitavam a condição de escravizadas era menor, frente a tantas outras que resistiam e desafiavam os desmandos dos senhores, ainda que suas atitudes fossem sutis (DAVIS, 2016). Nesse sentido, Gomes (2021, p. 359) destaca que as mulheres negras:

[...] foram elas as protagonistas de inúmeras histórias de resiliência e superação que mudaram a paisagem escravagista. Nessa condição, agiram ativamente não apenas para conquistar a liberdade de seus maridos e filhos, mas também para transformar a sociedade em que viviam. Ocuparam cargos importantes na direção de irmandades religiosas, fundaram terreiros de candomblé (chamados de calundus na época colonial), se elegeram “rainhas” de comunidades negras, lideraram quilombos [...].

A sociabilidade das mulheres negras não detinha caracteres de passividade, como muitos textos daquele período narravam. O comportamento das mulheres negras escravizadas, em oposição à escravidão, entre outros aspectos, tinha traços combativos e estratégicos. Gomes e Paixão (2008) aduzem que o poder decisivo das mulheres negras, nesse cenário, manifestava-se na luta pela manutenção do núcleo familiar, cuja maior preocupação estava em manter e proteger a integridade física e psíquica de seus filhos e companheiros.

O ato de resistir significava preservar a sua cultura, movimentar e organizar fugas, unir a comunidade escravizada, recusar-se a trabalhar, ameaçar os senhores com o suicídio ou infanticídio, obter informações atinentes a fugas e transferências indesejadas, providenciar suprimentos aos negros e negras em fuga. Além disso, desenvolviam a liderança das comunidades quilombolas, mesmo que de forma provisória (GOMES; PAIXÃO, 2008). Em outras palavras, o adjetivo “protagonista” enquadra-se à figura negra e feminina, tanto no período colonial, quanto hoje.

O sistema escravagista estabilizou uma hierarquia social amparada no racismo e sexismo, cujo posicionamento dos atores sociais priorizava, na visão de Hooks (2020), os homens brancos em primeiro lugar, as mulheres brancas em segundo lugar, os homens negros em terceiro lugar e as mulheres negras em último lugar. Frisa-se que, ao olhar a conjuntura da escravidão, verifica-se que houve a objetificação e sexualização do corpo das mulheres

negras, haja vista que o próprio lugar de evidência das suas contribuições na luta negra escravizada foi, por muito tempo, apagado. Essa constatação reafirma o posicionamento trazido por Hooks (2020), no que tange à inferiorização da mulher negra.

Após a abolição da escravatura, em 13 de maio de 1888, pela Lei Áurea, que, com apenas dois artigos, colocava fim a um quadro desumano de mais de trezentos anos, negras e negros libertos não tiveram qualquer amparo estatal, que garantisse sua subsistência. Diversamente à tão almejada liberdade, viram-se, do dia para a noite, sem um lugar para morar e um trabalho que lhes sustentassem. Na teoria, a abolição figurava como um avanço em termos de liberdade, educação e cidadania, porém, na prática, essas pessoas se depararam excluídas da sociedade (ALBUQUERQUE; FRAGA FILHO, 2006).

Os milhares de homens, mulheres e crianças que se encontravam escravizados puderam comemorar sua liberdade, a qual se traduzia na oportunidade de ir e vir, de abandonar suas antigas vidas e ter projeções positivas para o futuro. A notória felicidade podia ser visualizada nas ruas das grandes cidades, como o Rio de Janeiro, e, inúmeras noites de música e dança embalaram as manifestações de alegria. Contudo, a euforia foi cedendo lugar à dura realidade que estava a frente do povo preto. As dificuldades para encontrar trabalho, a ausência de uma morada decente e a fome obrigaram muitos dos ex-escravizados a retornarem aos mesmos lugares, onde, pouco tempo antes, sofriam todos os tipos de barbáries (GOMES, 2022).

Lentamente, negras e negros voltavam para as antigas senzalas, agora, denominadas “dormitórios”, “quartos de empregados”, “dormitórios de libertas”, submetidos a condições desiguais, mediante o pagamento de salários irrisórios. Outras famílias dirigiram-se para as periferias, dando início ao fenômeno das favelas. Já uma parte da população liberta se deslocava de uma região para outra, conforme as demandas laborais que surgiam (GOMES, 2022).

Os estereótipos dos negros malvestidos, sujos e criminosos adquiriram enorme amplitude, por ocasião da criação de leis, a exemplo da “Lei da Vadiagem”, que revitimizava esses seres humanos tratando-os como desordeiros e descumpridores das normas. Ainda, os excluídos da sociedade tiveram que viver e assistir às inúmeras tentativas de abrandamento das situações cruéis que lhe foram impostas, durante a escravidão. Os homens negros foram os mais impactados pela coercitividade dessas imposições realizadas pelos grandes donos de terra e antigos senhores de escravos, embora, as mulheres negras tenham sofrido de igual modo com as mesmas sobreposições (GOMES, 2022).

Nessa dimensão, passa a ser notória a percepção de que as mulheres negras eram mais “sucedidas” do que os homens negros, que se tornavam, cada vez mais dependentes delas, haja vista a dificuldade de alcançar um trabalho urbano digno. Comumente, eram as únicas responsáveis e líderes dos núcleos familiares, perante a ausência de um cônjuge ou outra pessoa capaz de ajudá-las econômica e, psicossocialmente, mesmo havendo fortes laços de solidariedade nas comunidades em que viviam, com amigos, parentes e vizinhos (ARAÚJO, 2013).

Com o tempo, o trabalho se constituiu como um dos maiores catalisadores descritivos da condição social da mulher preta, no século XX, o qual gerou o enfraquecimento de suas relações interpessoais, a exemplo da maternidade. Quando as mulheres brancas reivindicavam, no Movimento Feminista, o acesso ao mundo do trabalho, tal embate se mostrava discrepante da vida das mulheres negras que nunca de fato saíram do espaço trabalhista. Basicamente, as mulheres pretas, nas múltiplas tentativas de sobreviver, deixavam seus próprios filhos em casa e tomavam conta dos filhos daquelas mulheres que lutavam nas ruas (CARVALHO; SANTOS, 2021).

Logo, retratar a experiência negra e feminina pós-abolição é situá-la, essencialmente, dentro dos movimentos sociais frente ao seu papel dinâmico na luta contra a estrutura racista e patriarcalista do país, como o caso do Movimento Feminista Negro. Para Collins (2019), o feminismo negro enxerga, na experiência, o centro teórico das feministas negras, que influencia na determinação de qual questão merece ser investigada, os quadros interpretativos que serão usados na verificação dos resultados e o conhecimento subsequente que será expresso.

No feminismo negro, o conhecimento ultrapassa aquele produzido pela elite branca europeia, ao exprimir as preocupações reais de mulheres negras (COLLINS, 2019). Assim sendo, Figueiredo (2020, p. 10) liga, por exemplo, a conduta investigativa universitária com os pressupostos teóricos e sociais preconizados pela linha feminista negra:

[...] reconhecamos que para o feminismo negro e para a comunidade negra o conhecimento não é só produzido na academia, o ingresso de estudantes negras e negros, de estudantes de comunidades tradicionais e de camadas populares nas universidades tem alterado as agendas de investigação/pesquisa, uma vez que a maioria das estudantes elege temas próximos, muitas vezes relacionados ao próprio cotidiano.

A mencionada alegação interliga-se com os fundamentos que levaram a autora desta pesquisa que, como mulher negra, viu, nas suas vivências e de outras próximas a ela, uma possibilidade de se trabalhar as vozes de um grupo, muitas vezes, silenciado pelo preconceito,

por meio do papel contributivo da contextualização histórica do corpo negro e feminino. Collins (2019) afirma que a emoção, ética e razão se tornam os componentes interconectores da forma politizada do pensamento e da prática feminista negra.

O texto funciona como um veículo de reivindicações baseadas na experiência pessoal de cada mulher negra, que possui um enorme valor científico, tanto quanto qualquer outro conhecimento produzido com maiores tecnicidades. A emoção e o cuidado destacados por Collins (2019) demonstram que o respeito e cuidado com o outro está no comprometimento de compartilhar aquilo que se aprendeu com toda a comunidade.

Os pressupostos apresentados pela estudiosa Collins (2019) ratificam a trajetória da mulher negra diante das adversidades da vida, bem como a sua luta constante voltada à mudança dos paradigmas sociais discriminatórios. Trata-se da adoção de uma postura centrada na coletividade, em que se deparar com uma determinada realidade representa resistir e pensar no próximo.

A linha de pensamento feminista negra, no Brasil, ganhou imensa ênfase, nos anos de 1980, cuja voz e ação de várias mulheres negras se tornou o canal de divulgação dos anseios desse grupo social, que, na sua história, sofreu com os efeitos da exclusão de seus traços. A atualidade da condição social da mulher preta encontra-se marcada pela violência, desvalorização de seu trabalho e pela permanente necessidade de reafirmação de suas origens (LEAL, 2020).

Dessa forma, para fins de estudo, elenca-se alguns vetores sociais que percorrem a conjuntura social da mulher negra, os quais são citados por Carneiro (2003) como pontos marcados pelas discriminações de raça e gênero, por exemplo, o campo trabalhista, a violência, a saúde e os meios de comunicação. Fernandes e Souza (2018) versam que são inúmeras as situações em que a pessoa negra é vista como inferior perante a sociedade, o que acaba favorecendo que ela própria descredite do seu potencial transformador.

No que tange à mulher negra, a imagem objetificada e sexualizada ocasionada pela colonialidade, hoje, tem contornos ruins com a divulgação midiática que liga sua corporeidade a papéis subordinados ou criminosos. A falta de representatividade, nos meios televisivos e cibernéticos, faz com que o vislumbre de uma ascensão social seja uma possibilidade longínqua, em decorrência da cor de sua pele e o fato de ser mulher. Os pequenos avanços sociais que possibilitam a ascensão de algumas mulheres negras, como sua inserção na vida universitária e a ocupação de cargos de chefia, terminam ofuscados pelo enaltecimento das conquistas dos grupos mais favorecidos socialmente (FERNANDES; SOUZA, 2018).

Do mesmo modo, os reflexos da colonialidade podem ser notados na violência contra a mulher negra. Há, na violência simbólica, a conexão do sistema escravista brasileiro, que se reproduz na mentalidade de hipersexualização e objetificação desse grupo, a partir da identidade de “não sujeito”. Com isso, volta-se para a narrativa universalizante trazida pelo Movimento Feminista que debatia assuntos atinentes aos aspectos de raça, bem como o Movimento Negro que não se fundava essencialmente nas discussões de gênero (GARCIA, 2020).

A violência simbólica discorrida reporta-se na desvalorização da dignidade negra e feminina, que gera resultados imateriais na sua subjetividade social. Seguidamente, pode-se dizer que a mesma violência simbólica em tópicos extremos passa a ser física e letal. A agressão e morte desses indivíduos somente concretiza o ápice de um histórico social de violências estruturais, institucionais e interpessoais que os excluem das ações protetivas que asseguram saúde, educação, segurança, justiça e informação a todos os cidadãos. Resumidamente, a violência letal denuncia os entraves sociais advindos do racismo e sexismo de vários anos (GARCIA, 2020).

Consequentemente, sinala-se a área da Saúde como outro entrave do preconceito oriundo do período colonial que atinge a vida da mulher negra, na atualidade. A violência simbólica, anteriormente, citada acarreta efeitos pessoais e públicos no âmbito psíquico, considerando que a simples condição de “ser negro” para a pessoa faz com que ela esteja em constante estado de ataque e defesa. O mito da democracia racial credibiliza a permanência dessa situação, visto que tal crença recusa a existência do racismo no seio social e que este seria um fator de desigualdade entre os brasileiros (BARBOSA; SILVA; SOUSA, 2021).

Os autores estendem essa lógica, quando abordam que uma das manifestações do racismo e sexismo está na formação profissional de saúde que não abrange as peculiaridades da população negra com as devidas considerações estabelecidas pela Política Nacional de Saúde Integral da População Negra. Seguindo esse viés, a herança discriminatória reproduz estereótipos que causam sofrimento para as mulheres negras, como exemplificam Kubiak e Oliveira (2019), no tocante ao imaginário da “força” ou “maior tolerância a dor” que causa a minoração de medicamentos e anestésias em operações, tratamentos médicos e prioridade no atendimento de urgência.

No mais, cabe aludir o panorama educacional e trabalhista das mulheres que se associa com os demais vetores já versados. A educação, segundo Fernandes e Souza (2018), converteu-se em uma das formas de ascensão social e financeira da mulher negra. Quanto maior a qualificação dessa mulher, maior seria seu cargo alcançado no mercado de trabalho.

Contudo, essa mesma visão, também frisada pelos pesquisadores Fernandes e Souza (2018), não incluiria uma garantia permanente do fim das noções preconceituosas enraizadas no espaço social, mas somente um elemento combativo do pensamento racista e sexista.

As conquistas no mundo da educação e do trabalho tratam de um passo significativo no combate ao racismo e patriarcalismo estruturados na sociedade brasileira. O aparato educacional e profissional promove o empoderamento individual desse grupo, o qual se faz ativo na luta contra a desconstituição dos estereótipos que sexualizam e objetificam a figura preta e feminina brasileira.

Acrescenta-se que todos esses marcadores ou vetores já percorridos possuem a intrínseca relação com a afetividade da mulher negra. As interações sociais construídas com o outro fundamentam a maneira como a mulher preta vive suas experiências pessoais. A afetividade, em termos gerais, seria o processo de construção do “amor”, nas suas abundantes manifestações. Hooks (2021) expressa que o ser humano está tão acostumado com o desamor, que não sabe como demonstrar esse sentimento, ou seja, esboçar a sua afetividade.

Justamente, esse o principal ponto que perpassa a condição social da mulher negra, a qual, no contato com o outro, possui dificuldade de identificar o que é carinho, afeição e amor. Desse modo, opera-se importante pensar no amor como uma ação, vez de um sentimento, a fim de que as expectativas sejam quebradas e o amor vivenciado, de forma satisfatória. Isso envolve renunciar à solidão e experimentar novas perspectivas, quando houver a formalização de conhecimentos inovadores, como integralizar espaços desconhecidos (HOOKS, 2021).

Diante disso, a partir da contextualização da situação social da mulher negra brasileira, desde o período colonial até a atualidade, é possível verificar a permanência de pensamentos patriarcais e escravagistas que influenciam na forma como ela é tratada e vista socialmente. O resgate de sua história, no Brasil, contribui para a análise de suas narrativas, à medida que ressalta a necessidade de se observar os detalhes que percorrem seu cotidiano, seja no trabalho, na mídia, na educação, na saúde, seja na maternidade e nas relações afetivas. A investigação histórica permite uma melhor conceituação das noções de raça e gêneros, conjuntamente com a abordagem dos direitos humanos, os quais são versados no próximo capítulo.

## **4 CAPÍTULO IV - OS DIREITOS HUMANOS E A MULHER NEGRA: CAMINHOS QUE SE CONECTAM**

Os direitos humanos de modo amplo, podem ser caracterizados como um grupo de normas que reconhecem, respeitam e protegem a dignidade humana de cada indivíduo. Sua ética está em notar no outro que ele é merecedor de receber todas as considerações para que seja capaz de desenvolver de forma livre e autônoma suas potencialidades (PIOVESAN, 2018). Em outras palavras, os direitos humanos caracterizam-se por ser condições e garantias que são declaradas fundamentais, pelo simples fato da existência do ser humano, mediante o objetivo natural de promover uma experiência social digna a todos (SILVA, 2015).

Essa categoria de direitos orienta-se pela afirmação da respeitabilidade e a prevenção do sofrimento humano, conforme a luta e ação social de cada sujeito. Age diante de uma plataforma emancipatória da subjetividade humana, intervindo, particularmente, quando há o embate da dicotomia do *eu versus o outro*. Em suma, o tratamento genérico, sem adentrar nas especificidades de cada grupo, configura-se algo insuficiente para o exercício de direitos básicos, de igual medida que adotar uma postura exclusiva em nada cabe à vertente ética dos direitos humanos (PIOVESAN, 2018).

Piovesan (2018) segue esse pensamento, referindo que determinados sujeitos ou violações de direitos cobram respostas diferenciadas, o que abarca crianças, indígenas, negros, mulheres, entre outros. Logo, refletir a relação entre os direitos humanos com a mulher negra passa a ser uma premissa natural ao se estudar os próprios pressupostos constituintes do que seriam as normas protetoras da vida humana. Nesta pesquisa, exhibe-se pertinente, primeiramente, trabalhar alguns aspectos relativos à discriminação racial e aos direitos humanos da mulher, trazendo à tona pontos referentes às noções de raça e gênero.

A temática da discriminação racial tem sido discorrida tanto em nível internacional, quanto brasileiro. Sendo assim, no plano internacional, cita-se a Convenção Internacional para Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial, de 1966, que possui como princípios norteadores o da dignidade e igualdade. Demanda-se pela não discriminação de qualquer espécie, a fim de assegurar a compreensão e respeito de todos (GUERRA, 2022).

Seguindo esse raciocínio, a discriminação racial define-se como o ato distintivo, excludente, restritivo ou preferencial baseado na raça, cor, descendência, origem nacional ou étnica, a qual possui o intuito de dificultar o reconhecimento, gozo ou execução plena de direitos e liberdades fundamentais em variados âmbitos da vida particular ou privada (GUERRA, 2022).

O mesmo autor assevera que a Convenção Internacional para Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial, de 1966, obriga os Estados a aplicarem uma série de medidas para o alcance do fim desse contexto separatório humano, entre elas, a abolição de leis e demais espécies normativas que possam perpetuar a discriminação racial, e, a garantia da igualdade dos múltiplos seguimentos sociais, incentivando-se a criação da discriminação positiva ou ações afirmativas. A problemática da discriminação de qualquer tipo tem ramificações históricas, cuja preocupação dos entes estatais locais e internacionais em combatê-la se mostra cada vez maior (PIOVESAN, 2018).

No Brasil, a Constituição Federal de 1988 veda qualquer discriminação, sendo todos tratados igualmente. Entretanto, o racismo é evidente no cotidiano brasileiro, refletindo as consequências de um sistema escravagista e racista que violou, incisivamente, direitos fundamentais da população negra, por três séculos. Frente a isso, dialogar sobre a discriminação racial de maneira superficial sem aprofundar o olhar para suas origens, torna-se insuficiente e ineficiente (GALVÃO; NOBRE; PEREIRA FILHO, 2021).

Essa concepção faz referência ao objetivo central da ética dos direitos humanos, que envolve a comemoração à diversidade e rejeição a atitudes separatórias. Por lógica, seguindo tal acepção, é possível retomar a visão de Mbembe (2014), segundo o qual, a raça é um complexo gerador de medos, tendo o “outro” não como semelhante a si mesmo, mas como um objeto ameaçador que precisa ser destruído. Basicamente, a discriminação racial conecta-se com os direitos humanos, no instante em que a sociedade deve se opor aos atos excludentes, já que a proteção da dignidade humana deve ser uma prioridade máxima de todos.

Na seara social, propriamente dita, vislumbra-se que a discriminação racial pode ser descrita como a atribuição de tratamento diferenciado a membros de grupos que estão racialmente identificados. Logo, o requisito fundamental dessa discriminação será o poder subscrito na possibilidade de se usar a força para estabelecer as vantagens e desvantagens em razão da raça, podendo esta discriminação ser direta ou indireta (ALMEIDA, 2018).

A discriminação direta abarca o repúdio ostensivo a indivíduos ou grupos, tendo como motivação a questão racial. Moreira (2017) destaca que a discriminação direta pressupõe que as pessoas são discriminadas, a partir de um único vetor, havendo a imposição de um tratamento desvantajoso fundado no desejo de discriminar. Assim, segundo Moreira (2017), esse tipo de discriminação não tem um aspecto coletivo, tampouco considera o contexto social relevante, tendo em vista que se restringe ao momento presente em que racionalmente agem os sujeitos sociais. Dessa forma, Almeida (2018) exemplifica a ocorrência da discriminação direta, quando uma loja se recusa a atender determinada clientela por conta da raça.

Já a discriminação indireta se traduz na situação específica em que um grupo minoritário é ignorado ou há imposição de regras de “neutralidade racial” (ALMEIDA, 2018). Seguindo essa atribuição, nem sempre existe a presença objetiva da intenção discriminatória ou a aplicação de medidas de diferenciação que são legalmente repudiadas. Esta realidade caracteriza a discriminação indireta, levando em conta que o *status* social de variados seguimentos da sociedade são inobservados, nos regramentos universalistas (MOREIRA, 2017).

Com isso, se favorece a manutenção de desvantagens sociais. Por exemplo, a criação de normas facialmente neutras que propiciam a exclusão social diante das assimetrias de poder que estão imersas na sociedade (MOREIRA, 2017). Dito isso, a discriminação racial engloba essas duas discriminações (direta e indireta), na medida que é o tratamento diferenciado que carrega ou não intencionalidade, mas que culmina no privilegiamento de um grupo em comparação ao outro, desconsiderando suas condições peculiares.

A partir dessa concepção, passa a ser viável exercitar, nesta etapa do texto, a inversão de ordens conceituais (raça - discriminação racial), para se elencar o conceito aproximado de raça. Almeida (2018) aponta que raça não é um termo fixo ou estático, pelo qual está inevitavelmente associado às circunstâncias históricas em que é usado. Ele também ressalta que a noção de raça ainda é um fator político importante utilizado para naturalizar desigualdades e justificar segregações de grupos tidos como minoritários sociologicamente.

Com essa premissa, a noção de raça, sob o viés da teoria feminista negra, procura elucidar o contexto social do racismo que atinge a trajetória da mulher negra. Ou seja, tem-se que nesta dissertação de mestrado o termo raça adquire os contornos da inserção do racismo na vida experienciada pelo corpo negro feminino. Dessa forma, segundo Kilomba (2019, p. 85 - 86), no racismo estão presentes três características simultâneas:

[...] a primeira é a *construção de/da diferença*. A pessoa é vista como “diferente” devido a sua origem racial e/ou pertença religiosa. Aqui, temos de perguntar: quem é “diferente” de quem? É o *sujeito negro* “diferente” do *sujeito branco* ou o contrário, é o *branco* “diferente” do *negro*? Só se torna “diferente” porque se “*difere*” de um grupo que tem poder de se definir como norma-a norma *branca*. [...] Nesse sentido, não se é “diferente”, torna-se “diferente” por meio do processo de discriminação. A segunda característica é: *essas diferenças construídas estão inseparavelmente ligadas a valores hierárquicos*. Não só o indivíduo é visto como “diferente”, mas essa diferença também é articulada através do estigma, da desonra e da inferioridade. [...] É a combinação do preconceito e do poder que forma o racismo [...] por sua vez inclui a dimensão do poder e é revelado através de diferenças globais na partilha e no acesso de recursos valorizados, tais como representação política, ações políticas, mídia, emprego, educação, habitação, saúde, etc.

Ou seja, o racismo se baseia na ideia do “diferente” ao organizar hierarquias que inferiorizam grupos, projetam preconceitos e centralizam o poder nas mãos de pessoas estruturalmente privilegiadas, como a questão da branquitude. Diante disso, a (in)visibilidade do racismo estruturado na sociedade depende do reconhecimento de privilégios da própria branquitude, como bem demonstra Bento (2022), juntamente com a reivindicação por mudanças de paradigmas sociais historicamente desiguais, de acordo com Ribeiro (2019), tendo como consciência básica as três características mencionadas acima.

Então, no caso da mulher negra, segundo a visão do feminismo negro, o fator do racismo acentua sua vivência excludente, pelo fato de ser negra, ou seja, “diferente” da visão generalista de mulher (KILOMBA, 2019). Sob esta ótica, o racismo é uma forma sistemática de discriminação, a qual tem a raça como fundamento, no decorrer de práticas do ato humano consciente e inconsciente (ALMEIDA, 2018).

Assim, em relação aos direitos humanos da mulher, cabe destacar a Convenção Internacional sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher, assumida em 1979, como um notável passo no processo de reconhecimento e valorização da dignidade da mulher. A convenção passou a enfatizar as contínuas barreiras da experiência feminina atinentes à dificuldade de participar da vida política, econômica, social e cultural de seus países, fazendo com que haja o desenvolvimento quase inexistente de suas potencialidades (GUERRA, 2022).

Enaltece-se o papel da mulher no progresso das diversas esferas estruturais e funcionais dos Estados, que reconhecem, na sua figura, uma importante contribuinte do bem-estar social. Dessa forma, reprovase a discriminação contra a mulher, considerando ser toda distinção, exclusão ou restrição baseada no sexo, cujo objeto ou resultado vise prejudicar o reconhecimento ou gozo de seus direitos. O fundamento compreende o zelo pela igualdade entre homens e mulheres (GUERRA, 2022).

Já na amplitude brasileira, a conquista dos direitos humanos das mulheres aconteceu gradativamente, em que seu auge pode ser apontado na redação e no reconhecimento da formal igualdade entre homens e mulheres, feito na Constituição de 1988. Nota-se que houve a busca no sentido de terminar com a discriminação, mas, juntamente propor medidas que viabilizassem condições e maiores oportunidades de vida numa sociedade, estruturalmente, patriarcalista. Apesar da evolução dos direitos femininos, faz-se pertinente assinalar o ato da violência de gênero como uma constante que assombra o dia a dia dessas pessoas (GUERRA, 2022).

A Lei Maria da Penha, de 2006, em termos de aparato legal, apresenta-se como um enunciado de extremo conteúdo constitucional específico sobre a violência doméstica, cujo texto tem influência na Convenção de Belém do Pará, concluída em 1994. Atualmente, esta lei ultrapassou os debates de gênero, adquirindo um viés humanizado e muito mais acolhedor, ao ser adotada em casos de homossexuais e mulheres transsexuais, por exemplo. Resumidamente, hoje, a referida lei adquire novas interpretações (ALMEIDA; COSTA, 2022).

Sob esta ótica, versar sobre os direitos humanos da mulher, indiretamente, traz consigo a noção de gênero, que, nas considerações de Guerra (2022), é uma construção sociocultural hierárquica de papéis do que é considerado masculino e feminino. Trata-se de trazer para o setor público solicitações silenciadas na passagem dos anos, como a atenção e proteção à saúde reprodutiva e sexual.

Essa consideração, pontuada por Guerra (2022), muito se conecta ao sentido político que pode ser dado ao conceito de gênero, que ainda se evidencia como uma categoria de análise útil, conforme aduzem Pedro e Veiga (2019, p. 330-333):

O conceito de gênero, no sentido político que se conhece na atualidade, surgiu com força na segunda metade dos anos 1980, tendo sido construído coletivamente e de modo desafiador, pela colaboração de algumas teóricas do feminismo, que percebiam a vulnerabilidade dos termos mulher ou mulheres, ao trazerem em seu bojo uma força de legitimação apoiada no corpo biológico desses sujeitos. Gênero buscaria então dar conta de relações socialmente constituídas, que partem da contraposição e do questionamento dos convencionados gêneros feminino e masculino, suas variações e hierarquização social. [...] Tendo emergido desde o início sob rasura e tensão com as reivindicações intrínsecas ao início dos anos 1980 sobre questões envolvendo raça, etnia, classe e outras possíveis interseções sociais, gênero mostra-se ainda útil como categoria de análise, passando por adaptações às necessidades de cada grupo que a reivindica, incluindo historiadoras e historiadores, que buscam situar sua trajetória teórica e política, constituída e reelaborada ao longo das últimas três décadas.

Com isso, observa-se que a conceituação de gênero pela perspectiva politizada, inicialmente, repassa uma conotação biológica que diferencia homens e mulheres, a fim de legitimar relações de poder. Contudo, cabe referir que Butler (2018) ressalva que gênero é um termo culturalmente construído, sendo significados culturais assumidos pelo corpo sexuado, logo não decorre inevitavelmente do limite lógico “mulher” e “homem”. Esta perspectiva da autora amplia os debates relacionados ao gênero abarcando outros interesses dos grupos sociais, a exemplo da incorporação da realidade racial na subjetividade da mulher.

Butler (2018) instiga a pensar gênero não pelo cenário binário, mas entender a noção de gênero, a partir de enredos formados na sociedade que restringem as devolutivas dos

sujeitos sociais, culturalmente, há papéis definidos como aceitáveis. Em outras palavras, pensar gênero como uma construção cultural é encarar sua mutualidade e constante transformação nas identidades interpessoais.

Objetivamente, ao relacionar os aspectos de gênero formulados afere-se que sua conceituação, pela perspectiva feminista negra, torna-se real e contributiva para os próprios estudos de gênero, uma vez que em certos pontos atende às colocações anteriormente feitas, no que tange à recepção de outras realidades, quando se compreende gênero como uma construção cultural.

Nessa dimensão, se explicita que a conjuntura social da mulher negra engloba assinalar que sua passagem de vida tem a marcação da discriminação interseccional, que, em linhas gerais, é a manifestação conjunta das opressões de raça e gênero. A discriminação interseccional surgiu da constatação de que a discriminação sofrida pelas mulheres negras tinha certos contrastes com aquela vivida pelas mulheres brancas, cuja análise apenas invocada no gênero não atende ao fenômeno social do racismo e sexismo aplicados de forma simultânea (RIOS; SILVA, 2015).

Moreira (2017) conta que a teoria da discriminação interseccional parte do pressuposto de que a luta discriminatória exige considerar dentro da sua pauta aqueles que sofreram distintas formas de opressão, haja vista que, partir de um único vetor, também promove a permanência de hierarquias sociais desiguais, e, por consequência, excludentes. O autor segue dizendo que, na discriminação interseccional, critica-se as relações constituídas nos grupos sociais, sem adentrar nas próprias diferenças internas que há nesses grupos sociais. Em outras palavras, segundo Moreira (2017, p. 110-111), a discriminação interseccional significa afirmar que:

[...] está baseada na premissa de que essa luta requer a consideração das diferentes formas de discriminação a que muitos sujeitos sociais estão submetidos. A interpretação da igualdade apenas a partir de um único parâmetro de comparação encobre a experiência de grupos sociais que sofrem as consequências da convergência de mecanismos discriminatórios. A discriminação sexual não pode ser examinada apenas a partir da comparação com a forma como um homem seria tratado em uma situação similar. Também não se pode examinar uma alegação de discriminação racial levando em consideração se uma pessoa branca seria tratada de forma indevida na mesma situação. Não se trata apenas da verificação se as pessoas que estão sendo tratadas de forma diferente estão igualmente situadas, mais sim do aspecto estrutural dos sistemas de opressão que colocam esses indivíduos em situações inteiramente desiguais.

Desse modo, mediante a averiguação da subjetividade negra e feminina, a teoria discriminatória interseccional ganha maior sentido, quando se vê que, ao longo dos anos, na

sociedade brasileira, a mulher negra passou da condição de objeto para ser considerada uma pessoa, porém o tratamento objetificado permaneceu fazendo parte de sua trajetória pessoal, em que o “não lugar” tornou-se uma premissa nos Movimentos Negro e Feminista, já que, respectivamente, as demandas de gênero e raça eram secundárias.

A presença do corpo negro por si só se conclui como uma transgressão do sistema racista estruturado no ambiente social, enquanto, a introdução feminina, no espaço predominantemente masculino, passa a ser um ato de afronta ao sistema patriarcalista, que forja a composição social de diversos setores da sociedade na atualidade. Entretanto, esses pensamentos isolados guardam o ato de (in)visibilizar as nuances que guardam a condição social da mulher negra (CARNEIRO, 2023).

Assim sendo, a ideia de lugar replica a concepção de que onde o sujeito estiver situado no discurso determinará as interpretações disseminadas a respeito de um ato discriminatório, no qual as articulações do racismo e sexismo produzem efeitos violentos sobre o corpo da mulher negra. Diante desta ocorrência, o feminismo negro traz o protagonismo da mulher negra para os grandes debates sociais, enunciando os discursos daquelas que são as verdadeiras interessadas nesse movimento, as próprias mulheres negras (GONZALEZ, 2020).

Kilomba (2019) reflete que as tendências contemporâneas que abordaram a relação entre raça e gênero, e racismo e sexismo, como acepções paralelas e iguais, no sentido das experiências humanas, acabaram por tornar as mulheres negras invisíveis. Para Kilomba (2019), apesar da viabilidade de se argumentar que o racismo e o sexismo sejam semelhantes, tendo em vista que constroem ideologicamente o senso comum referenciado às diferenças “naturais” e “biológicas”, verifica-se que tanto a opressão racial quanto de gênero posiciona os grupos sociais de maneira diferenciada e, especificamente, com a mulher negra há o entrelaçamento dessas duas diferenças.

Isso porque, as comparações genéricas no interior dos núcleos sociais estigmatizados pelo racismo e sexismo mostram uma falha que resulta no processo de invisibilização e silenciamento das mulheres negras nas interações interpessoais entre as múltiplas pessoas que compõem a sociedade globalizada (KILOMBA, 2019).

Seguindo este viés, todas as implicações isoladas e conjuntas atinentes aos conceitos de raça e gênero indicam uma problemática dentro dos estudos dos direitos humanos, a qual também é contundentemente criticada em outras teorias sociais, como a feminista negra. Trata-se do universalismo que pode ser atribuído aos direitos humanos, a partir da ideia de que todos são iguais, sem as devidas adequações que tal igualdade deva fazer ao contemplar as vivências dos atores sociais.

Através dessa lógica, Oliveira e Pagliario (2022) destacam que a ideia de uma eventual concepção universalista de direitos humanos promove a surperinclusão, o que gera a inviabilidade dos diversos eixos de opressão que as mulheres sofrem, nesse caso principalmente as mulheres negras. Segundo estes autores (2022, p. 111-112):

Direitos Humanos são um fenômeno híbrido, que tem aspectos morais, políticos e jurídicos, de disputas de projetos de organização da sociedade, levando-se em conta a ideia de que alguns valores humanos são fundamentais e devem ser defendidos [...] surgem conceitos e características que passam a ser incorporados no discurso de direitos humanos, dentre os quais destacamos o da universalização, que teve seu reconhecimento institucional marcado pela Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 1948.

Em sequência, Oliveira e Pagliario (2022, p. 112) atentam para a problemática da ideia de universalidade ao apontar suas quatro questões principais, quando inclui-se totalmente os sujeitos sociais sem considerar as opressões que permeiam suas trajetórias de vida na sociedade, sob a premissa de proporcioná-los uma igualdade plena:

[...] a) Uma concepção universalista de direitos humanos é por demais genérica [...] pela sua pretensão de unidade, promove a negação de diferenças e o silenciamento de pautas de grupos marginalizados que se encontram em pontos de interseção de diferentes opressões. [...] b) Pensar nos direitos humanos por via da universalização implica tomar como *todo*, a opressão de gênero, na verdade é apenas parte da opressão sofrida pelas mulheres. [...] c) O argumento da universalidade conduz à ideia de que [...] ao invés de aceitar, conhecer e lidar com a pluralidade, pretende tratar uma causa particular de desigualdade como se fosse a causa de todas as desigualdades sofridas pelas mulheres e essa relação de imposição uniformiza mulheres diferentes. [...] d) A negação de diferença é fator que se relaciona com a surperinclusão, já que ambas são causas de manifestação da invisibilidade interseccional.

Nesse cenário, a universalização dos direitos humanos revela a ausência das intersecções de raça e gênero, bem como de outros marcadores de opressão social. Especialmente, ao se discorrer sobre a mulher negra, esta aparece subvalorizada e pouco respaldada na garantia de seus direitos essenciais, considerando que é visualizada a condição humana ainda perpassada pela desigualdade latente da sociedade estruturalmente racista e patriarcalista.

Logo, atrelar os direitos humanos com os conceitos de raça e gênero é um desafio necessário, para que haja a condução de uma perspectiva não universal do outro. Assim, com o panorama isolado e conjunto da discriminação racial e da mulher no campo dos direitos humanos, pode-se dizer que as normas humanizadas e seus aspectos teóricos ligados à mulher negra estão situados no acolhimento conjunto das noções de raça e gênero, uma vez que

aplicá-las de forma geral e separada seria corroborar como com o universalismo da realidade da mulher ou do negro, (in)visibilizando a mulher negra a poucos debates pertinentes.

Por isso, o intuito da presente pesquisa é investigar as narrativas de alunas e egressas negras do curso de Direito da Universidade de Cruz Alta-RS, na visão da linguagem e comunicação pela perspectiva da Análise de Discurso Crítica, quando em contato com os conhecimentos dos direitos humanos, no ambiente universitário, o que é tratado no capítulo seguinte.

## **5 CAPÍTULO V - VOZES QUE ECOAM NA ACADEMIA, SOB A ÓTICA DAS QUESTÕES DE LINGUAGEM E COMUNICAÇÃO, NA PERSPECTIVA DA ANÁLISE DE DISCURSO CRÍTICA: NARRATIVAS DE ALUNAS E EGRESSAS NEGRAS DO CURSO DE DIREITO DA UNIVERSIDADE DE CRUZ ALTA**

A tentativa de comunicar-se compreende uma necessidade humana de interagir com o mundo à sua volta, sendo que, por intermédio da linguagem que possui um caráter versátil, o ser humano consegue se comunicar de várias formas, a exemplo de sons e sinais. Tem-se na comunicação verbal instituída pela linguagem falada ou escrita uma das modalidades mais corriqueiras de transmissão dos saberes. Dessa forma, a comunicação não verbal acontece, no contexto em que existe o contato pelos gestos, posturas e expressões faciais (BRUM *et al.*, 2018).

Conceitualmente, essa transmissão de saberes ou troca de informações refere-se à capacidade dos indivíduos de dialogar uns com os outros de modo físico ou por meio de dispositivos tecnológicos (BRUM *et al.*, 2018). A complementaridade das linguagens falada e não falada direcionam novos contornos de captação dos sentidos, haja vista que essa rede de conexões possibilita o cruzamento e entrecruzamento de experiências pessoais e coletivas (GUIMARÃES, 2013).

Ainda, atenta-se para a presença do entendimento que defende a comunicação como antecessora à linguagem. A ideia é de que a comunicação seria responsável por dar vida às instituições, assim como à linguagem, tendo em conta que seria um fenômeno comunicacional oriundo do processo social de seleção, ajuste e redirecionamento do imaginário, bem como de percepção lógica daquilo que está diante dos olhos. Seria a comunicação a base das interações sociais, conforme as possibilidades imediatas disponíveis (COSTA; GOMES; OLIVEIRA, 2021).

Desse ponto de vista, a comunicação inaugura as diversas vertentes do convívio interpessoal, seja este harmônico, seja desarmônico. Além disso, insere um conjunto de regras debatidas em sociedade, capazes de estabilizar e organizar processos sociais, ora construídos por meio da linguagem, dando sentido à própria existência do ser humano, segundo Costa, Gomes e Oliveira (2021). Ademais os mesmos autores Costa, Gomes e Oliveira (2021, p. 130) acentuam essa concepção entrelaçando a comunicação com as noções de existência e coexistência, ao dizer que a comunicação:

[...] é a interação, um processo puramente comunicacional, que é responsável por inaugurar as instituições, dentre elas a linguagem. Tais instituições são um conjunto de regras mais ou menos estáveis que possibilita a existência dos sujeitos. Considerando que o interacional pressupõe ao menos um par, dá indícios de que a própria existência dos indivíduos carece de uma díade – uma relação – para se consolidar no mundo. Assim, portanto, começamos a perceber que a coexistência precede a existência e essa coexistência só acontece a partir de interações entre indivíduos consigo e/ou com o mundo. Seria essa coexistência – garantida pelas interações – o universal do conceito de comunicação.

Nesse sentido, é possível voltar para a dinâmica inicial de que a comunicação se constitui na troca de conhecimentos ou mensagens, os quais ganham forma pela linguagem. Embora ocorra a defesa da ideia de que a linguagem advém da comunicação, vislumbra-se que o maior material teórico de análise da comunicação e da linguagem está no entrosamento humano.

É na relação humana que a comunicação se torna o ponto inflexível relacional, pelo qual as mudanças de perspectivas se operam, dando forma à linguagem, por conseguinte ao mundo e aos sujeitos, deixando rastros do que já aconteceu na sociedade, bem como projeções do que ainda pode advir. A comunicação por si só pode aparentar ser estática, todavia, possui um papel executório no processo de percepção e transformação dos espaços sociais (COSTA; GOMES; OLIVEIRA, 2021).

O estudo em comento sintoniza-se com essa perspectiva, tendo em vista que analisa as narrativas de estudantes e egressas negras da graduação em Direito que tiveram contato com os estudos sobre direitos humanos. A referida matéria, assim como outras interações que aconteceram no decorrer da pesquisa, são concebidas num conteúdo comunicacional, que se difundindo nas relações interpessoais promovem a constatação e modificação da realidade objetiva e subjetiva dos indivíduos.

Sob este ângulo, é importante ressaltar que as narrativas no campo da comunicação trazem alternativas de se compreender o mundo social, os sentidos que as pessoas têm de si, das coisas e dos outros. Parte-se do princípio de que os sujeitos tomam decisões, pensam e sentem distintamente. A subjetividade humana, pela memória e oralidade, ganha contornos inovadores na comunicação (PERAZZO, 2015). Com isso, o foco nas questões de raça e gênero nas narrativas das participantes que constituem o *corpus* da pesquisa, sob a perspectiva da Análise de Discurso Crítica (ADC), possui como pano de fundo a observância do cotidiano e o impacto das relações sociais, na individualidade dessas pessoas conscientes das premissas dos direitos humanos.

A visão trazida pela Análise de Discurso Crítica permite renunciar a uma neutralidade absoluta da pesquisadora ao averiguar as vivências do *corpus* da pesquisa, no sentido de

demonstrar um posicionamento crítico que, do ponto de vista exploratório, constitui-se em processo de desvelamento das articulações sociais implicadas dentro da linguagem. Desse modo, vislumbra-se o discurso como uma prática social, que não pode estar restringido apenas a uma análise de texto, mas envolvendo o comprometimento de investigar a relação entre textos, processos e suas condições sociais. Ou seja, trata-se de entender a linguagem em contexto situacional mediato e imediato, sendo este coletivo e individual (SILVA, 2022).

Para tanto, nesta pesquisa, o referido contexto situacional tem como base uma sociedade brasileira estruturalmente racista e patriarcalista, a qual gera reflexos na forma como as relações pessoais e comunicacionais são estabelecidas entre as pessoas. As narrativas das participantes da pesquisa trazem a intrínseca conexão da sociedade e do discurso, a qual, segundo Silva (2022), é um dos principais interesses da ADC. Portanto, a análise das questões de raça e gênero nessas narrativas está direcionada em notar as contações explícitas e implícitas de cada discurso, como se discorre, a seguir.

## **5.1 Resultados finais<sup>3</sup>**

### 5.1.1 Perfil das participantes da pesquisa

Para o levantamento e análise de dados, conforme os objetivos propostos nesta dissertação de mestrado, pontua-se que as participantes da pesquisa foram contatadas, a partir das redes sociais *Facebook* e *Instagram*, a fim de verificar o interesse e disponibilidade em participar da investigação. Em seguida, foram coletados os seus e-mails e, posteriormente, encaminhado o roteiro da entrevista e o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido -Tcle, sendo marcado horário para a resposta do referido roteiro de questões.

Dessa forma, a condução do diálogo entre a pesquisadora e as participantes ocorreu com a realização de uma entrevista semiestruturada, contendo perguntas abertas a respeito das questões de raça e gênero. Assim, a, seguir, são apresentadas as narrativas das 11 participantes da pesquisa, baseadas na apresentação de dez questionamentos, permitindo-se a formulação de novas perguntas, conforme a dinâmica da entrevista.

Para a melhor averiguação dos dados, foram divididas as perguntas em dois grandes blocos, sendo o primeiro trabalhado neste subtítulo. Dessa maneira, as cinco perguntas e respostas indicadas nos quadros, a seguir, funcionaram como uma espécie de sondagem, que

---

<sup>3</sup> Destaca-se que as falas das participantes da pesquisa foram registradas no original, sem qualquer tipo de correção ortográfico-gramatical, em conformidade com a ética da pesquisa.

auxiliou no processo de compreensão e análise dos discursos que são apresentados no segundo bloco.

Quadro 1 - Respostas dos questionamentos 1, 2 e 3.

<b>Participantes</b>	<b>1. Qual o seu atual vínculo com a Universidade de Cruz Alta?</b>	<b>2. Qual a sua idade?</b>	<b>3. Qual seu Estado Civil?</b>
Participante 1	Ex-aluna.	29 anos.	Solteira.
Participante 2	Egressa.	25 anos.	Solteira.
Participantes 3	Egressa.	27 anos.	Casada.
Participante 4	Ex-aluna.	36 anos.	Divorciada.
Participante 5	Acadêmica do curso de Direito.	41 anos.	Divorciada.
Participante 6	Egressa.	36 anos.	Casada.
Participante 7	Egressa.	47 anos.	Casada.
Participante 8	Aluna.	42 anos.	Casada.
Participante 9	Acadêmica de Direito.	26 anos.	Solteira.
Participante 10	Ex-aluna.	29 anos.	Solteira.
Participante 11	Egressa.	36 anos.	Casada.

Fonte: Elaborado pela pesquisadora.

Quadro 2 - Respostas dos questionamentos 4 e 5.

<b>Participantes</b>	<b>4. Onde você reside atualmente?</b>	<b>5. Você possui filhos? Se for o caso, quantos e de sexo/gênero?</b>
Participante 1	Cruz Alta/RS.	Não.
Participante 2	Cruz Alta.	Não.
Participantes 3	Cruz Alta.	Sim, 2 filhos, uma menina e um menino.
Participante 4	Na cidade de Cruz Alta/RS.	Uma filha.
Participante 5	Desejou não responder.	Tenho três filhos homens.
Participante 6	Desejou não responder.	Tenho um filho de 04 anos e um enteado de 16 anos.
Participante 7	Desejou não responder.	Tenho 01 filha, uma menina. Tem 10 anos.
Participante 8	Cruz Alta.	Sou mãe de quatro filhos, sendo três meninas e um menino.
Participante 9	Cruz Alta.	Não possuo filhos.
Participante 10	Condor.	Não possuo filhos.
Participante 11	Ibirubá.	Sim, tenho um filho que vai fazer 09 anos.

Fonte: Elaborado pela pesquisadora.

Segundo as informações juntadas nos quadros 1 e 2, oito participantes são egressas e três participantes são alunas da universidade e, com isso, pressupõe-se que estudaram os conteúdos dos direitos humanos. A proposta desta dissertação de mestrado envolve analisar as

narrativas de alunas e ex-alunas negras do curso de Direito, a fim de contemplar como as questões de raça e gênero aparecem em suas vozes.

Em termos de faixa etária, a média de idade é de 34 anos, sendo que quatro participantes são solteiras, cinco são casadas e duas são divorciadas. As mulheres entrevistadas, atualmente, residem nos municípios de Cruz Alta-RS, Condor-RS e Ibirubá-RS. Ademais, a participante da pesquisa 3 possui dois filhos (uma menina e um menino), ao passo que a participante 4 tem uma filha. Já a participante 5 possui três filhos homens. A participante 6 tem um filho e um enteado, já a participante 7 possui uma filha, a participante 8 tem quatro filhos (três meninas e um menino). E a participante 11 tem um filho.

Desse modo, verifica-se que as participantes da pesquisa, além de terem estudado na mesma instituição de ensino superior, moram em cidades próximas, estando na faixa etária dos vinte anos aos quarenta e poucos anos de idade. Com base nessas informações, a análise das narrativas do bloco dois verifica as questões de raça e gênero de pessoas localizadas no mesmo espaço de tempo e localidades próximas.

### 5.1.2 Os aspectos de raça e gênero no centro das narrativas das participantes negras

Este segundo bloco analítico é baseado no aporte teórico feminista negro, trabalhado no capítulo três, com a intenção de situar as questões de raça e gênero presentes nas narrativas das participantes. Para isso, é resgatada a visão conceitual da Análise de Discurso Crítica, conjuntamente à posição situacional dessas mulheres. A seguir, são apresentados os questionamentos e as respostas das participantes da pesquisa, destacando-se que, por uma questão de ética, em conformidade com o Tcele, são mantidas as falas no original, não sendo feitas correções ortográfico-gramaticais.

**Questionamento 6: No decorrer de suas vivências, você já teve alguma dificuldade de se autodeclarar como uma mulher negra? Por quê?**

**Participante 1-** *Sim. Creio que o fato de eu ser uma mulher negra com tom de pele “relativamente mais claro” faz com que algumas pessoas acreditem que sou “menos negra”. Então, em algumas oportunidades, especialmente com certos tipos de interlocutores, sinto como se tivesse que justificar a razão de me considerar uma mulher negra.*

**Participante 2-** *Não.*

**Participante 3-** *Que eu me recorde não, ser uma mulher negra nunca foi um problema, pelo contrário, para mim representa sinal de resistência e fortaleza que existe em nós.*

**Participante 4-** *Não enfrentei até o presente momento, nenhuma dificuldade para me autodeclarar.*

**Participante 5-** *Nunca tive, sempre me aceitei.*

**Participante 6-** *Não tive dificuldade em me autodeclarar. Mas na faculdade eu tive bastante dificuldade no início. Eu me formei em 2018, né? E no início da faculdade, por alguns semestres, assim, até a metade do curso, eu era a única negra da minha sala. Quando chegava para fazer algum evento da Semana da Consciência Negra, alguma coisa assim, eu ia de porta em porta, nas salas de aula, procurando alguém para ajudar a fazer para alguém, para colaborar comigo, alguém que quisesse participar, e eu não tinha pessoas na faculdade. Então, assim as coisas eu consegui fazer, eu consegui me envolver nos projetos. Durante a faculdade, lá no sexto, sétimo semestre, assim, antes disso eu não tinha colegas negros, nem pardos, nenhum.*

**Participante 7-** *Eu não tive dificuldade, porque minha mãe e meu pai sempre nos ensinaram essas questões raciais, principalmente os meios de defesa, quando acontecesse alguma situação discriminatória. A autodeclaração<sup>4</sup> para mim sempre foi tranquila, pois eu me reconheço, sim, como uma mulher negra desde que nasci, pois isso foi muito bem pautado na minha casa.*

**Participante 8-** *No decorrer das minhas vivências, já tive dificuldade de me declarar como mulher negra muitas vezes, por sentir vergonha, por muitas vezes não saber como me posicionar, por me sentir diferente aos demais, né. Diferente na cor da pele, no cabelo, por sentir que muitas vezes a minha, a cor da minha pele, o meu cabelo incomodava, causava espanto. E em busca, então, dessas dificuldades, a minha profissão me trouxe a liberdade de me transformar, ou seja, alisar o cabelo, procurar embranquecer a minha negritude.*

---

<sup>4</sup> Figura como um critério *a priori* de identificação racial realizado pela própria pessoa antes de passar por um procedimento avaliativo de outro indivíduo (VAZ, 2018).

**Participante 9-** *Não enquanto adulta, mas acredito que enquanto criança, eu tive dificuldade me autodeclarar como negra. E eu lembro de um período muito específico que foi na escola. A minha turma era predominantemente de alunos de pele branca. Logo o meu ciclo de amigas também seria. Eu lembro que quando elas estavam conversando sobre cabelos eu não conseguia me encaixar porque naquele tempo eu usava tranças no cabelo e eu lembro que foi uma dificuldade para eu aceitar o meu cabelo. Então, nessa fase da pré-adolescência, quando eu tinha 10 anos, desde então, decidi fazer alisamento porque eu ouvia comentários como o alisamento vai te ajudar com que tu cuide melhor do teu cabelo, porque o liso é mais fácil de cuidar, então isso foi me convencendo de que o meu cabelo precisava passar por um processo de alisamento, para ser mais parecido com o cabelo das minhas amigas. Pois era mais bonito daquela forma. O meu cabelo natural não era bonito. Então demoraram muitos anos para que eu entendesse e aceitasse o meu cabelo do jeito que ele é. Então, acredito que isso foi uma dificuldade que eu passei é de me autodeclarar como uma criança negra, um adolescente negra, num contexto que eu vivia porque quem sabe eu me comparei com pessoas brancas que não tinham as mesmas características que a minha e eu acreditava que daquela forma, quem sabe, eu seria mais aceita ou conseguiria ter mais assuntos com as pessoas por ser mais parecida com elas.*

**Participante 10-** *Sim. Acredito que no mercado de trabalho é mais difícil me declarar como mulher negra, em razão do preconceito. Quanto ao meio acadêmico acredito que não, porque acho que a universidade nessa questão é bem acolhedora. Então, seria mais no mercado de trabalho, até na vida social dependendo da situação, é mais complicado lidar com a questão racial.*

**Participante 11-** *Sim, principalmente, quando a gente vai preencher os formulários. Então, quando a gente tem que preencher um formulário sempre fica na dúvida se coloca pardo ou negro, isso gera muita dificuldade. Inclusive quando eu ingressei na universidade através de uma bolsa do Prouni de 100% coloquei que tinha descendência afrodescendente, a qual tive que comprovar. Com isso, tive que ir em um advogado de Cruz Alta para ele fazer uma declaração de que eu era negra e tinha descendentes também negros, a fim de conseguir comprovar minhas origens e conquistar a bolsa.*

Inicialmente, foi perguntado às participantes da pesquisa se já tiveram alguma dificuldade em se autodeclararem negras e por quais motivos. Das onze participantes,

observa-se que sete (participantes 2, 3, 4, 5, 6, 7 e 9) demonstraram não ter tido nenhum problema sobre esse assunto. No entanto, atenta-se que a participante 1 acredita ter travessado dificuldades, em razão do tom de sua pele ser “*relativamente mais claro*”. Essa participante destaca a necessidade de justificar-se para alguns interlocutores com a apresentação de argumentos que a faz se considerar uma mulher negra.

A narrativa oferecida pela participante 1 denota o entrecruzamento da racialidade na sua trajetória de vida. Ou seja, o fato de ser negra lhe impactou diretamente durante as interações com o outro. Nesse nível, segundo Hooks (2020), as pessoas, de modo geral, são socializadas no sentido de pensar o racismo somente no contexto do ódio racial. Com isso, para a autora, o refletir a partir de si mesmo e do outro, exprime uma responsabilidade limitada do racismo como uma discriminação ou preconceito de indivíduos brancos contra indivíduos pretos.

Quando à participante 1, ela traz à tona a forma relativizada como é tratada, entre outros aspectos, denuncia os reflexos históricos e sociais de abrandamento da escravidão e as constantes tentativas de apagamento da participação do negro na construção da sociedade brasileira. Logo, o discurso surge no processo de manifestação do poder em meio a uma postura politizada, em que um grupo tenta impor seu domínio sobre o outro, definindo quem pode ser visto como negro ou não, o que atinge a identidade da pessoa relacionada ao ato discursivo (FAIRCLOUGH, 2016).

Essa mesma tentativa de embranquecimento pode ser percebida no discurso apresentado pela participante 8, uma vez que ela narra ter tido problemas em se autodeclarar uma mulher negra, ao estar diante do meio social e se sentir diferente dos demais, por causa de sua pele, de seu cabelo e outros traços da sua configuração corporal. Outro ponto frisado por esta participante é que “*a minha profissão me trouxe a liberdade de me transformar, ou seja, alisar o cabelo, procurar embranquecer a minha negritude*”.

Percebe-se que o termo “embranquecer” surge na sua fala de forma explícita, se em comparação com a narrativa indicada pela participante 1, que se evidencia de maneira implícita. Ambos os discursos mostram os efeitos psicológicos do processo ideológico da colonialização, na subjetividade da mulher negra, em razão das atitudes comportamentais de se encaixar na estética europeia, como assinala Gonzalez (2020). Igualmente, esses detalhes podem ser notados no discurso da participante 9, a qual, mesmo não demonstrando ter tido dificuldade em se autodeclarar negra na vida adulta, sua fala expressa a ocorrência de certas barreiras de se ver como uma mulher negra, na época da infância e adolescência, já que ela praticou ações que a fizessem ser facilmente aceita nos espaços sociais, a exemplo do

“alisamento do cabelo”. O ato de alisar o cabelo possibilitava sua inserção nos grupos interpessoais constituídos na escola.

Outro ponto que precisa ser validado é que, embora a participante 6 não tenha manifestado dificuldades em se autodeclarar uma mulher negra, verifica-se uma questão interessante em seu discurso ao questionar o *status quo* do ambiente universitário, no que tange ao fato de ser a única aluna negra entre seus colegas de sala de aula. A participante 6 realiza um exercício de constatação dos momentos que vivenciou na universidade, a partir de uma dimensão representativa e proporcional de quantas pessoas negras existiam no seu campo de visão (RIBEIRO, 2019). Nesse caso, a autodeclaração adquire contornos de identificação e representatividade com o outro, essa circunstância está também presente na exposição de ideias da participante 10, entretanto, no ambiente de trabalho.

A participante 11 referiu que a dificuldade de se autodeclarar uma mulher negra surge, principalmente, durante o preenchimento de um formulário, haja vista que fica sempre em dúvida quanto à identificação parda ou preta. Ela exhibe essa situação, quando relata sobre o seu ingresso na universidade, ocasião que foi necessária a redação de uma declaração que comprovasse sua afrodescendência.

O episódio ilustrado pela participante mostra duas realidades paralelas, mas fundamentalmente conectadas. A primeira realidade envolve os resultados da miscigenação na estrutura social brasileira, subscrita na constante tentativa de embranquecimento da sociedade, no início do século XX, no Brasil, que culminou também na dificuldade da heteroidentificação<sup>5</sup> de pessoas negras com tons de pele “mais claro”. Já a segunda realidade seria uma manobra institucional que define quem é branco e quem é negro, bem como a distribuição de bens e poderes para cada um desses sujeitos. Em outras palavras, a dúvida a respeito da autodeclaração engloba a primeira realidade, ao passo que a apresentação de documentos na instituição de ensino, para fins de concessão da bolsa de estudos, ressalta o questionamento interno da participante e a delimitação burocrática (institucional) que caracteriza quem é negro (BENTO, 2022).

Pelas respostas apreciadas, verifica-se que de fato há sete participantes que conseguiram se localizar na identidade de “mulher negra” e quatro participantes que viram, na conduta do outro, o esforço de embranquecê-las. As questões de gênero pareceram secundárias nas respostas apresentadas, mas cabe salientar que são igualmente importantes, no

---

<sup>5</sup> Trata-se de um procedimento de identificação étnico-racial complementar à autodeclaração, em que um indivíduo faz percepção social de outra pessoa (VAZ, 2018).

que tange à firmeza declarada pelas participantes em que ser negra e mulher significa “orgulho” e “pertencimento”.

Desse modo, como destacado no discurso da participante 1, em geral, as narrativas das participantes expõem as relações de poder, mediante a padronização daqueles corpos considerados negros ou não. Trata-se da sustentação de perspectivas particulares como tácitas. Neste caso, a indagação sobre se ver como negra ou não revela as representações de dominação feitas pelo outro, que autorizam as participantes a se posicionarem como negras. As perspectivas particulares como tácitas, neste caso, são como um grupo social identifica o outro, ou seja, as características físicas e sociais que fazem delas serem negras (FAIRCLOUGH, 2016).

**Questionamento 7: Você já vivenciou/vivencia algum problema nas suas relações socioafetivas, pelo fato de ser uma mulher negra? Explique.**

**Participante 1-** *Já tive algumas experiências negativas. Uma que me marcou de forma mais expressiva e que eu só compreendi muito tempo depois de ter acontecido foi o fato de ter sofrido racismo, na presença de uma, à época, amiga (colega de faculdade, inclusive), uma pessoa por quem tinha o mais alto afeto (e até acho que essa foi a razão pela qual demorei tanto tempo para valorar corretamente a situação), e ela achar a situação engraçada, dando gargalhadas a respeito.*

**Participante 2-** *Sim, principalmente quando se trata de relações amorosas, a linha entre conhecer e criar um relacionamento se torna quase impossível.*

**Participante 3-** *Não, acredito pelo fato de a maioria das pessoas do meu convívio entenderem as diferenças, não vivenciei diretamente, mas é claro que em certas ocasiões onde somos a minoria, as vezes existe um “desconforto e insegurança”, no sentido de, porque somos a minoria em determinados lugares, como por exemplo, Universidades, cargos de chefia, eventos executivos, entre outros.*

**Participante 4-** *Nas relações familiares, já enfrentei alguns preconceitos e dificuldades de relacionamento por questões socioeconômicas e de raça.*

**Participante 5-** *Quando jovem no ensino médio sofre bullying, senti em algumas situações como não ser aceita em algumas vagas de trabalho, mais recentemente no ambiente escolar em relação a colegas. Nada nunca se firma direta ou agressiva, mas a gente sente.*

**Participante 6-** *Sim. Então, o meu atual marido, a gente namorou 2 anos e poucos terminamos e agora nós resolvemos casar. Faz alguns meses que a gente retomou o relacionamento. No ano passado, mais ou menos, feito um encontro de família, da família de tinha mais ou menos umas 20 e poucas pessoas. E, assim, a primeira mulher dele era morena. Eu digo morena pra uma, pra tentar ter identificar que era o que era mais branca que eu, mas era negra, né? Assim, então ela é. Já era. Da cor? Quando ele foi me apresentar para a família, uma das tias dele disse “Pulando pros gostos estranhos dele”. Então, estraga o encontro de família ou não estraga o encontro de família, né? Então, assim a gente tem vontade de responder a altura que a pessoa merece ouvir, mas ao mesmo tempo, eu penso que eu estudei, né? Eu não tenho essa ignorância que as pessoas têm. E não sei se é certo ou se é errado isso, porque nessa hora que a gente deve se manifestar e perguntar o que que é estranho? Qual que é o problema? E aí eu pensei 2 vezes antes de não estragar um momento, né? Por causa de uma pessoa com 70 anos de me dizer uma coisa dessas, né? Então isso acontece, né? Acontece. E acontece diariamente. Posso te contar outro episódio na Delegacia, eu fui solicitar o inquérito de uma cliente. E pedi, né, o documento para a escritã que estava no balcão e ela me perguntou se eu era a pessoa, sabe? Se eu era a fulana, nome da minha cliente? Mas eu não podia ser a advogada que estava solicitando. Então, com vários, várias, várias coisas acontecem. Eu não sei se as pessoas às vezes eu penso que não pode, que as pessoas não se tocam, sabe? Não pode que assim. Ou seja, pura maldade, ou as pessoas não têm o “desconfiômetro”. Eu não consigo entender assim, sabe? Porque, esse episódio da tia é uma senhora que tem 70 anos ainda, com isso tu tipo pensa, né, não vai tentar explicar. Agora tu chegando na delegacia onde a pessoa tá lá, porque passou num concurso, ela convive com pessoas diariamente, no caso se ela tinha dúvida se eu era a advogada ou se eu era a cliente, poderia pedir a procuração, a carteira da OAB, mas não insinuando da forma que aconteceu assim “E você é a fulana, né?”. Porque você não pode ser a outra pessoa, não tem como ser advogada, pois você tem que ser a cliente. Então, várias, várias coisas acontecem e as pessoas não notam. Esses dias, nós estávamos em um clube, de repente começaram um umas piadinhas, aí eu fiquei ouvindo assim, porque era uma conversa alta, até que em certo ponta dessa conversa eu disse: “Se vocês quiserem me ouvir uma aula sobre escravidão, eu posso palestrar para vocês, para vocês não estarem falando*

*bobagem”. Daí, uma das pessoas disse: “Ah, mas não esquece que foi assinada, a assinatura foi feita a lápis, né? Então, dá para apagar [...]”. Já que não queriam ouvir, realmente eu não ia explicar para eles, já que não estavam preparados para esse tipo de conversa e nós iríamos brigar, então não conversamos.*

**Participante 7-** *Sim, com certeza. Acho que é impossível que alguém não tenha sofrido esse tipo de problema nas relações interpessoais. Nas relações interpessoais com homens, sim. Na minha adolescência tive preterição, possíveis pretendentes não queriam me assumir publicamente, pelo fato de ser uma mulher negra, assim como nas relações de trabalho houve preterição. Eu não sei se isso vai ter uma pergunta específica, mas eu vou falar nas relações pessoais, de relacionamentos com homem, e relacionamento de amizade. Principalmente na escola, no ensino fundamental, especificamente, eu tive um problema racial, sim, de discriminação dentro da sala de aula através de um colega.*

**Participante 8-** *Sim. Vivenciei na infância, quando a gente tinha as festinhas na escola, em que foram várias situações que me marcaram muito e numa delas, os meninos tiravam as meninas para fazer as danças, daquela Festa Junina ou Julina, enfim aquela função toda. E sempre me chamava atenção, pois não entendi o porquê que os meninos dançavam com todas as outras meninas, mas eles nunca me convidaram para dançar. Até que eu tive um colega que me tirou para dançar e foi o único. Foi a única vez que eu dancei na infância. Depois já na adolescência, ali pelos 13 e 14 anos, eu lembro que eu tinha um colega que ele cuspi na gente, ele cuspi, ele xingava, ele nunca falou assim, eu não gosto de negros, porque ele não gostava de mim enquanto mulher, negra, enquanto menina negra, colega dele, mas com os meninos ele tinha um relacionamento legal e tomei. Inclusive, eu me lembro como se fosse hoje, eu também levei um tapa na cara no corredor da escola e as serventes, as merendeiras, enfim, elas viram a situação. E o pior de tudo do tapa, foi a situação que tu se sentires minorizada, que aquilo foi tratado como se fosse algo comum. Ou seja, a escola não tomou atitude nenhuma, nem diretoria, nem professor, nem as merendeiras e nem a serventes. E a gente chega em casa e começa a perceber que isso é uma situação que foi vivenciada não só por você, mas pelos teus pais também e que foi tratada como se fosse algo minorizado, como “aconteceu, mas você levanta a cabeça e segue em frente”. Enquanto, hoje, se acontecesse com um dos meus filhos, eu me posicionaria totalmente diferente.*

**Participante 9-** *Não.*

**Participante 10-** *Sim. Onde me lembro que aconteceu esses tempos, assim, foi no mercado de trabalho. Um determinado setor estava comentando sobre o carnaval e aqui na cidade onde moro, e onde eu trabalho a maioria das pessoas são de descendência alemã. Então, já começaram a comentar que na cidade deles não tem pessoas negras para ter feriado dentre outras palavras com conotação preconceituosa. E isso me deixou um pouco chateada, porque eu sendo colega de trabalho e uma pessoa negra, tive que ouvir esse tipo de conversa.*

**Participante 11-** *Não. Na verdade, o que a gente já tem é aquela vivência do medo de tudo. Porém, quanto aos amigos e parentes não tive problemas. Não que eu realmente passasse por alguns problemas, mas inconscientemente preestabelecia que poderia existir alguma coisa. Então, quando eu comecei a namorar com meu marido que tem origem alemã, eu já tinha esse medo de sofrer algum preconceito. Eu ia para a universidade com uma senhora que também era de origem alemã, a qual estava fazendo a faculdade de estética. Assim, eu pedi para que ela me ensinasse, principalmente os xingamentos em alemão para que caso alguém falasse algumas palavras específicas, já saberia que estariam falando de mim. Mas nunca sofri nenhum preconceito que tenha sido explícito, pelo menos não que eu saiba. O que sempre tive foi essa preocupação antes de chegar nos locais, no sentido de que poderia acontecer alguma situação de preconceito.*

O questionamento sete trata, especificamente, da afetividade da mulher negra nas suas variadas formas de manifestação. Diante das respostas apresentadas, elenca-se os seguintes setores da vida, em que a afetividade, ou seja, o “amor”, passa a ser mencionado: amizade, romance, comunidade e família.

A participante 1 trouxe à seara da socioafetividade para o campo da amizade, ao referir que já experimentou circunstâncias ruins, sendo que uma situação lhe “[...] marcou de forma mais expressiva [...]”. Esta situação ocorreu no ambiente universitário, em que uma amiga e colega gargalhou, diante do fato da participante ter sofrido racismo. De pronto, a participante 1 acentuou que demorou para compreender o que havia acontecido, em virtude da proximidade e do afeto que tinha por essa pessoa.

O amor revestido pela amizade introduz certa afetividade que precisa ser externalizada, por intermédio de palavras. Entretanto, essa amizade passa a ser muito mais reveladora nas ações. No caso em tela, esse tipo de afetividade não só afetou o contato direto da participante 1 com a amiga, como também atingiu o processo de compreensão da sua

subjetividade como mulher negra. A afeição do outro em relação a ela apenas foi vislumbrada, quando se manifestou em uma conduta concreta, embora, os sentimentos fossem moldados, conforme as ações individuais (HOOKS, 2021).

A participante 2 restringiu-se a responder quanto aos problemas socioafetivos que vivenciou, principalmente nas relações amorosas, em que conhecer e formar um relacionamento seria “[...] quase impossível”. Verifica-se que o amor ganha uma dimensão de expectativa. Para Hooks (2021), as pessoas estão condicionadas a esperar pelo “amor verdadeiro”, o “príncipe ou princesa”, fazendo com que preciosas conexões sejam perdidas.

Os filmes, os livros e a mídia estimulam a criação de tipos ideais que podem ser encontrados amorosamente, contribuindo na criação de listas extensas de características que devem ser preenchidas para satisfazer os desejos mais profundos do subconsciente humano. Logo, conexões duradouras comprometidas em escolher o amor e vivenciá-lo, de modo ousado e corajoso, são presunções que parecem inviáveis na prática, por causa da efemeridade das relações românticas (HOOKS, 2021).

Diante disso, a mulher negra que, no contexto social, esteve fora dos parâmetros estéticos de beleza e feminilidade, muitas vezes, não se encaixa no quadro cinematográfico, novelesco e midiático do “amor ideal” (COLLINS, 2019). A afirmativa baseada na incompletude do amor romântico, de fato aparenta ser uma verdade absoluta internalizada no subconsciente da participante 2, como mulher negra.

Em contrapartida, a participante 3 disse que não vivenciou problemas socioafetivos, uma vez que as pessoas de seu convívio entendem as diferenças entre a condição social delas e da participante. Elucidou que, mesmo não vivendo diretamente essa problemática, às vezes, quando se está em um espaço em que integra a minoria há “*desconforto e insegurança*”.

Ressalta-se que, independentemente, da participante não confirmar a ocorrência de prejuízos socioafetivos, ainda assim, é viável visualizar que a afetividade narrada se entrelaça ao amor estruturado na comunidade. No instante em que as pessoas são lançadas no cotidiano comunitário, conviver com o outro significa entender e aceitar aquilo que é diferente dos nossos valores aprendidos no espaço familiar (HOOKS, 2021).

Por consequência, a família tem o papel imprescindível no processo de constituição das relações pessoais que todo ser humano faz, quando inserido na sociedade. Considerando que a família, geralmente, no início da vida humana é aquela que apresenta à criança o ato de amar e como este deve ser expresso no espaço social, sendo assim, comunidade e família se conectam ao se refletir acerca da afetividade.

A resposta da participante 4 complementa tal ideia, haja vista que relata a socioafetividade nas relações familiares, em que preconceitos socioeconômicos e de raça foram enfrentados na sua realidade de negra e mulher. O ambiente familiar que, em tese, seria o mais seguro, na verdade, guarda nas entrelinhas pensamentos e ações forjadas no racismo e sexismo.

Esse vislumbre pode ser empreendido em duas expressões presentes na fala da participante 4 “*questões socioeconômicas*” e “*raça*”. As questões socioeconômicas podem ser associadas às nuances de gênero, pela ótica de que as mulheres são posicionadas como seres inferiores aos homens e, prontamente, se submetendo a eles, uma vez que elas possuem menor poder aquisitivo. Já a raça seria o racismo, propriamente dito.

A participante 5 relembra situações que vivenciou na juventude, principalmente, no espaço escolar e de trabalho, ao enfatizar a questão de “*não ser aceita*” nesses espaços. Embora, enfatize o seu “eu” jovem, não deixa de colocar sua recente percepção na vida acadêmica. Em linhas gerais, a afetividade encontra-se contemplada no entremeio comunitário, como no caso da participante 3, porém mais restrita na dicotomia do “sim” e “não”. Basicamente, há necessidade da autorização do outro para praticar a todos os aspectos do amor (HOOKS, 2021).

No relato da participante 6, a socioafetividade explicita-se nos âmbitos familiar e comunitário, por meio de comentários preconceituosos a respeito de sua origem e a cor de sua pele. Os comentários feitos por familiares e pessoas desconhecidas da participante revelam a prática do racismo recreativo, mediante o exercício de microinsultos e microinvalidações. Os microinsultos podem ser vistos como manifestações de um sentimento de superioridade que uma pessoa sente em relação a outra, pelo simples fato de entender que faz parte de um grupo social dominante. Já as microinvalidações envolvem o ato de não atribuir valor às experiências de determinado grupo considerado minoritário (MOREIRA, 2019).

Estas duas microagressões podem ser vislumbradas na declaração feita pela tia de setenta anos do marido da participante 6, como por exemplo: “pulando pros gostos estranhos dele”, ou pelas “piadinhas” efetuadas no clube frequentado pela participante, em que houve a desqualificação da abolição da escravatura, como uma “assinatura feita a lápis”, como uma circunstância que pode ser desfeita a qualquer momento.

Além disso, a socioafetividade comunitária, que se sinaliza no estranhamento, há na figura profissional da participante 6 como advogada. Seguindo a visão de Moreira (2019) esse estranhamento pode se enquadrar como um tipo de microassalto, o qual ocorre por intermédio de comportamentos físicos que pressupõem uma diferença de valor entre as pessoas, no caso

em tela, a imagem da “advogada” e da “cliente”. Ou seja, de acordo com a declaração da participante ao ser atendida na Delegacia de Polícia se supôs que ela era a “cliente” e não a “advogada”.

A abordagem da participante 7 foi mais ampla ao abarcar a afetividade em nível amoroso, familiar, comunitário e de amizades. Marca-se que a participante ressaltou, de maneira mais enfática, os relacionamentos amorosos, no sentido de não ser considerada como uma opção no “relacionamento, homem, mulher”. Novamente, o ambiente da sala de aula transforma-se como um marcador na narrativa da participante 7, que, ao final de sua resposta, enfatiza o problema racial que teve com um colega. Observa-se que há pontos em comum com as falas das participantes 1, 2 e 5, respectivamente, sobre a ambientação desses afetos, no campo universitário, amoroso e escolar.

Não obstante, a participante 8 relembrou suas vivências da infância e adolescência, sob um viés material e menos psicológico. O sentimento de menosprezo adveio por intermédio de comportamentos agressivos de xingamentos e agressões. Nesse sentido, cabe sublinhar dois trechos de sua fala: “[...] *Depois já na adolescência, ali pelos 13 e 14 anos, eu lembro que eu tinha um colega que ele cuspi na gente, ele cuspi, ele xingava, ele nunca falou assim, eu não gosto de negros, porque ele não gostava de mim enquanto mulher, negra, enquanto menina negra, colega dele [...]*”; “[...] *eu me lembro como se fosse hoje, eu também levei um tapa na cara no corredor da escola [...]*”.

Em ambos os trechos, a participante conta que a escola não tomou providências sobre esses fatos. Contudo, essa situação permitiu que ela pudesse perceber que o racismo era comum nas vivências de seus pais, mas que de alguma forma também era minorizado por eles. A história informada pela participante traz o paradigma do silêncio da escola e do silêncio do lar, como refere Carneiro (2023).

Nesse tópico, o silêncio é atestado no pacto de silenciamento aluno-professor e gestores, aluno negro – aluno branco e alunos-pais, em que as representações humanas de superioridade veem a discriminação racial como um assunto irrelevante e banal. Tal fato gera na pessoa negra um sentimento de subvalorização de suas problemáticas interpessoais, uma vez que suas dores não são reconhecidas como pertinentes (CARNEIRO, 2023).

A participante 10 centralizou suas vivências relacionadas à afetividade no campo trabalhista. Verifica-se que a festividade do carnaval foi associada à ilustração das pessoas negras. Subliminarmente, o comentário causou desconforto na participante pelo fato de ser uma mulher negra, em um ambiente onde ela integra a minoria quantitativa. A afetividade passa a ter uma conotação comunitária.

As participantes 9 e 11 asseveraram que não tiveram problemas nas relações socioafetivas. Acerca da participante 9, ela foi direta ao dizer que não encontrou empecilhos no tema da afetividade. Já a participante 11 trouxe a locução do medo e do preparo antecipado para alguma situação de preconceito à qual pudesse ser submetida. O afeto existe mediante certa desconfiança do outro, em que o “explícito” se figura a um divisor entre o ato discriminatório e sem afeto e o ato de acolhimento e aceitação (HOOKS,2021).

Ao longo dessas subdivisões que abrangem a afetividade da mulher negra, tem-se que todos os discursos mostram um ponto comum que se resume na “conspiração do silêncio”, o qual ameniza ou esconde as dores do racismo e patriarcalismo embutidos pelo pensamento colonial. A afetividade, nas diversas formas de amor, escancara os efeitos de estereótipos ligados à raça e ao gênero, a exemplo da beleza, da sexualidade e da educação (COLLINS, 2019). Envolve o silenciamento de angústias, em razão da confiabilidade depositada nos sujeitos.

Todas as repostas, em termos de ADC, assinalam a essência da sua teoria ao materializar o discurso como prática social, que, sendo o modo de ação sobre o mundo e os outros, também é o modo de representá-lo. A linguagem para retratar a realidade precisa considerar o social, envolto por itens ideológicos e hegemônicos. Frente a isso, o discurso possui elementos históricos e sociais articulados em diferentes contextos discursivos (FAIRCLOUGH, 2016). A análise das narrativas de alunas e egressas negras preconiza a multidisciplinaridade da ADC, ao versar sobre raça e gênero, com o recorte de textos feministas negros e da linguagem, no que tange ao discurso e às práticas socioculturais.

**Questionamento 8: Você já vivenciou/vivencia alguma situação discriminatória, em razão de ser uma mulher negra? Se sim, explique em que contexto aconteceu tal circunstância, bem como se foi mais de uma vez? Em caso afirmativo, você poderia informar se essa situação foi praticada por homem ou por mulher?**

**Participante 1-** *Já vivenciei algumas situações assim, conforme referido acima. Tudo de forma pontual. Por parte de mulheres e homens.*

**Participante 2-** *Sim, os casos mais marcantes estão relacionados a trabalho, em entrevistas de emprego. Estive em uma situação em que me candidatei para uma vaga onde atenderia demandas “administrativas/jurídicas” em um escritório, onde trabalharia diretamente com um homem e ao decorrer da entrevista foi questionada a respeito de atender demandas de*

*limpeza e copa. Ao finalizar questionei uma amiga (pessoa branca) que participou do mesmo processo seletivo, a qual relatou não ter respondido perguntas relacionadas a esta demanda em questão, apenas diretamente a vaga.*

**Participante 3-** *Sim, uma vez, numa roda de “amigos” em relação ao meu cabelo, ao tom de pele não me lembro, o meu cabelo chamaram de bombril. O comentário partiu de um homem e uma mulher.*

**Participante 4-** *Escancaradamente, não me recordo de ter presenciado alguma situação, entretanto, percebo situações de preconceito velado, dentro de alguns órgãos e instituições.*

**Participante 5-** *Sim, coisa do tipo "Quem essa negrinha pensa que é." Prática por homem, frase jogada ao vento, porém o questionei e ele obviamente se esquivou.*

**Participante 6-** *Sim. Então, assim, são vários os episódios e as coisas que acontecem diariamente, pelo menos para mim. E faz 2 meses que eu me mudei pra cá, vim morar em uma cidade onde a população inteira é agricultor, alemão dos olhos azuis. A gente não quer entrar no mercado e parecer que a gente é um bicho de outro mundo. E não tenho como te dizer, em termos de quantidade, se vem de homem ou mulher, então é proporcional.*

**Participante 7-** *Ações discriminatórias, desde que a gente nasce, sofremos de alguma forma. E aí, como já mencionei, meus pais foram a base para eu me defender em relação a todas as questões. Porém, tem momentos que a gente está um pouco mais frágil e não consegue se defender. Enquanto criança aconteceu um episódio na escola, onde um menino branco disse que eu estragava a turma, que eu era uma mancha preta na sala de aula, e estragava o contexto porque todos os outros eram branquinhos. Isso ocorreu em uma escola particular, da rede de freiras. Eu estudei por um período em escolas particulares. Então, esse foi um episódio na minha infância. Outro episódio discriminatório na adolescência, foi na relação de namoro, em que o menino/rapaz não queria assumir publicamente o “namoro”, e sempre dizia para ficarmos juntos, só no final do evento e fora do ambiente. Eu disse NÃO! <sup>6</sup> Isso me trazia indignação, tristeza e por isso eu sempre contestei. Felizmente eu sempre consegui*

---

<sup>6</sup> Embora se trate de uma entrevista, no decorrer da resposta da participante 4 a expressão “ NÃO!” foi escrita em letras maiúsculas a pedido da participante para ressaltar a indignação e tristeza na situação retratada na adolescência.

contestar, mas o sofrimento, obviamente, vem. Primeiro, a gente sente isso e se questiona o porquê, enfim. Na fase adulta, quando se está mais madura, por volta dos 20 e 30 anos, já consegue questionar e enfrentar essas coisas, em especial no ambiente de trabalho. Durante a faculdade, eu não tive nenhum problema na Unicruz, inclusive, é uma universidade que me recebeu muito bem, tanto professores como diretores. Eu fui muito bem acolhida pela instituição e isso me marcou bastante, porque eu tinha um certo receio dentro da instituição. Mas, não tive isso em relação aos colegas, nem com os dirigentes. Algum professor que outro, com aquela fala corriqueira, por vezes pejorativa na hora de dar os exemplos práticos em sala de aula, eles saíam com alguma fala bem discriminatória. Na caminhada profissional, depois que formei, passei na prova da ordem, e abri um escritório com um colega que se formou comigo. Era um homem branco e agropecuarista, que me convidou para trabalhar com ele. Dividíamos as despesas do escritório, e os lucros. Foi um período surpreendente, que se consolidou uma sociedade muito bacana, até porquê vivíamos em mundos totalmente diferentes, quero dizer, status social. Ele homem branco, agropecuarista e eu, mulher negra, filha de servidores públicos, um pouco mais carente que ele no contexto. E aí, com ele foi tudo tranquilo, com aceitação da família dele. Porém, algumas pessoas “surpresas/curiosas” de ver uma sociedade de advogados formada por pessoas de gênero, cor e classe social diferente. No início da carreira, posterior, há 1 ano e pouco de formada e com escritório, eu fui trabalhar em outro local. Ali, com certeza, muitos exemplos de discriminação, uns mais velados, outros mais declarados. Mas, em especial um colega, pela sua ignorância e pelo seu racismo enraizado, ele não conseguia admitir ter uma assessora jurídica negra, que, quando eu ia para o enfrentamento a fim de discutir questões legais, de não concordar e de dizer que a legislação tinha que ser daquela forma, ele discordava, mas ao mesmo tempo ele dava a entender que eu não tinha toda a capacidade para estar fundamentando uma questão legal. Em uma oportunidade, ele chegou a me dizer que eu era muito “assim”, e eu perguntei: como “assim”, o que o senhor quer me dizer? Ele disse: Você vem muito arrumada para o trabalho, você é muito chique”. Você tem que ser menos”. E aí, eu meio zonzá, respondi a ele: Nossa! Não imaginava que isso atrapalharia meu serviço. Aliás, qual é a diferença minha e de sua secretária? Nós compramos na mesma loja, nós usamos as mesmas marcas de bota e de casaco, enfim, qual é a diferença? Ele Não respondeu, vermelhou e encerramos. Depois que passa, aí que consegui ver racismo estrutural, né? Totalmente escancarado, o porquê a mulher negra tem que estar sempre menos, tem que estar com aquele jeito mais humilde, com um olhar mais humilde e falar manso. Isso envolve questão de gênero e raça. Então, essas formas de discriminação foram

*bem marcantes na minha vida. Felizmente, eu consegui me posicionar, mas se fosse hoje meus argumentos seriam com mais propriedade, além de buscar suporte legal. Hoje se consegue ter um olhar melhor e a única maneira de continuar nessa luta é se posicionando, se declarando negro e dizendo que somos iguais e temos as mesmas capacidades.*

**Participante 8-** *Sim, sendo que uma das vezes eu lembro até que nós estávamos numa fila, era uma fila, era véspera de um feriado e nós estávamos no mercado fazendo compras. Era um feriado de Páscoa e não abria no final de semana, o mercado no outro dia, porque era um feriadão extenso e tinha uma fila enorme com várias pessoas. Quando se aproximou a nossa vez, o rapaz do açougue, ele chamou uma outra senhora, disse assim, “vem doutora, vem que eu vou atender a senhora agora”, daí até nós questionamos o porquê. Ele disse não, mas ela é uma doutora. Ela precisa ser atendida agora. E até eu me lembro que, nessa ocasião, nós viramos as costas e fomos embora daquele mercado e ficamos longos anos sem retornar, por lembrar da vivência daquela situação. Essa foi uma situação que marcou bastante.*

**Participante 9-** *Eu não lembro de situações pontuais que eu possa ter sofrido alguma discriminação, mas algo que já aconteceu mais de uma vez e isso me chama atenção, é que ainda parece que causa uma estranheza nas pessoas o fato de enxergar pessoas negras em lugares que foram frequentemente ocupados por pessoas brancas. Alguma vez eu passei uma situação no meu trabalho. Na verdade, várias vezes que as pessoas chegavam para pedir alguma informação e eu uso o crachá de identificação que está escrito qual é o cargo que desempenho, mas diversas vezes as pessoas queriam reafirmar que eu era aquilo que estava no meu crachá. E eu achava engraçado, porque o meu colega, que é branco, ele nunca teve perguntas do tipo “Isto tu é mesmo? Tu tem mesmo esse cargo? Tu trabalha mesmo aqui?”. Coisas que eu achava estranho, que não acontecia, porque nós já estávamos identificados. Mas comigo aconteceram várias vezes. Se isso me chamou atenção? Não sei dizer se isso é uma coisa, uma situação discriminatória, mas acredito que sim, pois existe uma estranheza das pessoas, sejam homens ou mulheres. Existem olhares e esses olhares te deixam desconfortável. E essa é uma situação que eu observei e observo ainda que acontece com frequência. Não sei dizer se existe uma segunda intenção nessas perguntas, mas é estranho.*

**Participante 10-** *Acredito que ambos os lados são tanto de homens quanto de mulheres, não tem um número “x” de mulheres ou um número “x” de homens. Já ouvi coisas no mercado de trabalho vindo de homens e de mulheres.*

**Participante 11-** *Sim, principalmente através de algumas falas discriminatórias. Elas começam com pequenos comentários, em que pessoa fala e não se coloca no lugar do outro. Tive uma indisposição com alguns colegas de trabalho, porque nós fizemos um curso de educação antirracista, e eu e a outra a outra professora que também é negra fomos representando a escola e nós tínhamos que trazer todas as informações de volta. E daí, quando nós começamos a explicar acabamos nos exaltando um pouco, porque sempre vem aquela inversão do tipo: ah, mas e se fosse um branco? Então, são esses pequenos pontos assim que chamam atenção, mas não sofri agora, enquanto profissional. Porém, enquanto criança, sim. Tem alguns apelidos que machucam e tudo mais. E até algumas pessoas da família nem sabiam, mas aí tinha alguns apelidos quando criança e que despertam algumas coisas agora quando a gente escuta. Tento trabalhar muito isso com os meus alunos, já que numa escola que deve ter uns 300 ou 500 alunos, e acho que deve ter uns 5 alunos negros. Então, até a gente tentar trazer o assunto, explicar, para ver que eles devem se colocar no lugar do outro e tudo mais, é difícil de trabalhar. Já aconteceu de ter aquelas professoras em que a gente teve esse pequeno embate de tentar explicar alguma situação. E o meu marido mesmo, que conversamos bastante sobre isso e eu digo, ele não se coloca no lugar do outro.*

Os retornos ao questionamento oito, que diz respeito à discriminação por ser mulher negra, o contexto em que ocorreu e se tal ação adveio de um homem ou de uma mulher, sintaticamente, correlaciona-se com as perguntas anteriores. Seguindo essa ótica, para evitar eventuais repetições desnecessárias, esta pesquisadora se delimitará a focar em alguns discursos que são apareceram antes, nas narrativas das participantes.

A participante 1 referiu que sofreu situações discriminatórias pontuais, as quais citou nas outras questões formuladas e, acrescentou que esses fatos foram realizados por homens e mulheres. Já a participante 2 frisou o cenário preconceituoso do mundo do trabalho, em que ao se candidatar a uma vaga de emprego, ela foi questionada sobre o atendimento de demandas de limpeza e copa. Enquanto, sua amiga que é uma pessoa branca e participou do mesmo processo seletivo, sequer foi indagada em relação a esse tipo de demanda. O trabalho almejado era em escritório para trabalhar diretamente com um homem.

Na resposta da participante 3, o comentário discriminatório partiu de um homem e uma mulher “amigos” dela, os quais conversaram algo sobre a textura do cabelo, chamando-o de “bombril”. A participante 4 aduziu que não se recordava ter presenciado uma conjuntura preconceituosa, todavia, percebia o preconceito velado em determinados órgãos e instituições.

A participante 5 assinala uma situação em que foi chamada de “negrinha” por um homem, sendo que, quando o interpelou, este não reconheceu ter usado uma conotação racista ao se referir à participante. O relato da participante 6 ocorreu recentemente, após sua mudança de cidade. Nota-se que essa participante trouxe o sentimento de desconforto ao circular em diferentes locais da cidade onde mora, diante da falta de identificação visual de outras pessoas com características físicas similares as dela.

A explanação da participante 7, apesar de longa e detalhada com várias circunstâncias discriminatórias vividas, possui dois cenários principais, em que as situações discriminatórias foram vivenciadas: escola/academia e trabalho. Quanto aos ambientes escolar e acadêmico, a participante volta a enfatizar suas vivências com colegas e professores. Contudo, há uma transitoriedade entre a infância e a vida adulta, na primeira os atos discriminatórios são mais diretos e explícitos e na segunda são indiretos e menos explícitos, no geral. No que tange ao trabalho, a participante apresenta atitudes práticas por homens e mulheres, percebendo que tinha um maior acolhimento e respeito advindo de outras mulheres do que de seus colegas homens. Todas essas histórias evidenciam uma transição temporal e pessoal da participante, de acordo com o conhecimento que adquiriu ao longo da vida.

Essa mesma transitoriedade está presente nas exposições de ideias das participantes 8, 9 e 11. A participante 8 exemplifica a situação discriminatória que viveu em um supermercado, na véspera da Páscoa. Ainda que seja uma realidade corriqueira de todas as pessoas, pode-se dizer que a participante foi capaz de visualizar os privilégios de determinadas posições sociais em relação a outras consideradas irrelevantes. Ou seja, ela conseguiu abstrair que uma mulher por ser “uma doutora” poderia passar na sua frente na fila do açougue.

A participante 9 contou que mesmo não recordando de situações pontuais em que tenha sofrido discriminação há algo que chama a sua atenção. Trata-se da aparente estranheza de alguns indivíduos ao verem pessoas negras frequentando lugares substancialmente ocupados por pessoas brancas. Inclusive, ressalta a constante necessidade de reafirmar o seu cargo, apesar de estar usando um crachá de identificação, bem como a sensação de estar sendo observada, justamente pelo motivo de estar fazendo parte daquele quadro de trabalhadores.

Sobre a narrativa da participante 11, as situações discriminatórias se externalizam através de falas realizadas, sobretudo, pelos seus colegas de trabalho. Outra questão discriminatória levantada pela participante engloba o núcleo familiar, que muito se assemelha à resposta da participante 8, na pergunta anterior, porquanto da naturalização do preconceito e de discursos racistas.

Sinaliza-se que a participante 10 continuou sua exemplificação no mundo do trabalho, informando que as situações discriminatórias vivenciadas se originaram de homens e mulheres. Logo, ela não sabia mensurar em termos numéricos quantas mulheres ou homens a discriminaram.

Assim, primeiramente, pelas narrativas apresentadas apura-se que as situações de discriminação estavam calcadas em condutas femininas e masculinas, cuja intencionalidade variou, conforme o laço afetivo que elas tinham com essas pessoas. Seis participantes (2, 4, 7, 9, 10 e 11) exemplificaram o contexto profissional, para abordar o preconceito que vivenciaram. Ainda, essas participantes revelaram suas interpretações sobre as condutas discriminatórias praticadas contras elas.

Outra temática que chamou atenção foi a versão contraposta das respostas dadas nas perguntas sete e oito pela participante 3. Isso porque, no questionamento antecedente, esta mencionou que não experimentou problemas socioafetivos no ambiente em que convivia, em seguida, nessa fase aludiu que sofreu discriminação de “*amigos*”.

Também cabe mencionar a existência de aspectos de raça e gênero nas respostas das participantes, em que é possível delimitar quando houve a discriminação racial e a discriminação de gênero. A discriminação racial revelou-se em condutas, falas, olhares e exclusões, a exemplo das narrativas das participantes, 2, 4 e 9. E a discriminação de gênero desvelou-se por meio do tratamento privilegiado dado ao homem, como apontado pela participante 7. Ainda assim, do ponto de vista teórico feminista negro, tem-se que todas as narrativas das participantes possuem, conjuntamente, os traços de raça e gênero, uma vez que os tópicos principais das narrativas diziam a respeito da corporeidade negra feminina (COLLINS, 2019).

Dessa maneira, torna-se interessante justamente retomar a concepção teórico-metodológica da ADC, haja vista os discursos ligados ao poder e linguagem. A heterogeneidade da ADC permite apreender o poder como uma dimensão política relacionada à estrutura social (FAIRCLOUGH, 2016).

Assim, existe o “poder no discurso” que são restrições impostas pelos indivíduos que detêm o domínio do conteúdo, das relações ou das posições de cada pessoa. Na narrativa das participantes 2 e 4, pelo jeito que foram tratadas nos espaços particulares e públicos, como se fossem invisíveis, não pertencessem àquele lugar ou situando-as em outros papéis. O “poder por trás do discurso” é a criação de discursos específicos para um grupo, em outras palavras, a prática discursiva aproveita-se de convenções naturalizadas que imprimem na linguagem

versões argumentativas de dominação, sem que aqueles dominados captem (FAIRCLOUGH, 2016).

O cenário fático de um diálogo entre amigos, que aconteceu com a participante 3, mostra a concretização dessa ótica, nas relações raciais e de gênero. A simples afirmativa, aparentemente, que comparou o cabelo humano a um “bombril”, enfatiza o discurso estético racista influenciado pela mídia e outros meios de comunicação que existe até hoje, o qual é disseminado intimamente entre as pessoas.

Por último, seguindo a ótica da Análise de Discurso Crítica, torna-se pertinente associar a exemplificação de Fernandes (2014) a respeito dos momentos das práticas sociais de Fairclough, com as histórias das participantes, no questionamento 8. Diante disso, segundo este autor, é possível elencar as pessoas envolvidas (com crenças, valores e atitudes) como sendo as mulheres negras (alunas e egressas) e aqueles com quem elas interagem, sendo que as relações sociais podem ser atinentes à hierarquia e a contatos interpessoais. O mundo material abarca a escola, a universidade, o ambiente de trabalho e suas residências. As ações e interações propriamente ditas das participantes com o outro e os discursos constituem-se, de acordo com as interações sociais desempenhadas.

Desse modo, depreende-se que os momentos das práticas sociais são relativamente estáveis, considerando que mudam conforme as interações sociais que surgem (FERNANDES, 2014). No caso em tela, esta relatividade se denota da passagem entre a infância, adolescência e vida adulta, bem como o processo de autoconhecimento sobre sua condição social de mulheres negras, em uma sociedade estruturalmente racista e patriarcalista.

**Questionamento 9: A partir das suas vivências, como mulher negra, com o ingresso no ambiente universitário e tendo contato com os estudos dos direitos humanos, como você descreveria sua realidade, antes e depois, de adentrar no curso de Direito?**

**Participante 1-** *Minha realidade mudou completamente após o curso de Direito. Por todo e qualquer aspecto. Creio que o Direito, no geral, nos dá uma visão mais ampla de mundo. Além disso, me abriu portas que mudaram a minha realidade.*

**Participante 2-** *Uma das principais mudanças que tive depois de cursar a faculdade se deu em entender os inúmeros espaços que posso ocupar, a importância de se impor e questionar. Durante a minha realidade anterior ao adentrar a faculdade acreditava que determinados espaços, principalmente o que ocupo hoje eram possibilidades extremamente distantes, hoje,*

*com as portas que o estudo acadêmico me abriu vejo a importância de uma boa formação, assunto tão abordado durante minha infância e adolescência é capaz.*

**Participante 3-** *No geral o ambiente universitário é composto por minorias de mulheres pretas, no curso de direito eu percebia que isso é algo bem presente, tanto em alunos como professores negros, para falar a verdade, acho que em toda a graduação eu não tive um professor negro, e na turma que eu me formei, considerado turma grande, havia somente duas pessoas negras.*

**Participante 4-** *O ambiente universitário que vivi, não me trouxe pontos de questionamento sobre raça. Não foi um ambiente em que se levantava questões referentes a direitos humanos, criminalidade, desigualdade social, raça, seletividade penal. Friso que apenas no mercado de trabalho, foi possível detectar essas diferenciações e as consequências do racismo estrutural em que vivemos, além de sentir na pele a busca pela permanência da branquitude nos espaços de poder, como também os reflexos de uma educação primária de qualidade.*

**Participante 5-** *Com certeza ao adquirimos conhecimento sobre nossos direitos tanto quanto pessoas, bem como pessoa de cor. Deixamos a leiguice de lado e passamos a nós impor mais, em todos os sentidos.*

**Participante 6-** *No decorrer do curso, mesmo que não tinha muita referência, em que a gente pudesse se juntar a outras colegas negras para defender uma ideia, para que fosse discutido isso. No meu tempo de graduação, isso só era discutido na Semana da Consciência Negra. Nós não tínhamos nada durante o ano inteiro, como de fato eu acho que agora continua não tendo, né? Assim, posso te dizer que eu aprendi alguma coisa durante o curso de direito, no sentido de que dentro do curso há alguns eventos fora da universidade, coisas que me chamavam atenção e que eu achava que era importante para mim como pessoa e corria atrás, e, com isso é que eu fui aprendendo. Mas não posso te dizer que foi, né? Eu não vou estar sendo verdadeira, se falar que é dentro do curso, que a gente aprenda alguma coisa relacionada a nós, né, que isso não acontece, pelo menos na minha época não aconteceu. Então assim, dentro do curso, nos 5 anos de faculdade, o que a gente conseguia é era tentar mostrar um pouco, que na universidade existia alunos negros, né? Isso acontecia em novembro e durante uma semana, sendo que na minha época a gente estava fazendo a semana inteira de atividade, cada dia fazia uma coisa. Eu acho que agora, na última vez que*

*eu fui, acho que foi 2 dias só, né? Então, depois, logo depois que eu me formei, quando eu me formei, eu fiz. Daí fui fazer uma pós-graduação de direitos humanos e ressocialização. E quando falei que ia fazer essa pós-graduação todo mundo perguntou o sentido de eu estar fazendo isso. Na minha opinião tem sentido para eu entender, aprender, e quando eu ouvir as coisas, eu saber me manifestar, saber me impor, saber falar, para que as pessoas escutem. Para que as pessoas entendam, quando eu acho que vale a pena, né? Porque eu acho que não vale a pena. Eu nem é uma briga que eu compro, que eu compro mais, sabe? Porque tem pessoas que não adianta não, elas não vão entender. Então é aquele negócio que, né, eu só não quero perto. Então, não digo que foi dentro da Unicruz, mas né, ou durante o curso alguns episódios aconteceram, mas não dentro da universidade. Eu acho que essa questão universidade deixa bem a desejar, né? Não, não sei. Agora não sei, né? Mas pra mim assim, eu me sentia bem excluída mesmo assim e, daí assim, eu me sentia muito mal de tentarem fazer alguma coisa, porque daí parece que tu está atrapalhando.*

**Participante 7-** *Com certeza, percebi uma mudança. Na graduação, nós não tínhamos a cadeira de direitos humanos. Eu tive esta cadeira no mestrado, imagina só, sendo que eu tenho duas especializações, uma em direito processual civil e uma especialização em docência universitária. Nenhuma das duas especializações eu tive direitos humanos, fui ter acesso ao estudo, por assim dizer, dos direitos humanos, já no mestrado. E é gritante a diferença quando se tem uma disciplina destas, a qual deveria ser inserida desde o ensino fundamental. E, no ensino fundamental, por que é importante? Porque, se nota diferença na hora de ir para o enfrentamento, quando se percebe uma situação discriminatória, porque aí se consegue vencer o outro, ou seja, o discriminador, através das palavras corretas, com o argumento e com o conhecimento. Então, eu acho que não só isso, mas o olhar fraterno em relação a outras esferas que a gente aprende dentro desta disciplina, é muito importante. Porque na graduação ou no próprio ensino médio ou no ensino fundamental, você não tem um embasamento. Então, porque isso acontece? O antes e o depois. Hoje, enquanto mulher negra mestranda, eu me sinto muito mais fortalecida e com base para ir para um debate, e me defender. E não só me colocar numa situação de vítima, e pensar: “porque acontecem estas coisas comigo?” Às vezes, as pessoas negras se colocam em situação de vítima, porque não conseguem rebater o ato de discriminação. Porque, no momento que tu tens a oportunidade de estudar, paralelo ao estudo, o conhecimento dentro de uma disciplina como esta, de direitos humanos, tu pode, ao invés de rebater, tu pode começar a questionar o outro, a exemplos: Por que você acha que é dessa forma? Você sabia como era o colonialismo, por*

*que tu és contra as cotas? Como é que foi o ponto de partida nos estudos, o seu e o meu? Assim, você começa trazer a reflexão: “Como é que você iniciou sua vida profissional, como é que foi com os teus pais, como é que tu entrastes na educação infantil e aí inúmeros questionamentos para a pessoa refletir. Mas, a gente só sabe falar, se posicionar desta forma através do conhecimento, e, a universidade, a Unicruz já está fazendo acontecer, assim como e outras universidades da região. Mas, objetivamente, respondendo a tua pergunta, teve diferenças? Sim, é importante. Depois que tive acesso à disciplina de direitos humanos, eu me sinto muito melhor para enfrentar qualquer coisa que venha a trazer a questão discriminatória, principalmente para a minha filha. Sinto-me mais segura, confiante em função de ter o conhecimento. Daí deletam que tu é negro. Tu é igual né? Nós somos iguais. E paralelo a isso, eu sou muito convidada para proferir palestras aqui, tanto para os professores do ensino fundamental, como para os próprios alunos. Então é a oportunidade que temos de começar a falar, a gente tem que falar. E uma das bases, para mim, foi essa questão, de ter acesso à disciplina de direitos humanos que aí tu começa a ler vários autores.*

**Participante 8-** *Bom, antes a gente vem com uma bagagem muito grande do lado externo, né? Sem conhecer o direito, as leis, como que funciona. Até mesmo uma universidade, né? Porque é um ambiente aqui na nossa cidade que ainda a gente não se relaciona com muitos negros. Então pode ser estranho para as outras pessoas. Mas a gente, quando chega numa universidade, não se depara com outros negros. Ao primeiro questionamento que vem é, o que está acontecendo? Por que que essas pessoas não têm essa vontade de estudar, de buscar conhecimento, de buscar uma formação? E eu tenho um contexto sempre muito comigo, assim de onde que está escrito que eu não posso, que eu não consigo, que eu não vou chegar até lá? E eu gosto muito de ter vivências e a questão de viver hoje dentro de um ambiente universitário, deixa muito claro para mim que eu estou num lugar que é meu de direito, o qual eu posso ocupar esse lugar, que esse espaço é meu mesmo. Apesar de ter algumas adversidades, tem muita coisa que ainda precisa ser trabalhada tanto no espaço universitário, tanto enquanto mulher negra, tanto dentro e fora da universidade em si. Eu acredito hoje que quando eu ingressei com 42 anos numa faculdade para estudar direito, sendo cabeleireira negra, há mais de quase 20 anos, junto comigo vem a história de muitas outras pessoas, de muitas outras mulheres, muitos outros adolescentes, até mesmo os meus. Os filhos que vão se deparar com alguma dificuldade dentro do ambiente universitário, mas que nós temos que levantar uma bandeira, nós temos que ter a conscientização que nós*

*estamos num espaço que é nosso de direito e que cabe a nós enquanto ser humano, buscar priorizar aquilo que é melhor para nós, mas, acima de tudo, exercer o nosso direito de estar em todos os lugares e buscar por igualdade.*

**Participante 9-** *Quando eu ingressei no ambiente acadêmico, eu, logo nas primeiras semanas, lembro de procurar a presença de outros alunos negros. Porque, quando eu me vi numa turma só de pessoas brancas, me remeteu ao tempo da escola, o que pra mim nunca foi um problema estar em uma turma só com pessoas brancas, porque para mim eles são colegas normais, mas é engraçado por uma questão de identificação. E eu passava nos corredores, eu não via outra pessoa negra, e eu sei que isso de início foi engraçado. Eu não levei como uma problemática isso, mas foi algo uma sensação engraçada que eu olhava nos corredores e me questionava até nossa, mas será que não tem mais nenhum aluno negro fazendo curso de direito. E meses depois eu fui conhecendo alunos de outros semestres e ingressantes também negros, isso foi muito gratificante. Alguns deles até seguem linhas de pesquisa no curso, falando sobre a temática negra. E eu tive a oportunidade de sentar e conversar com alguns deles. Acredito que quando nós iniciamos, eu tive a temática de direitos humanos logo no primeiro semestre, isso talvez tenha sido um divisor de águas ter essa matéria no começo da faculdade, porque te abre a visão de que nunca deveria ter sido uma pauta que não tivesse alunos negros nas instituições. Mas se existe essa falta, essa ausência existe. Um contexto cultural, social e econômico por trás, e isso remete a gente, ao nosso passado, a história do povo preto. E foi muito interessante ter direitos humanos no começo e saber que independente de cor, deve ser assegurada a todos a dignidade da pessoa humana. Durante muitos anos nos estudos, nós vimos os direitos humanos que foram negados para a população negra. Hoje tem acontecido muitos avanços para que pessoas negras ocupem lugares de autoridade na sociedade, mas é uma construção, é uma evolução, e isso passa pela quebra de vários paradigmas sociais.*

**Participante 10-** *Olha, antes eu nunca tinha vivido tanto. Na escola, antes de entrar na faculdade, eu não tinha tanta convivência com outras pessoas negras como dentro da universidade. Ah, isso quando eu entrei no curso pude perceber que não é a quantidade ideal, mas já tinham mais pessoas, estava caminhando, mesmo que não tanto em passos largos. Porque antigamente, por exemplo, no tempo do meu pai, isso com certeza não seria possível. Hoje em dia acredito que na nossa geração, cada vez mais a gente está nesse espaço*

*universitário. Também na universidade e fora da universidade. Acredito que é um avanço, mas ainda a passos lentos, né? Poderia ter bem mais alunos negros dentro das universidades.*

**Participante 11-** *Quando eu entrei no curso de direito sofria um pouco de discriminação, por conta cor da pele e pela questão de ser bolsista. Havia eu, um outro colega que era negro também e mais um na minha turma, então era uma turma de 50 alunos, sendo que 3 tinham bolsas 100%. E quando um desses colegas que era o mais velho de nós 3, tinha que se posicionar acabava se exaltando, porque ele já tinha mais vivência do que eu. Então, assim, a gente, principalmente nas discussões de direitos humanos e discussões sobre as cotas, sempre surgia uma discussão questionando o porquê tinham cotas para negros e também para baixa renda, com fala como: vocês estudam nas mesmas escolas e têm as mesmas oportunidades. Mas isso não é verdade, né? Porque, hoje em dia, a gente já não precisa mais colocar uma foto no currículo. De 5 anos para cá, não se exige mais mandar um currículo com foto. Geralmente, quando você mandava um currículo com foto que tivesse um negro era sempre deixado de lado, como se não tivesse condições de exercer qualquer outra profissão.*

As respostas indicadas pelas participantes da pesquisa mostram como as interações sociais são representadas nas suas narrativas, ainda que em contextos informais, formais, institucionais, especialmente, a universidade. No terreno ideológico, o discurso engloba significações/construções da conjuntura fática, dentro das diversas dimensões de formas e sentidos ligados às práticas discursivas, as quais facilitam a produção, reprodução e transformação das relações de dominação (FAIRCLOUGH, 2016).

Detecta-se aquilo que é possível e desejável, como bem destacado pelas três primeiras participantes, quando enfatizaram as mudanças que sentiram nas suas vivências, após estudar os conteúdos dos direitos humanos. E de igual modo, frisado pela participante 4, que ressaltou a ausência desse debate no ambiente universitário da sua época, considerando que por ser uma das mais velhas entre as participantes desta pesquisa, presume-se que há um certo distanciamento de experiências acadêmicas com as demais.

Sob este ângulo, a participante 7 não teve a disciplina de direitos humanos, era graduanda, mas realçou a imprescindibilidade desta área de estudo para a formação humanística de qualquer cidadão. Para ela, o conhecimento adquirido possibilita o acúmulo de argumentos em uma situação discriminatória. Ou seja, com o saber a pessoa terá maiores bases para contra-argumentar o discriminador.

Assim, ao realizar a comparação entre o antes e depois de ter contato com a disciplina de direitos humanos, ainda que no mestrado, a participante 7 diz que “[...] enquanto mulher negra mestranda, eu me sinto muito mais fortalecida e com base para ir para um debate, e me defender [...]”. Ademais, a participante segue seu raciocínio asseverando que “[...] no momento que tu tens a oportunidade de estudar, paralelo ao estudo, o conhecimento dentro de uma disciplina como esta, de direitos humanos, tu pode, ao invés de rebater, tu pode começar a questionar o outro [...]”.

Percebe-se nesses trechos que as palavras “defender”, “estudo” e “questionar” possuem uma conotação combativa alicerçada pelo conhecimento que gera novos questionamentos sobre si e o mundo, ao mesmo tempo que ela se defende de eventuais ações discriminatórias sofridas por ela e pelo seu grupo social (BERTH, 2019).

Já as participantes 10 e 11 abordaram a distinção produzida pelo questionamento 9 para falar sobre a pouca quantidade de alunos negros no curso Direito, durante o período em que eram acadêmicas. No caso da participante 10, quando ela estava na escola, não teve muita convivência com pessoas negras, comparativamente com a universidade. Por conseguinte, essa participante analisou sua época e a de seu pai, e como hoje existe um número maior de pessoas na universidade, embora não seja ainda o ideal.

A participante 11 evidenciou que, quando adentrou no curso de Direito, tinha somente três alunos negros na sua turma composta por cinquenta acadêmicos. Em relação à disciplina de direitos humanos, a participante recordou as discussões feitas em sala de aula sobre as cotas. Ela conta que um de seus colegas negros, ao se posicionar, “acabava se exaltando”, tendo em vista que tinha muitas vivências. A maneira como a participante falou sobre o contexto em que se dava a exaltação de seu colega, implicitamente, denota sua indignação enquanto pessoa negra, diante dos comentários racistas. Ou seja, a exaltação confundia-se com o ato de “questionar” e se “defender”, realizado pelo colega negro e por ela, também. Mesmo que esses dois termos não ocorram de forma idêntica na explanação da participante 11, acabam corroborando com narrativa da participante 7. Conjuntamente, é possível ligar com o final da resposta da participante 10, no que tange à maior inclusão de pessoas negras no espaço universitário.

Não obstante, a participante 6 aduziu aspectos relacionados à ausência ou a pouca presença de debates alusivos à pauta racial na universidade, no decorrer dos seus cinco anos de graduação. A participante ressaltou a data da Semana da Consciência Negra como o único momento em que tinha algum espaço para discorrer sobre esse assunto. Entretanto, percebeu a diminuição desta semana para, no máximo, dois dias. Independentemente disso, a participante

acentuou a importância da disciplina de direitos humanos na sua subjetividade para: “[...] entender, aprender, e quando eu ouvir as coisas, eu saber me manifestar, saber me impor, saber falar, para que as pessoas escutem [...]”.

A partir dessa colocação da participante 6, torna-se pertinente retomar o questionamento 1, que fala do vínculo institucional das participantes. Dessa maneira, contempla-se que as participantes 5, 8 e 9 são alunas da Universidade de Cruz Alta. Logo, se encontram nesse processo de entendimento e aprendizado das bases dos direitos humanos, haja vista que a visão desta disciplina norteia outros ramos do Direito.

Por consequência, a participante 5 afirmou que, com certeza, se adquire conhecimento sobre seus direitos, uma vez que se deixa de ser leigo, se impondo mais em todos os sentidos. A participante 8 expressa os benefícios de estar inserida no ambiente universitário, considerando que adquire consciência de que pode ocupar aquele espaço, levando em conta que é seu “de direito”. Em outras palavras, a participante frisa a necessidade de se priorizar e aprimorar, como mulher negra.

Nessa dimensão, a participante 9 descreveu o contato com a disciplina de direitos humanos como “um divisor de águas”, na forma como ela visualizava a pauta racial, principalmente, a ausência de alunos negros nas instituições de ensino superior. Destaca-se, por intermédio de sua narrativa, como os estudos dos direitos humanos ampliou os horizontes da participante 9 para a realidade social que ela vivência diariamente.

Com o panorama retratado nas respostas, constata-se que a “Mudança social” é o principal objetivo da ADC, considerando que vê no discurso a possibilidade de a linguagem desvelar estruturas preconceituosas e injustiças sociais, propondo melhorias internas e externas para problemáticas que atingem grupos estigmatizados, a exemplo das mulheres negras. Trata-se de revelar as estratégias de poder existentes, para que haja a alteração ou reconstrução de posições demarcadas, até então como estáveis. E, conseqüentemente, a reorganização de relações particulares ou institucionais de poder (FAIRCLOUGH, 2016).

Na teoria feminista negra, essa postura ativa pode ser assimilada na concepção de empoderamento, levando em conta que esta, está conectada ao trabalho social de desenvolvimento humano, que oferece estratégias de recuperação do consciente das potencialidades individuais e coletivas. A mudança social, para o feminismo negro, perpassa o trabalho básico de sondagem das dicotomias sociais, a fim de enaltecer as intelectualidades negras (BERTH, 2019).

As referidas intelectualidades negras, nessa dissertação, são as participantes da pesquisa que se dispuseram a relatar suas histórias e expor suas opiniões pessoais sobre a raça

e o gênero. Apesar de terem sido minoria no espaço acadêmico, o conhecimento elevou a autoconstrução dessas mulheres, que agora se externaliza nos seus discursos contemplativos e questionadores. Houve a movimentação da estrutura racista e patriarcalista, que não só impactou suas vidas, como daqueles a sua volta.

**Questionamento 10: Você gostaria de acrescentar mais alguma informação que considera relevante, ou deixar alguma mensagem, tendo em vista a proposta desta pesquisa?**

**Participante 1-** *Nada a acrescentar. Parablenzo vocês pela importante pesquisa. Especialmente se considerarmos o pequeno número de mulheres negras ocupando os bancos das universidades.*

**Participante 2-** *Devemos cada vez mais abordar assuntos relacionados a experiência e ponto de vista de uma mulher negra, visando alcançar cada vez mais, contribuindo ainda mais umas com as outras, inspirando e dando exemplo as próximas, assim, como uma vez fomos inspiradas.*

**Participante 3-** *Somente parabenizar pela escolha de um tema tão necessário e relevante na sociedade.*

**Participante 4-** *É preciso discutir nos espaços de construção profissional a questão racial, buscar oportunizar sobre tudo, mulheres nos espaços de poder e de boas condições salariais. É de uma importância que negros tenham consciência das suas condições, história e dificuldades a enfrentar. Nesse contexto, trazer debates profundos e consistentes sobre a questão racial no Brasil, oportunizando também todos, tirem essa venda e comecem a questionar sempre e em todo lugar, ONDE ESTAMOS?<sup>7</sup>*

**Participante 5-** *Que devemos usar o preconceito, o ódio, o desprezo que muitas das vezes sofremos por nossa cor. Como combustível para atingir nossos sonhos.*

---

<sup>7</sup> Embora se trate de uma entrevista, ao final da resposta da participante 4 a expressão “ONDE ESTAMOS” foi escrita em letras maiúsculas a pedido da participante para ressaltar a indignação dela diante das questões de racismo.

**Participante 6-** *Na pesquisa eu acho bem importante quando as pessoas se dedicam a esse assunto. Então, eu fico bem feliz quando eu vejo as pessoas fazendo esse tipo de trabalho, porque sempre foi um trabalho que eu tive vontade e na minha época, mesmo tendo vontade não tinha um apoio. Porque assim, as pessoas enxergavam isso como se tu não vai achar pessoas para responder, não é? As pessoas não vão querer participar. Ah, não vai dar nunca. Nunca dava, nunca dava nada, né? Então, assim, eu acho bem importante. Achei o máximo, adorei o convite. O que eu puder colaborar no teu trabalho, no resto pode me chamar, não tem problema.*

**Participante 7-** *Normalmente, quando eu vou fazer uma palestra na Semana da Consciência Negra, procuro não falar do sofrimento, de que o negro não tem acesso, mas eu procuro olhar e dar atenção para os pontos que nós já avançamos, então nós já avançamos na política de cotas, entre outras legislações. E assim, se alguém pegar a pesquisa da Dandara, olhem de uma maneira reflexiva, ou seja, você é homem branco ou mulher branca? A Dandara não estava em mim, a Dandara não quer ter vantagem em relação à mulher branca ou ao homem branco. A Dandara quer o reconhecimento e a redistribuição de forma equilibrada. É a oportunidade de nós inserirmos dentro da sociedade uma consciência mais fraterna. É uma consciência de que sim, nós precisamos resgatar toda a colonialidade que tivemos, com reflexos em nós, para definitivamente ser vistas como pessoas visíveis e não mais invisíveis. Então, a mensagem que eu digo e para as pessoas como nós, mulheres negras, tem uma frase de Aristóteles, que ele diz: “Que a coragem é a primeira das qualidades humanas, por isso garante as outras”. E eu tenho isso comigo, porque se não tivermos coragem de enfrentar a questão discriminatória, a questão econômica, o medo, a gente não consegue avançar. Nós duas estamos tendo uma oportunidade de estar em um mestrado. Por exemplo, eu sou bolsista capes, e ter essa oportunidade, devo fazer jus a ela. Não posso, simplesmente não participar das aulas, não fazer a minha dissertação, de ser displicente. Quero dizer que, a cor da pele não é impeditiva para seguir. Temos que fazer valer a oportunidade e a vontade de querer seguir, mesmo com inúmeros contratemplos do cotidiano. Então é persistência e se reconhecer, se reconhecer e se fazer valer. Para mim, a educação é a base de tudo isso, para a gente seguir em frente e se fazer respeitar e ser respeitado.*

**Participante 8** - *Sim. Eu me sinto muito lisonjeada de participar de uma pesquisa envolvendo pessoas negras, mulheres negras, que vai além do ambiente escolar lá do ensino médio e do fundamental. Ver e ter esse amparo de alguém que está crescendo dentro da universidade., porque eu conheço a minha entrevistadora, eu sei quando ela começou o curso, vi ela iniciando e fazendo a pós-graduação, bem como o quanto ela prioriza muito o estudo, estando em busca cada vez mais e mais por conhecimento, de mais titulações, de um crescimento que não vai alavancar somente a carreira dela profissional, que não só vai acrescentar vida dela enquanto ser humano, porque junto com ela vem trazendo uma história de várias mulheres. As lutas de pessoas que buscam por uma vida melhor e que muitas vezes não sabiam nem como chegar até uma universidade. Então, através de uma mulher forte, ela vai puxar outras mulheres que têm uma força que nem sabiam que tinham. Então é muito importante nos priorizarmos enquanto mulheres em primeiro lugar, e em acima de tudo, enquanto mulheres negras que podem atuar dentro da sociedade, contribuindo para o meio onde a gente está inserido, seja nosso bairro, na nossa Vila, na nossa casa. No nosso trabalho, enfim, que a gente possa estar buscando conhecimento e que essa titulação da entrevista dentro da nossa universidade, com certeza tem muito para agregar, assim como a minha participação. E que as pessoas tomem a nossa entrevistadora como exemplo. Desse modo, que ela siga buscando cada vez mais conhecimento, elevando a outras mulheres junto com ela.*

**Pergunta 9**- *Eu tenho muitas memórias do meu pai sentado do meu lado quando eu era criança, me reafirmando enquanto uma pessoa negra. Ele sempre deixou muito claro que, quando eu crescesse, talvez eu enfrentaria muitos desafios e dificuldades em ser negra, mas o que nunca seria tirado de mim seria o conhecimento adquirido a partir do estudo. Então, eu sempre tenho muito orgulho de dizer que eu aprendi a ler com 4 anos antes de entrar na pré-escola. O meu pai toda vez que fosse comprar um comprar jornal ele trazia outro para mim. Eu não sabia ler ainda, mas ele foi me incentivando no hábito da leitura. E eu me tornei uma curiosa que estava escrito naquelas letrinhas, em que juntando uma letra com a outra, formava uma palavra. E assim, eu aprendi a ler. E depois que eu aprendi a ler, eu me tornei uma leitora assídua, de livros, jornais e tudo mais. E isso fez toda a diferença na minha fase adulta, já que fui entendendo que independente da minha cor, eu poderia através da educação alcançar os mesmos lugares que as pessoas brancas, se me dedicasse naquilo que eu estava me propondo a fazer. Isso não tira a dificuldade que é entrar nos lugares, mas com o estudo eu sempre estaria um passo à frente, independente de outras barreiras, porque me*

*vinha na mente sempre que o meu pai falava que o que de mais precioso a gente pode ter é o conhecimento adquirido por meio do estudo. Enquanto acadêmica do curso de Direito sei que eu também tive uma influência do meu pai, porque o meu pai também é bacharel em direito. Eu sempre conversei muito com ele sobre vários assuntos e desde a minha infância até essa minha fase adulta, agora enquanto acadêmica, meu pai continua falando a mesma coisa: “minha filha não esquece, teu estudo é que vai te fazer romper barreiras. Não esquece que é o teu esforço que vai te fazer chegar nos lugares que tu acha que tu precisa chegar e nunca se sinta menor pela dificuldade que é, porque um dia tu vai conseguir, mas tu precisa suar para conseguir. As coisas nós conseguimos através do esforço e trabalho árduo, porque é difícil para todo mundo, mas é mais difícil para a gente. Só que se é mais difícil para a gente, significa que a gente pode se preparar de uma forma que os outros talvez não estejam se preparando tanto”. E o meu pai é um batalhador. Ele é um exemplo para mim de dedicação no trabalho e de dedicação para a família. Eu tenho muito que agradecer e sei que muito do que eu sou hoje foi ele que construiu, da minha identidade. Então, acredito que o estudo é que vai fazer com que a gente possa romper barreiras sociais e econômicas, bem como várias outras. E, é claro, uma junção de fatores, que também precisa acontecer, como a oportunidades de emprego nas empresas. O estudo leva a muitos lugares, mas existe uma soma de fatores que daí já não nos competem, como as políticas públicas e tudo mais. Mas quanto a nós, é nunca deixar ninguém nos roubar nosso bem mais precioso, que é o conhecimento adquirido através do estudo, através da leitura, porque é por esse mesmo conhecimento que muitos negros na sociedade romperam barreiras, estando em lugares que antes causavam uma estranheza e hoje é, são referências e autoridades, é nos seus cargos que ocupam e nas instituições onde trabalham, então.*

**Participante 10-** *Bom, primeiro quero agradecer por ter lembrado de mim. E dar parabéns pela pesquisa voltada à questão racial. Acredito que essa pesquisa vai contribuir bastante para a sociedade e para nós termos mais visibilidade tanto dentro quanto fora da universidade.*

**Participante 11-** *A pesquisa é superior interessante e importante para que a Universidade conheça a realidade dos seus alunos. As discussões em sala de aula, principalmente no Curso de Direito, devem acontecer com mais frequência, pois este é um assunto que, infelizmente não irá “passar” e se “resolver” de uma hora para outra. Os seminários devem trazer essas vivências e não serem menosprezados pela maioria.*

Macedo e Vieira (2018) dizem que a Análise de Discurso Crítica é um conjunto de abordagens científicas interdisciplinares e transdisciplinares que atrela teoria e método, com o intuito de mapear conexões entre o uso da linguagem e as relações de poder. Instiga-se a reflexão teórica sobre a linguagem, ao mesmo tempo em que se busca favorecer a identificação de novos modos para a análise de textos.

A ADC busca estudar/investigar os efeitos ideológicos que os sentidos de textos produzem como instâncias de discurso que influem sobre as práticas socioculturais. Esta desvenda os diferentes ou diversos modos de ação das pessoas perante o mundo e si mesmas. Para esse método, a extração de dados do mundo não é repassado ao participante de forma direta, ao contrário, tal arrecadação auxilia na desconstrução da conjuntura real, tendo em conta que o contato com o outro produz versões da realidade que se materializam na linguagem (MACEDO; VIEIRA, 2018).

A partir disso, a ADC apresenta-se um essencial meio de averiguação do discurso, capaz de entender as dinâmicas de muitas desigualdades, discriminações, violências, como já referenciado no tópico do questionamento nove. Por esse ângulo, a criticidade toma lugar no processo de elucidação do contexto realístico, isso porque, o pesquisador e participantes seguem uma postura engajada que analisa os problemas e tenta resolvê-los. É um estado denunciativo, configurado como propositivo e pedagógico de olhar a sociedade (MACEDO; VIEIRA, 2018).

Simultaneamente, o viés reformista do feminismo negro possui um forte escopo discursivo, haja vista que expõe qualquer pensamento e ação que ignora a existência das mulheres negras ou descreve-as com estereótipos racistas e sexistas. A insatisfação e resistência aos modelos excludentes oportuniza o protagonismo das dores, revoltas e acolhimentos a uma parcela populacional inviabilizada pelas pautas únicas.

As participantes ao exporem seus pontos de vistas, não só usam o discurso como uma crítica às práticas sociais discriminatórias, como também comemoram a necessidade de uma convicção coletiva que abraça seus semelhantes e conscientiza os diferentes. Por várias vezes, falam no plural a respeito da temática racial e de gênero, no ambiente universitário, e outras injustiças sociais, denotando que a luta antirracista e antimachista é uma responsabilidade de todos.

**Questionamento 11: Como mãe e mulher negra, teve alguma situação que te marcou bastante sobre esse assunto? Se sim, qual?**

**Participante 3-** *A maternidade é um grande desafio na vida de uma mulher, com períodos de medos e incertezas, mas também com momentos inesquecíveis e gratificantes. Uma situação que me marcou bastante foi numa entrevista de emprego que eu fui fazer, e ao decorrer das perguntas, foi questionado se eu tinha filhos, quando respondi que eu tinha, foi como se todo o meu potencial, capacidade, currículo profissional, caísse por terra naquele momento; A entrevista mudou totalmente de rumo e as perguntas ficaram voltadas a minha vida pessoal e não sobre habilidades que a vaga exigia. Infelizmente, ainda existe muitas empresas que não dão oportunidades para mulheres negras que estão vivendo a maternidade, pois acreditam que vão ter prejuízos ao contratá-las.*

**Participante 4-** *A situação aconteceu quando ela tinha em torno de um ano de idade e, estava ela no colo do pai e eu um pouco mais afastada. Então, ela chorou e eu fui consolar. Neste momento, senti um olhar questionador de uma mulher próxima, como se ela me dissesse que não era possível eu ser mãe daquela criança.*

**Participante 5 -** *Quanto a maternidade não, sempre fui bem tratada, respeitada em todos os sentidos. O que mais me marcou foi na minha adolescência, como já te relatei. Até mesmo pela idade era um tanto tosca, por assim dizer. Mas logo superei e hoje sei me defender e me impor. O maior preconceito é a gente que faz com sigilo mesmo, quando não se aceita, devido ao bullying sofrido não gostava de meus cabelos, meu corpo, minha cor, enfim tudo que um bullying faz com um adolescente eu senti. Hoje tiro de letra e estou arrependidíssima de ter feito alisamento. Só por meus cachos voltarem. E ensino meus filhos a se aceitarem e a se defenderem. Não importando a cor de pele, pois eles são de cor branca.*

**Participante 6-** *Sim. Eu lembro de vários episódios na época, quando me formei em setembro e, em outubro, eu descobri que eu estava grávida. Então foi bem, foi bem recente, quando eu me formei, eu me. Na época, o pai do meu filho trabalhava numa empresa que tinha um bom plano de saúde e cobria tudo, todos os lugares e então todo o acompanhamento pré-natal toda a gestação, foi bem tranquilo quanto a isso, mas várias, várias vezes eu cheguei para fazer os exames, cheguei para fazer a ultrassom, alguma coisa, se era pelo SUS. Uma vez, até uma das funcionárias me disse, hoje não é dia da agenda do SUS, mas eu nem falei. E não desmerecendo o SUS, mas porque que ela achou que eu era do SUS? Várias coisas, várias coisas, vários episódios aconteceram, sabe? Várias vezes eu fiquei bem chateada com isso,*

*mas as vezes a gente não sabe como responder, né? Como lidar com isso? Eu fico pensando, como que coloca uma pessoa para atender um lugar que se a pessoa não sabe nem conversar com as pessoas, né? E daí assim, o meu ex-marido, ele é loiro de olho azul, é o tradicional escutar a frase que teu filho é a tua cara só é branquinho.*

**Participante 7-** *Olha, a maternidade em si, independentemente da cor da pele, a mulher já é preterida no mercado de trabalho. Quando ela é um pouco mais jovem, as empresas repensam, se é mulher, vai ter filho, não vai ter filho. E eu, assim, resolvi ter filho e eu era contratada por uma Instituição. Sim, no momento que eu optei, então, ter uma filha, fiz todo um planejamento, eu já estava formada, já estava trabalhando e foi extremamente acolhida, pela minha chefe. Quando trocou a chefia e voltou o chefe homem, eu ainda tinha essa criança pequena que dependia de mim para médico fora de horário, e eu tive um episódio que me marcou quando a minha filha se acidentou, quebrou um braço. Eu ainda estava trabalhando nesse local, o chefe, me ligou para saber da filha, como estava a filha. Eu disse: “Não, eu estou aqui no hospital, ela vai ter que fazer uma cirurgia”. E ele disse: “Ah, então tá, assim que tu conseguir encaminhar, tu volta para o trabalho que nós estamos precisando e esperando por você”. Ou seja, nada de alteridade. Tipo assim, a mulher com criança, né? Está lá, envolvida com filho. Então realmente é mais uma questão de gênero. Nesse caso, mulher que tem filho, com certeza ela sofre, bem mais. E eu pude visualizar isso na balança as diferentes chefia, uma mulher e um homem. Desde o nascimento, aquela mulher bem tranquila e ele no caso um pouco menos, não tão direto. Mas a gente sentia, então, mas eu vou dizer assim, mesmo acontecendo tudo isso, eu acho que nós mulheres não podemos nos intimidar e abrir mão da maternidade, se você tem vontade de ser mãe, seja mãe. É uma das melhores bençãos que eu tive na vida, amadurecimento de tudo, um filho renova a gente. Conseguimos ter um olhar diferente do mundo. E eu vou ser bem sincera com você, não pretendia ter filhos, fiquei 10 anos casada para depois optar em ter um filho e não fiz tratamento, veio de forma natural. E eu pensava assim, se eu não puder ter, eu não vou adotar, mas também vou seguir minha vida. Então ela veio de forma natural, tranquila. Então, a maternidade é muito boa e a gente não pode deixar de ter um filho em função do trabalho, a gente tem que saber fazer valer os nossos direitos, das nossas licenças. Então assim ó, é válido, é válido. E então foi esse o desafio que eu tive. Mas estamos aí. Firmes e Fortes. Hoje ela tem 10 anos.*

**Participante 8** - *Enquanto mãe, mãe negra e mãe ainda de 4 filhos, né? Com uma diferença muito pouca de idade assim. A gente se assusta, como toda mulher, e num segundo momento eu me lembro que na pré-adolescência dos meus filhos, eu tive um choque, pessoalmente, quando eu comecei a olhar para os meus filhos e pensar assim, meu Deus, qual é, o tipo de pessoas que eu vou colocar sociedade, né? Porque ter filhos é fácil, ter pessoas ao teu redor é fácil. Mas fazer dessas pessoas gente que nem eu, digo assim, construir elas socialmente, culturalmente, é algo muito difícil, porque você tem que ensinar o teu filho negro. Ele tem que estar preparado para se posicionar, se relacionar ou ocupar os espaços que são dele de direito, dentro da sociedade, dentro daquilo que eles escolherem para si, porque eles têm que priorizar-se para serem sempre os melhores, eles não podem ser igual ou menos do que as outras pessoas, porque o negro em si, ele tem que buscar uma visibilidade maior pelas suas competências, e ele não pode estar num patamar mediano, não tem espaço para um negro mediano. O que existe hoje e que sempre existiu? Existe um lugar de direito sim, que deve, que pode ser ocupado por um negro? Sim, existe, mas ele tem que estar preparado e isso vem de casa para se defender. E é uma coisa que me chama a atenção também, que eu lembro que eu vi a outro tempo no documentário dos Estados Unidos, que para ele se defender, ele já tem que chegar se defendendo muitas vezes por algo que ele nem fez, por algo que ele nem sabe. O que que é esse impasse que eu coloquei? Aí ele me chamou muita atenção porque eram crianças, eram crianças com menos de 10 anos. E quando viam a polícia, não, tu levantas a mão, meu filho, tu tem que dizer, eu sou fulano, tenho 4 anos, moro na rua tal, sou filho desse, desse, desse daquele e estudo na escola tal, para você não ser marginalizado antes mesmo que te façam alguma pergunta, você tem que levantar uma bandeira. E essa bandeira aqui para nós é essa bandeira do conhecimento, é a bandeira do estudo, a bandeira da busca de você priorizar-se, ensinar os seus filhos a se priorizarem também para ser o melhor para desempenhar os seus papéis dentro da sociedade, os seus papéis. Portanto, criar uma identidade de respeito para que eles possam ocupar o lugar que é deles por direito.*

**Participante 11-** *Sim. Quando meu filho era pequenininho ele não tinha muito cabelo, então era bem alemãozinho. Com isso, eu fazia questão de amamentá-lo na rua quando saímos para evitar perguntas se ele era meu filho mesmo.*

Quanto às participantes 3, 4, 5, 6, 7, 8 e 11, foi realizado o décimo primeiro questionamento sobre a maternidade, levando em consideração que responderam ter filhos.

Além disso, tal questionamento se mostra essencial, em razão da trajetória materna da mulher negra brasileira, que também foi tratada no capítulo 3 desta dissertação de mestrado.

Basicamente, a aplicação desta pergunta se deu por obra da primordialidade de se debater a experiência materna negra vivenciada de forma prática e atual. Em outros parâmetros, conferencia-se analisar o discurso maternal como conduta real válida, que carrega o peso das facetas do preconceito sutil, como discorrido por Collins (2019).

No período colonial, a maternidade plena não era um direito inerente à mulher negra, que tinha os filhos vendidos como mercadorias. Após o fim da escravidão, houve a transferência das formas de distanciamento entre mães negras e seus filhos. Nessa altura, precisavam trabalhar nas casas das elites brancas, cuidando das crianças, enquanto sua própria filiação crescia sem o zelo materno. A “ama de leite” passou a ser chamada de “babá”, mediante a permanência de atos nulificantes da maternidade (COLLINS, 2019).

Os relatos das participantes convergem nesse sentido, já que como negras e mulheres continuam sendo descredibilizadas a vivenciar o trabalho e a maternidade, ao mesmo tempo ou tão somente expressar publicamente sua afeição aos filhos. A sagrada atribuição materna continua sendo uma qualidade das mulheres brancas, de acordo com o discurso racista e patriarcalista.

Dessa forma, por meio da coleta de todas as explanações das participantes, vê-se as narrativas como um discurso, pelo qual se interage com o mundo, havendo a constante transformação de significados, quando há mudanças sociais consideráveis. Assim, o discurso contribui para a formalização de identidades, posições dos sujeitos e tipos de “eu”, além de viabilizar a constituição de novos saberes.

Logo, a inclusão das participantes, no ambiente universitário, favoreceu a percepção de suas experiências relacionadas ao racismo e sexismo, uma vez que, puderam ter contato com os estudos sobre direitos humanos. A troca de saberes refletiu na formalização da criticidade delas, e, por consequência na alteração da realidade social preconceituosa.

Os aspectos comuns de seus processos de (in)visibilização social estão correlacionados aos estereótipos e à consciência da exclusão de raça e gênero, diante da presença de discursos similares que revelam os feitos da colonialidade nos corpos negros e femininos do mesmo espaço acadêmico, mais especificamente, vivencia-se o campo trabalhista, socioafetivo, escolar, acadêmico, materno e do conhecimento. As participantes também no decorrer de suas respostas mostraram uma transitoriedade entre a infância e a vida adulta, a fim de destacar a mudança de percepção trazida com os estudos dos direitos humanos.

## 6 CAPÍTULO VI- CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa que se insere na linha de Linguagem, comunicação e sociedade do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Práticas Socioculturais e Desenvolvimento Social (PPGPSDS) da Universidade de Cruz Alta - Unicruz e apresenta as seguintes questões norteadoras: de que forma são vivenciadas as questões de raça e gênero, a partir das vozes de acadêmicas e egressas negras do curso de Direito da Unicruz? Quais aspectos em comum, nessas narrativas, podem ser observados no processo de (in)visibilização social deste grupo?

Para isso, foi formulado como objetivo geral: analisar a forma como são vivenciadas as questões de raça e gênero, a partir das vozes de acadêmicas e egressas negras do curso de Direito da Universidade de Cruz Alta, bem como os aspectos em comum presentes no processo de (in)visibilização social deste grupo. Em relação aos objetivos específicos, este estudo procurou: contextualizar a situação social da mulher negra brasileira ao longo dos anos, a partir do período colonial até a atualidade; refletir sobre a relação dos direitos humanos com a mulher negra; investigar, nas narrativas das acadêmicas e egressas negras do curso de Direito, da referida universidade, as vivências associadas às questões de raça e gênero, a fim de observar os pontos em comum que envolvem a raça e gênero, no decorrer do seu processo de (in)visibilização social.

Diante disso, foram adotadas as epistemologias metodológicas da Ecologia dos saberes, da Interdisciplinaridade e das Narrativas de história de vida, mediante a abordagem qualitativa de caráter exploratório de pesquisa participante, com o *corpus* inicialmente constituído por 14 participantes negras, entre alunas e egressas do Curso de Direito da Unicruz, que se dispuseram a participar desta investigação, entretanto, efetivamente, 11 participaram da pesquisa. Foi utilizado o recurso técnico da bola de neve, em razão da dificuldade inicial de se mensurar quantitativamente a amostra de trabalho.

Assim, o instrumento de pesquisa empregado foi a entrevista semiestruturada com perguntas preestabelecidas (abertas), permitindo maior flexibilidade da pesquisadora no processo de condução do diálogo constituído com as participantes. Quanto à análise e interpretação dos dados, concretizou-se por meio da Análise de Discurso Crítica (ADC).

Metodologicamente, para fundamentar o trabalho, recorreu-se basicamente a autores como: Chizzotti (2014), Goldenberg (2004), Louzada (2018), Nunes (2018), Triviños (1987), dentre outros, que contribuíram para o arcabouço teórico da pesquisa.

Além disso, foi seguida a fundamentação teórica do pensamento feminista negro que entrelaça questões atinentes à pauta racial e de gênero para abordar a realidade social das mulheres negras, tendo como base os seguintes autores: Collins (2019), Carneiro (2003; 2023) Davis (2016), Gonzalez (2020), Hooks (2020; 2021), entre outros.

Dessa forma, a análise de dados foi realizada a partir das narrativas de 11 de mulheres acadêmicas e egressas negras do Curso de Direito da Universidade de Cruz Alta, por meio da realização de entrevista semiestruturada com 10 questões abertas iniciais, entretanto com a possibilidade de serem feitas outras indagações, como ocorreu na aplicação do instrumento.

Inicialmente, detalha-se de maneira sucinta o perfil das participantes da pesquisa, a partir da análise dos cinco primeiros questionamentos formulados. Com isso, foi possível notar que a média de idade aproximada é de 34 anos, sendo que residem, nos municípios de Cruz Alta-RS, Condor-RS e Ibirubá-RS atualmente. Quatro participantes são solteiras, cinco são casadas e a duas são divorciadas.

No que tange aos filhos, a participante 3 tem uma menina e um menino, e a participante 4 possui uma menina. A participante 5 tem três filhos homens, a participante 6 possui um filho e um enteado, já a participante 7 possui uma filha, a participante 8 tem quatro filhos (três meninas e um menino) e a participante 11 tem um filho. De primeiro plano, imediatamente, nota-se que as participantes possuem muitos pontos similares, pelo fato de todas terem estudado na mesma universidade e morarem em cidades próximas, bem como se encontram na faixa etária dos vinte aos quarenta e poucos anos de idade.

Nessa linha, o questionamento seis abordou a dificuldade de se autodeclararem negras, em que o processo de identificação das participantes 2, 3, 4, 5, 6, 7 e 9 não foi comprometido. A participante 1 assinalou certos problemas, em razão do tom de sua pele ser mais claro. Diante disso, a participante sentia a necessidade de justificar sua afrodescendência, para que os outros interlocutores pudessem legitimá-la como mulher negra. Observa-se, no discurso da participante 1, os efeitos da imposição do domínio de um grupo sobre o outro, frente à tentativa de embranquecê-la.

Também, embora a participante 6 tenha assinalado não ter tido dificuldades de se autodeclarar negra, sua resposta apresentou conotações relacionadas à identificação e representatividade com o outro, assim como, ocorreu com a participante 10, mas para esta no ambiente de trabalho. A participante 8 narrou que sua problemática a respeito da autodeclaração ocorreu em razão do meio social em que estava inserida, ao ponto de fazê-la se sentir diferente das outras pessoas. Enquanto, a participante 9 frisou não ter problema de se autodeclarar na vida adulta, entretanto demonstrou certas dificuldades na infância e

adolescência, uma vez que adotou medidas que lhe possibilitassem ser aceita nos espaços sociais. A participante 11 explicitou esse impasse, essencialmente, no momento do preenchimento de um formulário quanto à identificação parda ou preta.

Nessa dimensão, as questões de raça e gênero surgem nas várias empreitadas de apagamento da participação do negro na construção da sociedade brasileira, por meio de uma postura discursiva, que delimita quem é negro ou não, e como essa anulação parece maior para negras, tendo em vista que são atacadas duplamente. O campo do gênero parece secundário nas respostas apresentadas, mas primordial pela firmeza declarada, em que ser negra e mulher significa “orgulho” e “resistência”.

Em termos de discurso, percebe-se que as narrativas exibem as relações de poder calcadas em um modelo padrão dos corpos vistos como negros ou não, o que demonstra formas de representações de domínio de um grupo social sobre o outro, mediante a aplicação de perspectivas particulares como tácitas, as quais caracterizam física e socialmente as mulheres negras (FAIRCLOUGH, 2016).

O questionamento sete se debruça na afetividade da mulher negra, no qual são indagadas sobre os problemas nas suas relações socioafetivas. Diante das respostas, há os seguintes setores da vida em que a afetividade, ou seja, o “amor” passa a ser abordado: amizade, romance, comunidade e família.

Sobre a amizade, seria aquele amor expresso nas palavras, embora mais revelador nas ações. A atitude racista de uma amiga e colega da participante 1 refletiu na compreensão de sua subjetividade, enquanto mulher negra. O amor romântico foi mencionado pela participante 2, a qual disse que conhecer e formar um relacionamento era quase impossível. Há tipos ideais de amor, cujo enquadramento não compreende as mulheres negras, que como trazido na fala da participante 2, aparenta ser uma verdade absoluta internalizada no subconsciente negro e feminino. A participante 3 não experienciou problemas socioafetivos, contudo, sua narrativa apresenta a visão comunitária do amor, acerca das relações dentro da comunidade e do núcleo familiar. O cenário da família, passa a ser frisado pela participante 4. Esta explana o preconceito socioeconômico e racial que sofreu.

A participante 5 situou as questões afetivas no campo comunitário de sua juventude, no meio escolar e trabalhista, mediante a dicotomia do “sim” e do “não”, como formas autorizativas de práticas do amor (HOOKS, 2021). Diferentemente, da participante 6, que expressou a socioafetividade nas áreas da família e comunidade, em que sofreu com o racismo recreativo manifestado por microinsultos, microinvalidações e microassaltos. A participante 7 trouxe a afetividade para os aspectos amorosos, familiares, comunitários e de amizades,

havendo, inclusive, pontos em comuns com as participantes 1, 2 e 5, no que tange a ambientação desses afetos, os quais sejam, a universidade, relacionamentos amorosos e escola.

Não obstante, a participante 8 indicou experiências de vida da infância e adolescência, destacando as circunstâncias em que foi menosprezada por xingamentos e agressões, no espaço escolar. Neste caso, existiu um pacto de silêncio que torna a discriminação racial irrelevante, ocasionando um sentimento de subvalorização na pessoa negra, como enfatiza Carneiro (2023). A participante 10 abordou suas relações afetivas no trabalho, especificando um comentário que lhe causou desconforto. E as participantes 9 e 11 indicaram não ter sofrido problemas socioafetivos.

Logo, a afetividade retratada nas narrativas é exibida no silenciamento das dores das mulheres negras, oriundo de estereótipos associados à raça e ao gênero, como a beleza, sexualidade e educação. Quanto à ADC, observa-se o discurso como uma prática social, na qual se observam elementos históricos e sociais que se articulam em variados contextos discursivos (FAIRCLOUGH, 2016).

O questionamento oito perpassou a vivência discriminatória por ser mulher negra, em que as participantes voltaram a narrar assuntos tratados nas perguntas anteriores. Assim, a participante 1 expressou que algum ato discriminatório que viveu adveio de mulheres e homens. Já as participantes 2 e 4 exemplificaram o contexto profissional, no qual as colocava em papéis inferiores ou inexistentes, ao passo que a participante 3 referiu-se à discriminação advinda de “amigos”.

A participante 5 relatou a maneira como foi referenciada por um homem, o qual não reconheceu sua colocação racista a respeito da participante. Na fala da participante 6, houve a identificação de fatos recentes que causaram desconfortos, quando transitou na cidade onde mora. Já a participante 7, em sua resposta, indicou uma transitoriedade temporal e pessoal, conforme adquiria conhecimento durante a vida, ao ressaltar as situações discriminatórias que viveu na escola/academia e trabalho.

Além disso, a participante 8 expressou uma situação discriminatória específica vivida em um supermercado, momento em que uma pessoa foi privilegiada em detrimento dela, na fila do açougue. A participante 9, apesar de não recordar de momentos particulares atinentes à ação discriminatória, contou a respeito da necessidade de se reafirmar no cargo que ocupa, considerando que sua presença, no local de trabalho, gera estranheza para algumas pessoas. A participante 11 indicou o contexto discriminatório advindo das falas feitas pelos seus colegas de trabalho e familiares. Quanto à participante 10, esta exemplificou suas vivências no mundo

do trabalho, não sabendo definir quantitativamente quantos homens e mulheres praticaram atos discriminatórios contra ela. Diante disso, os aspectos de raça e gênero aparecem muito definidos nas respostas deste tópico, tendo em vista que as conjunturas descritas abordam a subjetividade da mulher negra.

As vozes ecoadas nessa indagação denotam as consequências do “poder no discurso” e o “poder por trás do discurso” que, em linhas gerais, segundo a Análise de Discurso Crítica, conduzem o conteúdo, as relações ou posições de cada pessoa, com a criação de discursos específicos tidos como naturais, neste caso, os racistas e machistas (FAIRCLOUGH, 2016).

E ainda, pelos discursos exibidos, é possível vislumbrar momentos das práticas sociais, em que as pessoas envolvidas são alunas e egressas negras, cujas relações sociais são aquelas relativas à hierarquia, bem como às aproximações interpessoais. O mundo material abarcou a escola, universidade, trabalho e casa, enquanto as ações e interações se moldaram segundo os contatos que foram construídos com o outro (FERNANDES, 2014).

Na questão nove, as participantes foram instigadas a fazer um paralelo entre suas realidades, antes e depois, de adentrar no curso de Direito. Em graus diferentes, foram impactadas pelo meio universitário e os estudos de direitos humanos, como narraram todas as participantes, exceto as participantes 4 e 6. A participante 4 referiu que, na sua época, pautas dos direitos humanos não eram levantadas, sendo que apenas com o mercado de trabalho conseguiu detectar diferenciações sociais. De igual modo, a participante 6 pontuou a ausência de debates que abordassem a pauta racial na universidade.

Assim, os discursos exibidos estão inundados pela “mudança social” que é um dos principais objetivos da Análise de Discurso Crítica e ponto norteador do empoderamento defendido pela corrente feminista negra. Embora todas as participantes da pesquisa tenham ressaltado que foram minoria no espaço acadêmico, o conhecimento elevou a autoconstrução dessas mulheres que, nesse momento, se externaliza nos seus discursos contemplativos e questionadores. Os saberes dos direitos humanos e ambientação universitária provocaram mudanças em suas vidas e daqueles a sua volta.

No questionamento dez, foi aberto o espaço para que as participantes deixassem os comentários que desejavam. A entonação de suas falas saiu de uma reprodução pessoal para uma preocupação coletiva, ou seja, enfatizou que a luta antirracista e antimachista é uma responsabilidade de todos. Sob este ângulo, verifica-se uma forte presença da criticidade nos discursos das participantes, uma vez que adotaram posturas ativas com a constatação e resolução de problemas, como preconiza a ADC, de acordo com Macedo e Vieira (2018).

Por último, foi feito o questionamento onze, que não estava contemplado no questionário inicial, mas que se mostrou ser importante abordar, tendo em vista a trajetória materna da mulher negra brasileira. As narrativas das participantes 3, 4, 6, 7, 8 e 11 confirmam os obstáculos ainda enfrentados pelas mulheres negras, para vivenciar a experiência materna plena.

Diante dos dados expostos e da análise feita, tem-se que as hipóteses formuladas foram confirmadas, considerando que a inclusão das participantes no ambiente universitário propiciou a percepção de suas vivências relacionadas ao racismo e sexismo, uma vez que puderam ter contato com os estudos de direitos humanos. A troca de saberes refletiu na formalização da criticidade e, por consequência, na alteração da realidade social preconceituosa.

Ademais, os aspectos comuns de seus processos de (in)visibilização social estão correlacionados aos estereótipos e à consciência da exclusão de raça e gênero, diante da presença de discursos similares que revelam os feitos da colonialidade nos corpos negros e femininos, do mesmo espaço acadêmico, mais especificamente, compartilha-se o campo trabalhista, socioafetivo, escolar e materno.

Dessa forma, são apresentadas as principais pontuações abordadas nesta pesquisa, especialmente quanto aos dados levantados, a partir do questionário aplicado ao *corpus* da investigação. Ressalta-se que os objetivos da pesquisa foram alcançados, tendo em vista que, ao realizar a contextualização da condição social da mulher negra da colonialidade aos dias atuais, foi possível notar que ela sofre as consequências da mentalidade colonial, esculpida em uma estrutura racista e patriarcalista, que afeta a maneira como é visualizada na sociedade de hoje.

Nessa senda, vislumbra-se que, mediante a reflexão sobre os direitos humanos e as mulheres negras, tem-se que as noções de raça e gênero, sob a visão feminista negra, aliam-se às implicações do racismo e sexismo que atingem a subjetividade da mulher negra. Nesse caso, critica-se o universalismo ao se refletir que, nos estudos dos direitos humanos, existe a necessidade de se inserir os conceitos de raça e gênero, para que não haja a (in)visibilização da mulher negra em poucas discussões sociais. E ao se investigar as narrativas das acadêmicas e egressas negras, é notável que essas mulheres vivenciam aspectos comuns no meio trabalhista, socioafetivo, escolar, acadêmico, materno e do conhecimento.

Desse modo, em termos pessoais, esta pesquisa provocou um enorme amadurecimento à pesquisadora, considerando que também se encontra inserida no contexto da pesquisa. Além disso, propiciou o seu contato com outras mulheres negras que compartilham dos mesmos

anseios, medos, frustrações, inquietudes, mas que viram, no estudo, o caminho para mudar suas vidas e de suas famílias. Ademais, a redação desta dissertação de mestrado provocou, na pesquisadora, a vontade de prosseguir futuramente seus estudos de doutoramento na área feminista negra, como já vem trabalhando desde a graduação.

Por conseguinte, ressalta-se que existiram algumas dificuldades no decorrer da produção desta pesquisa, no que tange à realização das entrevistas das participantes, já que não foi possível dialogar, em tempo hábil, com três das quatorze participantes que haviam sido mensuradas inicialmente, dado ao fato de elas não terem dado retorno, embora a pesquisadora tenha feito vários contatos. Contudo, esses obstáculos não diminuíram a grandeza deste trabalho, haja vista as vozes potentes que foram extraídas das entrevistas.

Portanto, esta dissertação de mestrado contribuiu para entoar as histórias de múltiplas mulheres negras, que em cada uma com suas particularidades tornam visíveis suas existências como sujeitos de direitos que precisam ter suas demandas atendidas de forma adequada pelo âmbito jurídico e social. E por fim, destaca-se que esta pesquisa deixa uma reflexão e indagação a respeito de como as pautas raciais estão efetivamente sendo discutidas nos cursos de Direitos, ao ponto dos alunos negros e negras serem acolhidos dentro de suas peculiaridades, uma vez que é visível a possibilidade dos estudos jurídicos promoverem mudanças em suas vidas, como no caso das participantes negras entrevistadas nesta pesquisa.

## REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Wlanyra R. de; FRAGA FILHO, Walter. **Uma história do negro no Brasil**. Salvador: Centro de Estudos Afro-Orientais; Brasília: Fundação Palmares, 2006.

ALMEIDA, Florisvaldo Cavalcante; COSTA, Helena Souza Matos. os direitos humanos das mulheres antes e após a lei maria da penha: lei 11.340/2006:(in) efetividade. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, São Paulo, v. 8, n. 5, p. 2778-2799, mai. 2022.

ALMEIDA, Silvio de. **O que é racismo estrutural ?**. Belo Horizonte: Letramento, 2018.

ARAÚJO, Ariella Silva. A Mulher Negra Pós- Abolição. **Revista da ABPN**, Uberlândia, v. 5, n. 9, p. 22-36, 2013. Disponível em: [https://www.academia.edu/32879763/A\\_MULHER\\_NEGRA\\_NO\\_P%C3%93S\\_ABOLI%C3%87%C3%83O\\_THE\\_BLACK\\_WOMEN\\_IN\\_POST\\_SLAVERY\\_ABOLITION](https://www.academia.edu/32879763/A_MULHER_NEGRA_NO_P%C3%93S_ABOLI%C3%87%C3%83O_THE_BLACK_WOMEN_IN_POST_SLAVERY_ABOLITION). Acesso em: 14 nov. 2022.

BARBOSA, Raquel Rodrigues da Silva; SILVA; Cristiane Souza da; SOUSA, Arthur Alves Pereira. Vozes que ecoam: racismo, violência e saúde da população negra. **Revista Katál**, Florianópolis, v. 24, n. 2, p. 353-363, maio/ago.2021.

BARROS, Solange Maria de; CIRNE, Alexcina Oliveira; EFKEN, Karl Heinz. Análise crítica do discurso e sua dimensão axiológica. *In*: BARROS, Solange Maria de; CIRNE, Alexcina Oliveira; EFKEN, Karl Heinz (org.). **Diálogos e perspectivas da análise crítica do discurso**. Campinas: Pontes Editores, 2022. p. 15-38.

BENTO, Cida. **O Pacto da Branquitude**. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

BERTH, Joice. **Empoderamento**. São Paulo: Sueli Carneira; Pólen, 2019.

BONFIM, Marco Antônio Lima do; MONROY, Andy Osório; SANTOS, Eric Silva. Genocídio da juventude negra no Brasil, racismo antinegro e necropoder: uma análise de discurso crítica. *In*: BARROS, Solange Maria de; CIRNE, Alexcina Oliveira; EFKEN, Karl Heinz (org.). **Diálogos e perspectivas da análise crítica do discurso**. Campinas: Pontes Editores, 2022. p. 83-104.

BUTLER, **Judith P. Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

BRAGANÇA, Inês Ferreira de Souza. **Pesquisaformação narrativa (auto)biografia: trajetórias e tessituras teórico-metodológicas**. Disponível em: <https://grupopolifonia.files.wordpress.com/2020/08/texto-braganccca7a-2018.pdf> . Acesso em: 13 mar. 2023.

BRUM, Zaleia Prado de *et al.* Comunicação interpessoal enquanto para a humanização do cuidado. **Revista Interdisciplinar em Ciências da Saúde e Biológicas**, v. 2, n. 2, p. 1-9, 2018.

CARNEIRO, Sueli. Mulheres em movimento. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 17, n. 49, 2003. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/eav/article/view/9948/11520>. Acesso em: 17 fev. 2023.

CARNEIRO, Sueli. **Dispositivo de racialidade**: A construção do outro como não ser como fundamento do ser. Rio de Janeiro: Zahar, 2023.

CARVALHO, Mônica; SANTOS Winnie. A mulher preta no mundo do trabalho brasileiro: entre a sujeição e o prestígio social. **Revista Fim do Mundo**, n. 4, jan./abr. 2021.

CHIZZOTTI, Antonio. **Pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais**. 6. ed.- Petrópolis: Vozes, 2014.

COLLINS, Patricia Hill. **Pensamento feminista negro**: conhecimento, consciência e a política do empoderamento. São Paulo: Boitempo, 2019.

COSTA, Deyvisson Pereira da; GOMES, Suelly Henrique de Aquino; OLIVEIRA, Mayllon Lyggon de Sousa. A comunicação que funda a coexistência. *In*: SIGNATES, Luiz (org.). **Epistemologia da comunicação**: reflexões metateóricas sobre especificamente comunicacional. Goiânia: Cegraf UFG, 2021. p. 120-144.

CUNHA Karolina Dias da. **As mulheres brasileiras no século XIX**. Disponível em: [https://legpv.ufes.br/sites/legpv.ufes.br/files/field/anexo/karolina\\_dias\\_da\\_cunha.pdf](https://legpv.ufes.br/sites/legpv.ufes.br/files/field/anexo/karolina_dias_da_cunha.pdf). 2010. Acesso em: 18. fev. 2023.

DAVIS, Ângela. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.

FAIRCLOUGH, Norman. **Discurso e mudança social**. 2.ed. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2016.

FAZENDA, Ivani Catarina A. Interdisciplinaridade-Transdisciplinaridade: visões culturais e epistemológicas. *In*: FAZENDA, Ivani Catarina A. (org.). **O que é interdisciplinaridade?** São Paulo: Cortez, 2008. p. 17-28.

FAZENDA, Ivani Catarina A.; GODOY, Herminia P. **Interdisciplinaridade**: pensar, pesquisar, intervir. São Paulo: Cortez, 2014. E-book. ISBN 9788524922367. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788524922367/>. Acesso em: 19 out. 2022.

FERNANDES, Alessandra Coutinho. **Análise de discurso crítica**: para leitura de textos da contemporaneidade. Curitiba: InterSaberes, 2014.

FERNANDES, Edson; SOUZA, Vanessa de. A mulher negra e a sua condição na sociedade brasileira atual. **Revista de Pós-Graduação Multidisciplinar**, São Paulo, v. 1, n. 4, p. 47-58, mar./set. 2018.

FIGUEIREDO, Angela. Epistemologia insubmissa feminista negra decolonial. *Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 12, n. 29, p. 1-24, jan./abr. 2020.

GALVÃO, Vivianny Kelly; NOBRE, Jhonyson Henrique Dias; PEREIRA FILHO, Antônio Mário de Arruda. A (in) efetividade do direito à igualdade no Brasil: ações afirmativas diante

dos reflexos da discriminação racial. **Caderno de Graduação-Ciências Humanas e Sociais-UNIT-ALAGOAS**, v. 6, n. 3, p. 37-37, 2021.

GARCIA, Danler. Violência contra a mulher negra no Brasil: ponderações desde uma criminologia interseccional. **Revista Brasileira de Sociologia do Direito**, v. 7, n. 2, p. 97-120, maio/ago. 2020. Disponível em: <http://revista.abrasd.com.br/index.php/rbsd/article/view/381/222>. Acesso em: 19 fev. 2023.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6.ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GOLDENBERG, Mirían. **A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais**. 8.ed. Rio de Janeiro: Record, 2004.

GOMES, Flávio; PAIXÃO, Marcelo. Histórias das diferenças e das desigualdades revisitadas: notas sobre gênero, escravidão, raça e pós-emancipação. **Revista Estudos Feministas**, v. 16, p. 949-969, 2008.

GOMES, Laurentino. **Escravidão: da corrida do ouro em Minas Gerais até a chegada da corte de dom João ao Brasil**, volume 2. Rio de Janeiro: Globo Livros, 2021.

GOMES, Laurentino. **Escravidão: da independência do Brasil à Lei Áurea**, volume 3. Rio de Janeiro: Globo Livros, 2022.

GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos**. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

GUERRA, Sidney. **Curso de direitos humanos**. 7. ed. São Paulo: SaraivaJur, 2022.

GUIMARÃES, Maria José Eras. Interdisciplinaridade: consciência do servir. In: FAZENDA, Ivani Catarina A. (org.). **O que é interdisciplinaridade?** São Paulo: Cortez, 2008. p. 125-134.

GUIMARÃES, Elisa. Linguagem verbal e não verbal na malha discursiva. **Bakhtiniana: Revista de Estudos do Discurso**, v. 8, n. 2, p. 124-135, 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S2176-45732013000200008>. Acesso em: 17 nov. 2022.

HOOKS, Bell. **Olhares negros: raça e representação**. São Paulo: Elefante, 2019.

HOOKS, Bell. **E eu não sou uma mulher?: mulheres negras e feminismo**. 4. ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2020.

HOOKS, Bell. **Tudo sobre o amor: novas perspectivas**. São Paulo: Elefante, 2021.

KUBIAK, Fabiana; OLIVEIRA, Beatriz Muccini Costa. **Racismo institucional e a saúde da mulher negra: uma análise da produção científica brasileira**. Disponível em: <https://www.scielo.org/article/sdeb/2019.v43n122/939-948/pt/>. Acesso em: 17 jun. 2023.

LEAL, Halina. Feminismo Negro. **Blogs de Ciência da Universidade Estadual de Campinas: Mulheres na Filosofia**, Campinas, v. 6, n. 3, p. 16-23, 2020. Disponível em:

<https://www.blogs.unicamp.br/mulheresnafilosofia/wpcontent/uploads/sites/178/2020/03/PDF-Feminismo-Negro.pdf>. Acesso em: 14 nov. 2022.

LORDE, Audre. **Irmã Outsider**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019.

LOZADA, Gisele; NUNES, Karina da Silva. **Metodologia científica**. Porto Alegre: SAGAH, 2018.

LUGONES, María. Rumo a um feminismo descolonial. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 22, n. 3, p. 935-952, 2014.

MACEDO, Denise Silva; VIEIRA, Josenia Antunes. Conceitos-chave em análise de discurso crítica. In: BATISTA JR, *et al.* (org.). **Análise de discurso crítica para linguistas e não linguistas**. São Paulo: Parábola, 2018. p. 124-157.

MAGALHÃES, Célia Maria. A análise crítica do discurso enquanto teoria e método de estudo. In: MAGALHÃES, Célia Maria (org.). **Reflexões sobre a análise crítica do discurso**. Belo Horizonte: Faculdade de Letras, UFMG, 2001.

MBEMBE, Achille. **Crítica da Razão Negra**. Lisboa: Editora Antígona, 2014.

MICHEL, Maria Helena. **Metodologia e pesquisa científica em ciências sociais: um guia para acompanhamento da disciplina e elaboração de trabalhos monográficos**. 3.ed. São Paulo: Atlas, 2015.

MOREIRA, Adilson. **O que é discriminação?**. Belo Horizonte: Letramento; Casa do Direito: Justificando, 2017.

MOREIRA, Adilson. **Racismo Recreativo**. São Paulo: Sueli Carneiro; Polén, 2019.

MUNHOZ, Divanir Eulália Naréssi; OLIVEIRA JUNIOR, Constantino Ribeiro de. Interdisciplinaridade e pesquisa. In: BOURGUIGNON, Jussara Ayres (org.). **Pesquisa social: reflexões teóricas e metodológicas**. Ponta Grossa: TODAPALAVRA, 2009. p.11-34.

NASCIMENTO, Luiz Paulo do. **Elaboração de projetos de pesquisa: monografia, dissertação, tese e estudo de caso, com base em metodologia científica**. São Paulo: Cengage Learning, 2012.

OLIVEIRA, Lorena de; Pagliaro, Heitor. Invisibilidade interseccional, Superinclusão e direitos humanos. **Ateliê Geográfico**, Goiânia, v.16, n. 11, p. 101-107, abr. 2022.

PEDRO, Joana Maria; VEIGA, Ana Maria. Gênero. In: COLLING, Ana Maria; TEDESCHI, Losandro Antônio. **Dicionário Crítico de Gênero**. Dourados: Universidade Federal da Grande Dourados, 2019. p. 330-333.

PERAZZO, Priscila F. Narrativas Oraís de História de Vida. **Comunicação & Inovação**, v. 16, n. 30, p. 121-131, jan./abr. 2015.

PIOVESAN, Flávia. **Temas de direitos humanos**. 11. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2018.

QUIJANO, Aníbal. **Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina**. Buenos Aires: Clacso, 2005.

RIBEIRO, Djamila. **Lugar de Fala**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

RIBEIRO, Djamila. **Pequeno Manual Antirracista**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 4. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Atlas, 2017.

RIOS, Roger Raupp; SILVA, Rodrigo da. Discriminação múltipla e discriminação interseccional: aportes do feminismo negro e do direito da antidiscriminação **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, n. 16, p. 11-37, jan./ abril. 2015.

SANTANA, Ramon Ferreira. A instrução da fêmea: a educação da mulher brasileira no século XIX. **Revista Tempos e espaços em educação**, Sergipe, v.1, n. 2, p. 137-150, jan/abr. 2014.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Renovar a teoria crítica e reinventar a emancipação social**. São Paulo: Boitempo, 2007.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A gramática do tempo: para uma nova cultura política**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. São Paulo: Cortez, 2013.

SILVA, Fernanda Pinheiro de Souza e. **O genocídio racial no Brasil: uma análise crítica do discurso sobre a naturalização do racismo**. Curitiba: Apris, 2022.

SILVA, Juliane da. **A (re) afirmação dos direitos humanos das mulheres negras: as políticas públicas de saúde como instrumento de não discriminação de gênero e raça**. 2015. Disponível em: <http://repositorio.unesc.net/>. Acesso em: 5 fev. 2024.

TOKITA, Márcia Figueiredo. Mulheres negras. In: Simpósio Internacional Lutas Sociais na América Latina, 5., 2013, Londrina. **Anais[...]**. Tema: Revoluções nas Américas: passado, presente e futuro. GT7. Feminismos, sexualidades e marxismos na América Latina. Londrina, 2013, p. 120-133. Disponível em: [http://www.uel.br/grupopesquisa/gepal/v9\\_marcia\\_GVII.pdf](http://www.uel.br/grupopesquisa/gepal/v9_marcia_GVII.pdf) . Acesso em: 25 nov. 2022.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

VAZ, Livia Maria Santana e Sant'Anna. As comissões de verificação e o direito à (dever de) proteção contra a falsidade de autodeclarações raciais. In: DIAS, Gleidson Renato Martins; TAVARES JUNIOR, Paulo Roberto Faber (org.). **Heteroidentificação e cotas raciais: dúvidas, metodologias e procedimentos**. Canoas: IFRS campus Canoas, 2018.

**UNICRUZ. Manual de Normatização de Trabalhos Acadêmicos da Universidade de Cruz Alta.** 6. ed. rev. e atual. Cruz Alta: Unicruz - Centro Gráfico, 2020.

**UNICRUZ. Proposta de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Práticas Socioculturais e Desenvolvimento Social.** Cruz Alta-RS, 2013.

## **APÊNDICES**

## **APÊNDICE A- TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**

Você está sendo convidada a participar, como voluntária da pesquisa intitulada **“RAÇA E GÊNERO: UMA ANÁLISE DO PROCESSO DE (IN)VISIBILIZAÇÃO SOCIAL, A PARTIR DAS NARRATIVAS DE ACADÊMICAS E EGRESSAS NEGRAS DO CURSO DE DIREITO DE UMA UNIVERSIDADE NO NOROESTE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL”**, conduzida pela pesquisadora responsável, Dandara Roberta Soares Conceição, mestranda do Programa de Pós-Graduação em Práticas Socioculturais e Desenvolvimento Social da Universidade de Cruz Alta, sob a orientação da professora Dr<sup>a</sup> Carla Rosane da Silva Tavares Alves.

O objetivo do estudo é analisar a forma como são vivenciadas as questões de raça e gênero, a partir das vozes de acadêmicas e egressas negras do curso de Direito da Universidade de Cruz Alta, bem como os aspectos em comum presentes no processo de (in)visibilização social deste grupo.

Assim, você está sendo convidada a participar desta investigação através de uma entrevista semiestruturada que contém perguntas preestabelecidas (abertas) relacionadas ao contexto social da mulher negra, perpassadas pelas questões de raça e gênero, podendo ser efetuados outros questionamentos de maneira complementar, conforme a condução do diálogo constituído.

Quanto à sua participação, você terá plena liberdade de se recusar a participar da entrevista, bem como de retirar seu consentimento a qualquer momento, sem nenhuma forma de prejuízo pessoal. Ou seja, nesta pesquisa, sua identificação será mantida em sigilo, sendo substituída por outro termo que não seja possível associá-la, havendo o cuidado na exposição dos resultados.

A pesquisa será realizada em diferentes locais, conforme a indicação das participantes, tais como, residência ou local de trabalho, para verificar o interesse e disponibilidade em participar, entrega e assinatura do Tce a essas participantes, bem como a aplicação de entrevistas.

Quanto aos critérios de exclusão das participantes da pesquisa, destaca-se que se constitui na negativa de participação da pesquisa, por parte das alunas e egressas negras do curso de Direito, convidadas a integrarem a investigação. Logo, o critério de inclusão das

participantes na pesquisa diz respeito à manifestação de interesse e disponibilidade em participar da investigação.

Por conseguinte, a pesquisa apresenta riscos mínimos, os quais se referem a possíveis desconfortos, diante de alguma questão proposta na entrevista, de ordem social ou cultural. Se a participação na pesquisa ocasionar algum desconforto, a entrevista será interrompida e a participante da pesquisa, acolhida pela pesquisadora, a qual estará à disposição para escutá-la, e se for necessário, encaminhá-la ao atendimento psicológico por um(uma) psicólogo(a) às expensas da pesquisadora, não havendo, gastos por parte da participante da pesquisa.

Caso aceite, contribuirá para a compreensão e produção do conhecimento científico investigado, ainda que não haja ganhos financeiros.

Em termos de benefícios, os resultados deste estudo, beneficiarão o meio acadêmico e social, principalmente, a experiência pessoal de seus participantes diretos, considerando que trabalhará com a realidade da mulher negra, mediante a contemplação de suas vivências e individualidades. Os benefícios desta pesquisa, também alcançarão as participantes desta investigação, uma vez que, com os resultados do trabalho, essas mulheres terão a oportunidade de melhor conhecer a realidade de seu coletivo feminino negro, cujas, aspirações, desejos, conquistas, frustrações, poderão emergir nas entrevistas, fato que, poderá auxiliar na visibilidade da constituição da sociedade brasileira.

As participantes da pesquisa tomarão conhecimento dos resultados da investigação, em um momento de socialização, a ser realizado no Programa de Pós-Graduação em Práticas Socioculturais e Desenvolvimento Social, quando todas serão convidadas a assistir e interagir com a pesquisadora e orientadora da pesquisa. E haverá o encaminhamento da cópia do estudo finalizado para o e-mail, oportunamente, fornecido pelas participantes.

Você poderá entrar em contato com a pesquisadora responsável: Dandara Roberta Soares Conceição, e-mail ([dandarasconceicao@gmail.com](mailto:dandarasconceicao@gmail.com)), telefone: (55) 984655840. Ou com a orientadora da pesquisa Dr<sup>a</sup> Carla Rosane da Silva Tavares Alves ([ctavares@unicruz.edu.br](mailto:ctavares@unicruz.edu.br)).

Ademais, poderá entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade de Cruz Alta (CEP/UNICRUZ), que é um órgão colegiado interdisciplinar e independente, com “*munus público*” de caráter consultivo, deliberativo e educativo. Foi criado para defender os interesses dos participantes de pesquisa em sua integralidade e dignidade, além de contribuir no desenvolvimento de pesquisa dentro de um padrão ético. É um órgão vinculado à Vice-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa e Extensão, criado em 30 de agosto de 2006 a partir da aprovação do Regimento Interno (Resolução 14/2006) pelo

Conselho Universitário e registrado na Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP) em 26/09/2007 (25000.170129/2007- 90).

O CEP/UNICRUZ fica localizado no Campus Universitário Ulysses Guimarães (Rodovia Municipal Jacob Della Méa, km 5.6 - Parada Benito, Cruz Alta, Rio Grande do Sul, CEP 98005-972), prédio 4, sala 103. **Telefone de contato:** (55) 3321-1618. **E-mail:** [cep@unicruz.edu.br](mailto:cep@unicruz.edu.br). **Horários de funcionamento:** Segunda-feira, Quarta-feira, Sexta-feira das 14h às 17h30min.

Este documento (TCLE) será apresentado em **duas VIAS**, sendo que uma ficará em posse da participante e outra com a pesquisadora responsável.

**DECLARO** que entendi os objetivos, os riscos e benefícios da minha participação na pesquisa, e **CONCORDO** em participar.

Cruz Alta, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

Assinatura da participante: \_\_\_\_\_

Assinatura da pesquisadora responsável: \_\_\_\_\_

## **APÊNDICE B- QUESTIONÁRIO PREESTABELECIDO PARA AS ENTREVISTAS**

Eu, Dandara Roberta Soares Conceição, tenho o prazer de convidá-la a participar voluntariamente desta pesquisa intitulada **“RAÇA E GÊNERO: UMA ANÁLISE DO PROCESSO DE (IN)VISIBILIZAÇÃO SOCIAL, A PARTIR DAS NARRATIVAS DE ACADÊMICAS E EGRESSAS NEGRAS DO CURSO DE DIREITO DE UMA UNIVERSIDADE NO NOROESTE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL”**, que integra Programa de Pós-Graduação em Práticas Socioculturais e Desenvolvimento Social da Universidade de Cruz Alta, sob a orientação da professora Dr<sup>a</sup> Carla Rosane da Silva Tavares Alves.

A pesquisa ocorrerá através de uma entrevista semiestruturada que contém perguntas preestabelecidas (abertas) relacionadas ao contexto social da mulher negra, perpassadas pelas questões de raça e gênero, podendo ser efetuados outros questionamentos de maneira complementar, conforme a condução do diálogo constituído. Acentua-se que a pesquisa em questão tem como objetivo analisar a forma como são vivenciadas as questões de raça e gênero, a partir das vozes de acadêmicas e egressas negras do curso de Direito da Universidade de Cruz Alta, bem como os aspectos em comum presentes no processo de (in)visibilização social deste grupo.

Desde já lhe agradeço pela contribuição ao estudo que está sendo realizado.

Dandara Roberta Soares Conceição- Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Práticas Socioculturais e Desenvolvimento Social da Universidade de Cruz Alta

### **Questionamentos a serem realizados para as participantes da pesquisa:**

1. Qual o seu atual vínculo com a Universidade de Cruz Alta?
2. Qual a sua idade?
3. Qual seu Estado Civil?
4. Onde você reside atualmente?
5. Você possui filhos? Se for o caso, quantos e de sexo/gênero?
6. No decorrer de suas vivências, você já teve alguma dificuldade de se autodeclarar como uma mulher negra? Por quê?

7. Você já vivenciou/vivencia algum problema nas suas relações socioafetivas, pelo fato de ser uma mulher negra? Explique.
8. Você já vivenciou/vivencia alguma situação discriminatória, em razão de ser uma mulher negra? Se sim, explique em que contexto aconteceu tal circunstância, bem como se foi mais de uma vez? Em caso afirmativo, você poderia informar se essa situação foi praticada por homem ou por mulher?
9. A partir das suas vivências, como mulher negra, com o ingresso no ambiente universitário e tendo contato com os estudos dos direitos humanos, como você descreveria sua realidade, antes e depois, de adentrar no curso de Direito?
10. Você gostaria de acrescentar mais alguma informação que considera relevante, ou deixar alguma mensagem, tendo em vista a proposta desta pesquisa?

## APÊNDICE C- CARTA DE AUTORIZAÇÃO



**UNIVERSIDADE DE CRUZ ALTA**  
Criada pela Lei nº 17.000 de 25/07/98 - D.O.U. de 26/07/98  
 Reconhecida pela Resolução Conselho Superior de Educação Superior  
 pela Portaria nº 724 de 18/12/2014 - D.O.U. de 22/12/2014

**CARTA DE AUTORIZAÇÃO**

Prezado(a) Senhor(a):

Eu, Fátima Fagundes Barasuel Hammarström, Coordenadora do Curso de Direito da Universidade de Cruz Alta, tenho ciência e autorizo a realização da pesquisa intitulada **"RAÇA E GÊNERO: UMA ANÁLISE DO PROCESSO DE (IN)VISIBILIZAÇÃO SOCIAL, A PARTIR DAS NARRATIVAS DE ACADÊMICAS E EGRESSAS NEGRAS DO CURSO DE DIREITO DE UMA UNIVERSIDADE NO NOROESTE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL"**, sob a responsabilidade da pesquisadora, mestranda Dandara Roberta Soares Conceição, do Programa de Pós-Graduação em Práticas Socioculturais e Desenvolvimento Social da Universidade de Cruz Alta. Para efetivação do projeto a pesquisadora necessitará coletar dados de pesquisa, mediante a realização de entrevistas com alunas e egressas negras do Curso de Direito. Destaca-se que o objetivo do estudo é analisar a forma como são vivenciadas as questões de raça e gênero, a partir das vozes de acadêmicas e egressas negras do Curso de Direito da Universidade de Cruz Alta, bem como os aspectos em comum presentes no processo de (in)visibilização social deste grupo.

UNIVERSIDADE DE CRUZ ALTA Cruz Alta, 30 de março de 2023.  
  
Fátima Fagundes Barasuel Hammarström  
 Coordenadora do Curso de Direito da Universidade de Cruz Alta

*De acordo 20/03/23*

Centro de Ciências Humanas e Sociais (Curso de Direito)  
 Telefone: (55) 3321-1635 - Ramal: 3635 E-mail: direito@unicruz.edu.br  
 Avenida Independência De Ildefonso Gomes 500 - Bairro Independência, Santa Cruz do Sul, RS, 96201-900



## APENDICE D- MATRIZ DE ANÁLISE

Quadro 3 – Matriz de análise

Dimensões	Categorias de Análise
Investigação das narrativas das acadêmicas e egressas negras do curso de Direito, da Universidade de Cruz Alta-RS, quanto às vivências associadas às questões de raça e gênero.	Respostas das participantes que compõem o corpus da pesquisa- acadêmicas e egressas do curso de Direito da Universidade de Cruz Alta-RS.
Pontos em comum que envolvem a raça e gênero, no decorrer do seu processo de (in) visibilização social.	Marcadores textuais e sociais dos discursos relacionados aos aspectos de raça e gênero das participantes da pesquisa.

Fonte: Elaborada pela pesquisadora.

## APÊNDICE E- QUADROS

Quadro 1 - Respostas dos questionamentos 1, 2 e 3.

<b>Participantes</b>	<b>1. Qual o seu atual vínculo com a Universidade de Cruz Alta?</b>	<b>2. Qual a sua idade?</b>	<b>3. Qual seu Estado Civil?</b>
Participante 1	Ex-aluna.	29 anos.	Solteira.
Participante 2	Egressa.	25 anos.	Solteira.
Participantes 3	Egressa.	27 anos.	Casada.
Participante 4	Ex-aluna.	36 anos.	Divorciada.
Participante 5	Acadêmica do curso de Direito.	41 anos.	Divorciada.
Participante 6	Egressa.	36 anos.	Casada.
Participante 7	Egressa.	47 anos.	Casada.
Participante 8	Aluna.	42 anos.	Casada.
Participante 9	Acadêmica de Direito.	26 anos.	Solteira.
Participante 10	Ex-aluna.	29 anos.	Solteira.
Participante 11	Egressa.	36 anos.	Casada.

Fonte: Elaborado pela pesquisadora.

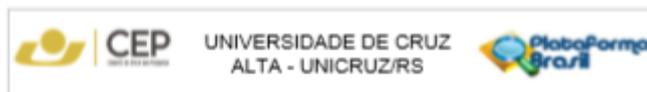
Quadro 2 - Respostas dos questionamentos 4 e 5.

<b>Participantes</b>	<b>4. Onde você reside atualmente?</b>	<b>5. Você possui filhos? Se for o caso, quantos e de sexo/gênero?</b>
Participante 1	Cruz Alta/RS.	Não.
Participante 2	Cruz Alta.	Não.
Participantes 3	Cruz Alta.	Sim, 2 filhos, uma menina e um menino.
Participante 4	Na cidade de Cruz Alta/RS.	Uma filha.
Participante 5	Desejou não responder.	Tenho três filhos homens.
Participante 6	Desejou não responder.	Tenho um filho de 04 anos e um enteado de 16 anos.
Participante 7	Desejou não responder.	Tenho 01 filha, uma menina. Tem 10 anos.
Participante 8	Cruz Alta.	Sou mãe de quatro filhos, sendo três meninas e um menino.
Participante 9	Cruz Alta.	Não possuo filhos.
Participante 10	Condor.	Não possuo filhos.
Participante 11	Ibirubá.	Sim, tenho um filho que vai fazer 09 anos.

Fonte: Elaborado pela pesquisadora.

## **ANEXO**

## A – PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP



### PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

#### DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

**Título da Pesquisa:** RAÇA E GÊNERO: UMA ANÁLISE DO PROCESSO DE INVISIBILIZAÇÃO SOCIAL, A PARTIR DAS NARRATIVAS DE ACADÊMICAS E EGRESSAS NEGRAS DO CURSO DE DIREITO DE UMA UNIVERSIDADE NO NOROESTE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

**Pesquisador:** Dandara Roberta Soares Conceição

**Área Temática:**

**Versão:** 2

**CAAE:** 68509123.4.0000.5322

**Instituição Proponente:** Unioz - Universidade de Cruz Alta

**Patrocinador Principal:** Financiamento Próprio

#### DADOS DO PARECER

**Número do Parecer:** 6.107.110

**Apresentação do Projeto:**

"Vide parecer anterior CAAE: 68509123.4.0000.5322".

**Objetivo da Pesquisa:**

"Vide parecer anterior".

**Avaliação dos Riscos e Benefícios:**

"Vide parecer anterior".

**Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:**

"Vide parecer anterior".

**Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:**

"Vide parecer anterior".

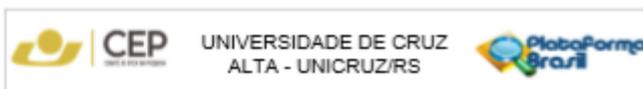
**Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:**

Aprovado.

**Considerações Finais e critério do CEP:**

A pesquisadora realizou as alterações solicitadas e enviou através de carta resposta indicando o atendimento a cada uma das pendências, bem como as mesmas foram realizadas em todos os documentos.

**Endereço:** Rodovia Municipal Jacobi Dalla Mola, Km 5,6, Distrito Paraisópolis, Prédio 4, Sala 103, Campus Dr. Ulisses  
**Cidade:** Cruz Alta  
**CEP:** 96.035-072  
**UF:** RS  
**Município:** CRUZ ALTA  
**Telefone:** (51)3321-2016  
**E-mail:** cep@unicruz.edu.br



Contribuição do Parecer: 6.107.110

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PS INFORMACOES_BASICAS_DO_PROJETO_2088833.pdf	17/05/2023 16:26:28		Aceito
Outros	CARTARESPOSTA.docx	17/05/2023 16:06:06	Dandara Roberta Soares Conceição	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	PROJETO2.doc	17/05/2023 12:55:36	Dandara Roberta Soares Conceição	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE2.docx	17/05/2023 12:55:09	Dandara Roberta Soares Conceição	Aceito
Outros	PERGUNTAS2.doc	17/05/2023 12:25:42	Dandara Roberta Soares Conceição	Aceito
Cronograma	CRONOGRAMA2.docx	17/05/2023 12:20:38	Dandara Roberta Soares Conceição	Aceito
Outros	CARTA.pdf	03/04/2023 22:40:13	Dandara Roberta Soares Conceição	Aceito
Outros	PERGUNTAS.docx	03/04/2023 22:39:07	Dandara Roberta Soares Conceição	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	PROJETO.doc	03/04/2023 22:38:05	Dandara Roberta Soares Conceição	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE.docx	03/04/2023 22:36:56	Dandara Roberta Soares Conceição	Aceito
Cronograma	CRONOGRAMA.docx	03/04/2023 22:35:46	Dandara Roberta Soares Conceição	Aceito
Folha de Rosto	TESTE.pdf	03/04/2023 22:34:13	Dandara Roberta Soares Conceição	Aceito

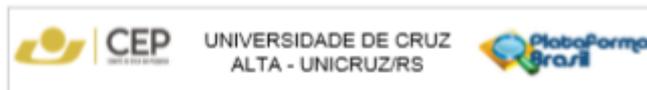
**Situação do Parecer:**

Aprovado

**Necessita Aprovação da CONEP:**

Não

Endereço: Rodovia Municipal Jacob Dalda Maia, Km 5,5, Distrito Povoado Berilo, Prédio 4, Sala 103, Campus Dr. Ubiracy  
 Bairro: Centro CEP: 98.035-972  
 UF: RS Município: CRUZ ALTA  
 Telefone: (51)3321-2018 E-mail: cep@unicruz.edu.br



Contrato de Prestação: 0.107.110

CRUZ ALTA, 07 de Junho de 2023

---

Assinado por:  
ISADORA WAYNE CADORE VIRGOLIN  
(Coordenador(a))